Nº 01758

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

GREVE DOS PROFESSORES
MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA - 1980
PASTA - 02

PT 10692.130

GREVE DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

RIOS

1980

PT 1069a.130

COMISSÃO GREVISTA DOS PROFESSORES DE CURITIBA/PR.

1- Professor Mário Portugal Pederneiras - Fone: 266-2345.
End.: Rua Moncenhor Lamartini nº 55

2- Glaci Maria Fernandes Oliveira: - Fone: 262-5569.
End.: Rua Maurício Nunes Garcia nº 310.

3- Maria José - Fone: 234-3802 (pertencente a Luiz Carlos Ribeiro, Rua Alfredo Shwartz nº 25)

4- Sebastião ... - Fone: 232-3267 (AESC - Associação dos Estudantes de Santa Catarina no Paraná).
End.: Rua Conselheiro Laurindo nº 595 - 1º andar.

****

PT 10698.130

CBI-PR590T Id

assistentes, adjuntos e titulares receberão, a partir de janeiro de 1981, a remuneração da respectiva classe, na referência 1, de acordo com o regime de trabalho a que estejam submetidos. Efetuado o enquadramento definitivo, esses professores receberão a diferença entre aquela remuneração e a da referência final em que ficarem incluídos, a partir de janeiro de 1981.

Os atuais auxiliares de ensino e professores colaboradores reberão seus salários, de 1981 em diante, acrescidos de 35%. Também neste caso terão direito à diferença salarial, a partir de janeiro, entre a situação final que alcançarem após o enquadramento definitivo e o salário ajustado. Os colaboradores admitidos em 1980 terão essa diferença calculada em relação ao salário que venha a ser fixado nas tabelas especiais.

*

OUTROS CONGRESSOS

CONGRESSO DA ENTIDADE NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, de 14 a 17 de janeiro de 1981, em Recife, promoção da Comissão Pró-fundação da Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação. Os delegados para este Congresso são professores eleitos por suas escolas (um elemento representativo para cada grupo de dez profissionais), com direito a voz e voto, estejam ou não ligados a entidades oficiais. A pauta é a Entidade Nacional dos Trabalhadores em Educação.

XIV CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES, de 24 a 30 de janeiro de 1981, em Fortaleza, promoção da Confederação de Professores do Brasil. Os delegados para este Congresso são professores vinculados a diversas entidades regionais. A pauta tem como tema principal a questão da Educação e da Democracia e ainda a reformulação dos estatutos da CPB.

OBS: Professores de 1º e 2º graus, ligados às entidades promotoras destes Congressos estarão presentes à nossa Assembléia para os devidos esclarecimentos. Além disso, apresentarão os seus pontos de vista acerca da possível unificação das nossas lutas.

*

UFPr PROFESSORES TODOS À ASSEMBLÉIA

ANFITEATRO DO 1º ANDAR

QUARTA-FEIRA - 07/01/1981 - 20.30 H.

MOVIMENTO DOS PROFESSORES DA UFPR.

BOLETIM nº 6

06-01-1981

COLEGA PROFESSOR

Acreditamos que com o movimento dos professores universitários, nossa principal conquista foi de cunho político. Como já foi dito em análise anterior, aumentamos o nível de nossa consciência política. Como afirmou o Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel, presidente da APUFSC e membro da CNAD, " o ano de 1980 foi um marco para os professores universitários, pois grande parte da categoria se conscientizou que também é um assalariado e que ganha muito pouco pelo que produz, como a maioria dos trabalhadores brasileiros. Em 1980 provamos ainda que a nossa categoria, unida e organizada, tem condições de conquistar espaços. Durante a greve, a grande maioria das ADs cresceram não só em número de associados, como também na sua mobilização e discussão política. Além disso, nosso movimento mostrou que, em 1981, temos que procurar não só os outros professores universitários, mas também os de nível médio e primário para que possamos nos auxiliar mutuamente em nossas lutas e brigarmos juntos por reajustes semestrais, reivindicação básica de toda a classe trabalhadora (Folha de São Paulo, 02/01/81, p. 12) ".

Se, portanto, politicamente chegamos vitoriosos ao final de uma importante batalha ainda falta muito para ganharmos a guerra. Por isso mesmo, o movimento dos professores continua com a força com que se iniciou. É tarefa sua, agora, colega, fazer um exame de consciência sobre a sua atuação durante os quinze dias em que estivemos em greve. Se você não esteve conosco, não o censuramos, mas o convidamos a reexaminar sua atitude, pois a conquista da unidade já é um fato consumado e as demais conquistas irão, com certeza, beneficiá-lo também. E para que possamos merecer os benefícios é preciso que sejamos coerentes conosco mesmos e com as decisões das Assembléias Gerais e soberanas que refletem o pensamento e a vontade dos professores da UFPr.

Estas Assembléias devem contar com a sua imprescindível presença. Convocamo-lo, colega, a cerrar fileiras junto a todos aqueles que, vencendo o medo - implantado na Universidade por administrações burocráticas e antidemocráticas - e a omissão, batalharam pelos seus

direitos, e através da greve conquistaram vantagens que serão usufruídas por todos.

Compareça a esta Assembléia de 4a.feira, 07 de janeiro de 1981, às 20:30 h., no Anfiteatro das Assembléias, e a todas as outras que se fizerem necessárias.

*

ASSEMBLÉIA GERAL

A criação de uma entidade nacional de docentes universitários, capaz de levar adiante o movimento da categoria, será o tema principal da pauta da Assembléia Geral dos professores da UFPr., convocada no período de greve e marcada para esta quarta-feira, 07 de janeiro de 1981, às 20:30 h., no Anfiteatro das Assembléias (Ed. D. Pedro I, 1º andar, ao lado da Reitoria). Os nove delegados (Alfeu Garcia, Arsênio Muratori, Carlos Roberto A. dos Santos, Celso Carnieri, Claus Germer, Daltro Zunino, Emmanuel José Appel, José Domingos Fontana e Luis Carlos N. Tourinho) escolhidos dentre todos os setores da UFPr. na Assembléia do dia 09/12/80 (ver Boletim nº 5, p. 9 e 10), juntamente com seus suplentes, estarão presentes para discutir com os professores que representam as propostas que defenderão no 1º Congresso Nacional de Docentes Universitários, a ser realizado em Campinas, dias 18, 19 e 20 de fevereiro próximo. Até o presente momento há um certo consenso de que é preciso uma Entidade Nacional com condições políticas de deliberar e de desenvolver propostas que digam respeito ao movimento a nível nacional, a partir de uma direção e um programa escolhidos pela categoria em todo o país. A estrutura desta EN terá provavelmente a seguinte composição: Congresso Nacional (instância máxima de deliberação), Conselho de Representantes ou de Entidades (provavelmente um representante por entidade para garantir representatividade de base às propostas e assegurar seu encaminhamento), Diretoria (provavelmente eleita por chapa com plataforma de lutas e programa políticos definidos). A primeira diretoria eleita neste Congresso terá caráter provisório. A próxima deverá ser eleita por voto direto de todos os professores, empossada num outro Congresso no qual inclusive se oficializariam os estatutos e princípios da Entidade. Outro aspecto importante que merece discussão diz respeito às bandeiras de luta. A recente mobilização dos professores universitários em torno de um conjunto de bandeiras parece ser a tática correta, pois o conjunto favorece a mobilização conjunta e unitária a nível nacional. A escolha dessas bandeiras deve levar em conta, porém, as diferenças existentes entre os diversos tipos de Universidades (Federais autárquicas, Faculdades Federais isoladas, Fundações, Particulares, Confessionais, etc.) e ainda tendo como perspectiva a unificação futura com os colegas de 1º e 2º graus. Além da discussão e posiciona-

ra (Professores titulares, adjunto e assistentes).

Nesse caso, a inclusão far-se-á determinando, em primeiro lugar, o tempo de serviço do docente na respectiva classe e a seguir, a sua titulação; esses elementos definirão a referência final em que ficará situado o docente.

Importa destacar:

a) todo docente integrante da carreira atual permanecerá em classe de mesma denominação;
b) o tempo de exercício será computado de acordo com as normas de contagem de tempo no serviço público, vale dizer: as frações de ano, até 182 dias, são desprezadas e as superiores a esse valor serão arredondadas para 1 ano.

As informações necessárias ao exame pelo MEC, dessa inclusão preliminar, constam do Formulário 1.

2 - Inclusão dos auxiliares de ensino e professores colaboradores, admitidos após 31 de dezembro de 1979.

Estes docentes serão todos incluídos em tabela especial. As informações pertinentes constituem o Formulário 3.

3 - Inclusão dos atuais auxiliares de ensino e professores colaboradores admitidos até 31 de dezembro de 1979.

Neste caso, será necessário efetuar o processo seletivo previsto no art. 10 do Decreto-Lei nº 1.820.

Cumpre destacar que estão abrangidos pelo disposto no artigo acima os professores colaboradores e auxiliares de ensino que estejam em efetivo exercício a 11 de dezembro de 1980, em função docente.

No processo seletivo, devem ser considerados os elementos discriminados no Formulário 5, que é apresentado como sugestão às IES.

Estará habilitado no processo seletivo o docente que alcançar pelo menos 60 (sessenta) pontos no cômputo dos elementos discriminados. Os docentes que não alcançarem esse valor, na avaliação dos quatro primeiros elementos, seriam submetidos a uma prova específica de conhecimentos, a realizar-se de acordo com as normas próprias de cada IES.

Efetuado o processo seletivo, os docentes nele habilitados serão relacionados no Formulário 2; os não habilitados passarão a figurar no Formulário 3.

4) ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO DE INCLUSÃO

Concluído o enquadramento descrito acima, o processo (Formulários 1 a 4) será encaminhado pela instituição à SESu, que procederá ao seu exame com vistas ao enquadramento definitivo (art. 27, parágrafo único, do Decreto nº 85.487).

5) PAGAMENTO DOS DOCENTES A PARTIR DO MÊS DE JANEIRO DE 1981

Os atuais professores

na carreira do magistério superior, além de exigir dos mesmos concurso público para um cargo que exercem de fato.

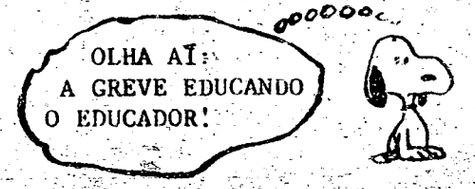
Vossa Magnificência tem presente que estes docentes, marginalizados pelo Decreto-lei exercem exatamente as mesmas atividades que os demais professores das mesmas categorias contratados até 31/12/79.

Por isso, vimos solicitar a Vossa Magnificência encaminhar ao MEC paridade de condições de enquadramento na carreira para os colaboradores, visitantes e auxiliares de ensino admitidos em 1980 com a supressão dos parágrafos 1º e 2º do art. 43, o qual seria modificado e passaria a ter a seguinte redação:

"Os atuais Professores Colaboradores e Auxiliares de Ensino admitidos até 11 de dezembro de 1980 serão aproveitados na referência inicial da classe de Professor Assistente, desde que possuam diploma de graduação em Curso Superior e sejam aprovados em Processo Seletivo a ser organizado e aplicado pelas Instituições de Ensino Superior dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da entrada em vigor deste Decreto ".

APUFSC.
ADUFRJ.

*



MEC/SESu

INSTRUÇÕES PARA A INCLUSÃO NA NOVA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR NAS IES FEDERAIS AUTÁRQUICAS (DECRETO-LEI N. 1.820/80 E DECRETO-LEI N. 85.487/80)

Brasília, dezembro de 1980.

1) INTRODUÇÃO

Este documento destina-se a oferecer às IES federais autárquicas elementos que lhes permitam iniciar o processo de inclusão de seus docentes de ensino superior na carreira de magistério, recentemente reestruturada pelo Decreto número 85.487, de 11 de dezembro de 1980.

2) COMISSÃO ESPECIAL

É recomendável que as IES designem uma Comissão Especial, de que participem docentes e o Departamento de Pessoal, com a incumbência de supervisionar e coordenar os trabalhos de inclusão na nova carreira de magistério superior.

3) PROCESSO DE INCLUSÃO

O processo de inclusão compreende três partes que decorrerão paralela e independentemente:

1 - Inclusão de docentes já integrantes da carreira

mento sobre o caráter, estrutura e bandeiras de luta que defenderemos no 1º Congresso Nacional de Docentes Universitários, a Assembléia desta quarta-feira, 07 de janeiro, servirá também para uma reavaliação do movimento, bem como para informações gerais sobre o enquadramento dos professores na carreira do magistério superior.

*

NOTA DO COMANDO GERAL DE GREVE DA UFPR.

O Comando Geral de Greve da UFPr. vem publicamente manifestar estranhamento diante da "Nota Oficial" da Diretoria e Conselho Deliberativo da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, publicada no último Boletim da entidade, e que é a seguinte:

"A Diretoria e o Conselho Deliberativo da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, em sessão levada a efeito nesta data, embora reconhecendo que o Ato presidencial, recentemente publicado, não atendeu completamente as legítimas reivindicações dos professores das Universidades Federais, mas objetivando regularizar a vida acadêmica e levando em conta principalmente a aflitiva situação de todos os alunos que se encontram na dependência de exames finais e, particularmente, os formandos da Instituição, resolveu recomendar o reinício imediato das atividades docentes da Universidade Federal do Paraná.

Este posicionamento - que representa um crédito de confiança ao Ministro de Estado da Educação e Cultura - não desobriga que a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, das mais antigas do País, permaneça lutando pelas justas e específicas aspirações do Magistério Federal do Ensino Superior.

Curitiba, 10 de dezembro de 1980".

Considerando que a atual Diretoria da APUFPr.:
a) não convocou os professores da UFPr. para deliberarem em Assembléia Geral a adesão ou não à recente greve que paralisou todas as Universidades Federais Autárquicas do país;
b) não efetuou contatos com a Coordenação Nacional de Associações de Docentes e com o Comando Nacional de Greve, tomando atitudes isoladas que não levaram a nada;
c) reconheceu publicamente o CGG da UFPr. como legítimo interlocutor dos docentes da Instituição, oferecendo-lhe inclusive dinheiro - não aceito - para a continuidade do movimento;
d) aderiu à greve quando ela já era um fato consumado pela vontade da maioria dos docentes da UFPr. - gesto inócuo, pois era de se esperar de uma Associação que estivesse junto do movimento, não a reboque do mesmo;

O Comando Geral de Greve da UFPr., referendado por uma Assembléia Geral Permanente que se reuniu oito vezes, vem

comunicar aos professores, estudantes e funcionários da UFPr., bem como à população em geral, que o reinício das atividades docentes na UFPr. foi decisão tirada em Assembléia e não "recomendação" dos dirigentes da APUFPr., que jamais dialogaram com os professores.

Além disso, o Comando Geral de Greve repudia o último parágrafo da Nota Oficial da APUFPr., pois sua atual Diretoria nunca lutou "pelas justas e específicas aspirações do Magistério Federal de Ensino Superior"; ao contrário, esteve sempre ausente das discussões promovidas pelos docentes universitários de todo o país. Graças a essa prática política antidemocrática, indispôs nacionalmente a APUFPr., hoje desacreditada pela totalidade das Associações de Docentes Universitários, conforme Nota de Esclarecimento da Coordenação Nacional de Associações Docentes, tirada em Brasília, no dia 6 de dezembro de 1980, e amplamente divulgada.

Comando Geral de Greve/UFPr.

Curitiba, 12 de dezembro de 1980.

*

A LUTA CONTINUA

Durante reunião nacional de docentes universitários, realizada dia 27/12/80, em Goiânia, uma série de deliberações foram tomadas para acelerar o processo de luta contra a discriminação aos professores colaboradores, auxiliares de ensino e visitantes, contida no recente decreto presidencial que reajusta os vencimentos dos professores universitários. Essas decisões foram tomadas por diversas entidades (ADUFG, ADUFRJ, ADUFF, APUBH, APUB, ADUFPB-JP e APUFSC) que assinaram um documento explicando suas posições. Esta é a sua íntegra:

" A reunião nacional das ADs em Gioânia, no dia 27/12/80, realizada por convocação da secretaria da Coordenação Nacional das ADs, sentindo principalmente no que tange à inaceitável discriminação feita aos professores contratados no presente ano (colaboradores, auxiliares de ensino e visitantes), resolve:

1. Criar, devido à necessária urgência de encaminhamento de lutas a nível nacional, uma Comissão Geral de Mobilização da Coordenação Nacional, formada inicialmente a partir das ADs presentes nesta reunião, a fim de encaminhar as discussões e as lutas travadas em todas as IES a respeito das discriminações feitas pelo decreto.

1.1. Encarregar a ADUFPB-JP da execução dessas resoluções em conjunto com a Secretaria da Coordenação Nacional das ADs.

2. Solicitar à Secretaria da CN das ADs a inclusão na pauta da reunião dos dias 5 e 6 (ou 8 e 9) de janeiro próximo, a discussão sobre os problemas criados por estas discriminações.

3. Levar à referida reunião da CN proposta que seja incluída na pauta do próximo Congresso Nacional dos Docentes Universitários, na parte que toca às lutas a serem desenvolvidas a partir de março de 1981, a discussão sobre os problemas criados pelo Decreto-Lei.

4. Incentivar as ADs a elaborar estudos jurídico-políticos sobre o decreto. Tais estudos devem ser encaminhados à próxima reunião da CN (05/06/81), a qual deverá também contar com a participação de assessores jurídicos das respectivas ADs, para discutir as vias legais de encaminhamento das lutas nacionais.

5. Propor a confecção de texto, tomando como base indicativa documento da ADUFRJ, a ser discutido pela CN, para um abaixo-assinado nacional de todos os DU, a ser enviado ao MEC durante março de 1981, contra as discriminações do Decreto-Lei.

6. Sugerir que na referida reunião da CN seja elaborado um documento analítico abordando globalmente as contradições do do Decreto-Lei.

7. A nível local, as diretorias das ADs deverão centralizar o encaminhamento das lutas travadas; isto não exclui a formação de comissões específicas de docentes para discutir os problemas e mobilizar o conjunto do professorado, agilizando o processo. A nível nacional, a luta deverá ser encaminhada pela CN, através da Comissão Geral de Mobilização, constituída nesta data.

As ADs entendem que a luta a ser desenvolvida não é uma luta de determinado setor da categoria, isolado dos demais, mas a luta nacional de todos os professores universitários contra todas as medidas consideradas arbitrárias e discriminatórias. Nenhuma discriminação imposta pelo Governo será aceita pelo Movimento Nacional dos DU. No momento em que se discute a criação de uma entidade nacional representativa deste movimento, a luta contra todas e cada uma das discriminações adquire caráter de importância fundamental, pois é veículo de fortalecimento da capacidade de organização e mobilização dos DU.

- Nenhuma Discriminação.
- Pela igualdade de condições de trabalho a todo o corpo docente.

Goiânia, 27/12/80 "

*

OFÍCIO DOS COLEGAS CARIOCAS E CATARINENSES

Magnífico Reitor,

Diante das últimas deliberações advindas do Decreto-Lei nº 85487/80 referentes à reestruturação da carreira do magistério superior, vimos manifestar nosso descontentamento pela exclusão dos professores colaboradores e auxiliares de ensino admitidos em 1980, devido aos parágrafos 1º e 2º do art. 43 deste decreto.

Estes parágrafos são discriminatórios, uma vez que impedem a professores, nas condições acima citadas, o ingresso imediato por enquadramento,

COMUNICADO

COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES - CNAD

III ENCONTRO NACIONAL DAS ADs - III ENAD - CAMPINAS 16/17 fev/81

CONGRESSO NACIONAL DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS - CAMPINAS 18, 19, 20 fev/81

Campinas, 22 de dezembro de 1980.

A Secretaria do III ENAD - Congresso Nacional dos Docentes Universitários - vem trazer as notícias existentes até o momento:

1. Reafirmamos o telegrama de 19 de dezembro p.p., ampliando o prazo para envio de dados até 15 de janeiro, em razão do recente movimento das autarquias federais. Parabenizamos as ADs das escolas grevistas (no caso da UFPr., o Comando Geral de Greve) pelo exemplo de serenidade, firmeza e unidade demonstrado.

2. Estamos em contato com a Viação Aérea São Paulo (VASP) para a celebração de um acordo que permita o barateamento de passagens, inclusive o pagamento de passagens apenas nos Vôos Econômicos Noturnos, onde houver essa possibilidade.

3. Outra medida considerada é de financiar apenas passagens de ônibus para os delegados de escolas situadas até 700 Km da cidade de Campinas (abrangeria os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina). Pedimos que qualquer reclamação ou sugestão seja encaminhada com presteza (por via telefônica, se possível) à Secretaria.

4. Foi aberta a conta nº 38097-0 no Banco do Brasil, agência Campinas, sob a designação conta Congresso Nacional dos Docentes Universitários. Solicitamos o envio para a conta de uma quantia inicial de Cr$3.000,00 por delegado, para providências de preparação do Congresso e de negociações das passagens aéreas, e que será deduzida do custo médio final.

5. A questão de refeições está sendo discutida com a Prefeitura de Campinas

ra da Cidade Universitária da UNICAMP, devendo-se chegar a termos favoráveis. O transporte está sendo encaminhado com a Prefeitura de Campinas, assim como o alojamento, tendo já sido assegurados 150 lugares.

6. A abertura formal do Congresso está marcada para o dia 17 de fevereiro (3a. feira), às 20 h., no Teatro do Centro de Convivência Cultural, centro de Campinas. No mesmo local, a 18 de fevereiro, às 8:30 h., se fará a discussão de propostas de regimento para o Congresso. Ainda neste local, se dará a sessão plenária final, durante todo o dia 20 de fevereiro. As demais sessões, ainda a se confirmar, devem se dar na UNICAMP.

7. Reafirmamos que a pauta de trabalhos do III ENAD deve ser definida pela Coordenação Nacional, estando reservados locais na UNICAMP e PUC-Campinas para sua realização.

PROCURA-SE UMA MUSICA

SAMBA DA GREVE - GRUPO CEC-ARQ

A inflação passou dos cem
Professor tá sem vintém
Pra família sustentar

Apesar de seus receios
Apelou pra todos os meios
pro salário melhorar

O governo intransigente
Sem ligar pra essa gente
Recusou negociar

A Educação está falindo
E o sardinha gordo e rindo
Só querendo exportar

Ampliando o movimento
Antes dos 12+
Não paramos de lutar

Diante disso meu irmão
Junto com a população
Viemos reivindicar:

Reposição salarial
Reajustre semestral
Pra voltarmos a ensinar

Mas não é só isso não
A lei da nomeação
Também tem que revogar

Nosso plano de carreira
Tem que ir logo sem barreira
Pro Congresso aprovar

Ampliando o movimento
antes dos 12+
Não paramos de lutar

PT 1059 9-130

ESTADO DO PARANÁ

8

Os estudantes já estudam vias de fugas, portanto faixas

Condenam as manifestações estão sendo conduzidas Carlos Alberto Marçal Gonzaga

Comissão Grevista

Prof. Maria Portugal Pedernieiras 266-2345 Rua Monsenhor Lamartine nº 55

Graci Maria Fernandes Oliveira = 262-5569 Rua Mauricio Nunes Garcia nº 310

Maria José = 234-3802 Prof. Carlos Ribeiro - Rua Alfredo Schwartz - 25

Sebastião = 232-3267.

AESC = Associação dos Estudantes de Santa Catarina na Pr.

AESC

Perdo I. Conselheiro Laurindo 595 - 1º ANDAR

IMPRENSA OFICIAL PARANÁ

107

PT 1069a-130

CONFIDENCIAL

9

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Polícia Civil

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

OF. Nº 523/80.

Curitiba, 20 de agôsto de 1980.

Div. de Segurança e Informações
Subdivisão de Informações
PROTOCOLO
Nº 1475/80
DATA 23/10/80

Senhor Delegado:

Tem o presente, a finalidade de solicitar de Vossa Senhoria, relatório do Encontro dos Professores que será realizado nessa cidade nos dias 13 e 14 de setembro do corrente ano, no qual os mesmos pretendem marcar posições em suas reivindicações.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria, os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

BEL. MAURO DE SOUZA CASTRO
DELEGADO TITULAR

AO ILMO. SR.
BEL. PAULO BARRETO
MD. DELEGADO DA 5ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PATO BRANCO
NESTE ESTADO

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 10693_130

CONFIDENCIAL

R. Hoje.

A Superintendência para atender.

Em 08/09/80

[signature]
del. Ch.

Face a informação em anexo, restitua-se à Subdivisão de Informações para os fins devidos

Em 15/10/80

[signature]
del. Ch. 5ª SDP

ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL

ÓRGÃO: .....

PROTOCOLO N.º.....

INFORMAÇÃO

5ª Subdivisão Policial de Pato Branco Pr.

DaSuperintendência
Ao Sr.Delegado Chefe.

I N F O R M A Ç Ã O

Comunico a V.S.ª,que nos dias 13 e 14 do corrente houve nesta cidade o encontro dos Professores do Sudoeste do Paraná, sob a coordenação da associação dos Professores do Paraná.

O encontro reuniu cerca de 600 professores de 48 municipios Paranaenses.

O objetivo do encontro foi o seguinte:Confraternização e .Levantamento dos problemas de ordem regional que envolvem os Professores,discuções dos problemas de educação ,tais como:Melhoria da qualidade de ensino mais verbas para a educação e recursos materiais,reivindicações pessoais para os Professores melhores salários.

Usou da palavra o Secretário da Educação Edsom Machado e o Professor Rubens de Oliveira.

É A I N F O R M A Ç Ã O

Pato Branco 30 setembro de 1980.

Manoel Pires da Silva
Agente Encarregado.

Divisão de Segurança e Informações
Subdivisão de Informações
PROTOCOLO
Nº 1476 / 80
DATA 03 / 10 / 80.

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

serviço de imprensa da POLÍCIA CIVIL

Mod. 026

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

PT 1069 a.130

4

SR/DPF/PR. Serviço de Informações

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

INFORME Nº 0997/80-SI/SR/DPF/PR.

DATA : 01.10.80.
ASSUNTO : MOVIMENTO GREVISTA - LONDRINA/PR.

REFERÊNCIA :
ORIGEM : SI/SR/DPF/PR.
AVALIAÇÃO : B-2
ÁREA :
DIFUSÃO ANTERIOR :
DIFUSÃO : ACT/SNI - 5a. RM/DE - DSI/PC/PR -
ANEXOS :

Min. da Justiça - DPF
Subdivisão de Informações
PROTOCOLO
Nº 1400/80
DATA 06/10/80

1. No próximo dia 04.10.80, realizar-se-á reunião dos professores londrinenses, na sede da Associação Médica de Londrina, às 14:00 horas, para debater e formular as proposições a serem apresentadas na Assembléia Geral dos Professores que ocorrerá em Ponta Grossa / PR no dia 05 do corrente mês.

2. Prevendo a decisão pela greve, no dia 05, os professores da rede estadual, em Londrina/PR, já estão pedindo aos alunos para não comparecerem às aulas na próxima segunda-feira, dia 06 de outubro.

PT 10699.130

R. Kogr

à S/ [illegible]

DS/ 6/10/80

ESTADO DO PARANA
SESP — POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA D a 13ªSubdivisão Policial

Senhor Delegado Chefe:

Por determinação de V.Sª este relator compareceu em data de 05.10.80, nos salões do Clube Guaíra, nesta cidade, participando em caráter sigiloso da reunião dos professores conforme solicitação da CISESP, da Capital do Estado, a reunião foi denominada...MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA.
Início-10.00 horas - data- 05.10.80
Local- Clube Guaíra
Proposto pelo Profº Wagner D'Angeles
-estiveram presentes 70 localidade do Estado
-feita uma oração ao Espírito de Deus, teve início a Assembléia;
-tendo como condutor da mesa o profº Odair Ogliari da A.P.P, sendo o primeiro orador da reunião;
-O ex-gpvernador Jayme Canet Jr, Ney Braga e o atual Secretário Edson Machado de Souza foram criticados, muitas vezes, pelo não cumprimento das promessas feitas anteriormente;
-foi apresentado dois professores antigos, um com 54 anos de magistério e outro com 35 anos de magistério, ambos com salário na ordem de Cr$ 4.000.00 (quatro mil) cruzeiros, o que segundo o orador vem a clarear a atual situação dos professores;
-A existencia de pressão do governo estadual, feita por um representante de Assis Chateaubriand, a pretensão de que o movimento teria um fundo político e a idéia de um grande golpe no ensio, com a transferencia de responsabilidade do governo e a instituição do ensino pago para os níveis menores foram as denúncias apresentadas e debatidas pelos oradores, fizeram a questão de salientar, que não vão ceder e vão até o fim com seus objetivos;

A criação de um sistema de controle central do movimento, que ficará em Curitiba, a instalação de comissões municipais e regionais, o trabalho de conscientização dos pais de alunos, sendo um trabalho preliminar para anteceder a paralização além da formação de um sistema de informações à imprensa é a estratégia da mobilização.
-O Presidente da A.P.P, secção de Ponta Grossa, profº Renato Furstenberg, não se trata de uma greve, mas de um "Movimento de Educação e Justiça" com paralização das aulas.
-As reivindicações:Estatuto do Magistério e das Leis de Educação; não atendimento aos pedidos dos professores de muito tempo; salários insuficientes e até abaixo do salário minímo; a falta de condições minímas para um bom ensino; reajustes semestrais; pisos salárial de três salários minímos; elevação do nível da normalista de PA-1 para PB-2; cumprimento do estatuto do Magistério.
-Ficando salientado ainda que este movimento não tem finalidades políticas nenhuma, sendo única e exclusivamente de interesse da classe.
-Com os dizeres, entre morrer de fome trabalhando e sem trabalhar, preferimos morrer de fome sem trabalhar, ficou acertado a paralização das aulas a partir do dia 08 do corrente mês e ano.

É o relatório

segue verso.-.-.-.-.-.-.-

Setor de Publicação e Divulgação da Polícia Civil

PT 1059 8.130

ORLANDO CARNEIRO
Investigador Criminal.

Anexo: Documentos intitulados "As mentiras do Sr.Secretário".
"Associação de Educação Católica do Paraná".
"Vários recortes de jornais da imprensa local.

Secretaria de Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
13ª SUBDIVISÃO POLICIAL
PONTA GROSSA

PT 10698.130

13

CONFIDENCIAL

C.P. - 29

Estado do Paraná

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE ECONOMIA POPULAR

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

PAPELETA DE SERVIÇO Nº 063/80.-
B13

URGENTE

Fato ocorrido a ..... de ..... de 19 .....

Local: .....

Vítima: .....

Residência: .....

HISTÓRICO

DADOS SOLICITADOS:-

Será realizado amanhã quarta-feira, dia 08, às 14:00 horas, no Salão da Igreja de Guadalupe, uma Assembléia dos Professores, a qual visa a preparação do Movimento que será deflagrado em todo o Estado e preparação de Comissão Estadual que coordenará o movimento, integrado pela APP, APLP e APMP.

DADOS SOLICITADOS:-

1- Acompanhamento da referida Assembléia, com apresentação de relatório contendo o nome dos líderes, oradores bem como os assuntos tratados e as decisões tomadas.

2- Outros dados julgados úteis.

Curitiba, 07 de outubro de 1980.-

DELEGADO CHEFE
S.I.

Divisão de Segurança e Informações - Subdivisão de Informações
Fone 23 7331
CURITIBA
PARANÁ

CONFIDENCIAL

PT 10690.130

CONFIDENCIAL

C.P. - 29

Estado do Paraná

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE ECONOMIA POPULAR

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

PAPELETA DE SERVIÇO Nº 063/80.-
B13

URGENTE

Fato ocorrido a ..... de ..... de 19 .....

Local: .....

Vítima: .....

Residência: .....

HISTÓRICO

DADOS SOLICITADOS:-

Será realizado amanhã quarta-feira, dia 08, às 14:00 horas, no Salão da Igreja de Guadalupe, uma Assembléia dos Pro-' fessores, a qual visa a preparação do Movimento que será defla-' grado em todo o Estado e preparação de Comissão Estadual que co-ordenará o movimento, integrado pela APP, APLP e APMP.

DADOS SOLICITADOS:-

1- Acompanhamento da referida Assembléia, com apresentação de relatório contendo o nome dos líderes, oradores bem como os assuntos tratados e as decisões tomadas.

2- Outros dados julgados úteis.

Curitiba, 07 de outubro de 1980.-

Divisão de Segurança e Informações - Subdivisão de Informações
Fone 23 7331
CURITIBA
PARANÁ

DELEGADO CHEFE
S.I.

CONFIDENCIAL

PT 10690.130

CONFIDENCIAL

Divisão de Segurança e Informações
Fone 222-7331
CURITIBA
PARANÁ
Divisão de Informações

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL= DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

CURITIBA — PR, 08/10/80

1 ASSUNTO GREVE DOS PROFESSORES
2 ORIGEM SI/DSI/PC/PR
3 CLASSIFICAÇÃO A-1
4 DIFUSÃO SNI/ACT-E/2-5ªRM/DE- DPF/PR- CI/SESP/PR- PMPR- DOI/5ªR.M.
5 REFERÊNCIA

INFORME N.º 373/80

Foi realizada no Colegio Estadual do Paraná, na manhã de hoje, uma reunião com professores de diversos estabelecimentos de ensino da Capital, a qual teve por objetivo, tratar de assuntos referentes ao "MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA", deflagrado a partir de hoje.

A reunião contou com a participação de 150 professores aproximadamente.

Foi posta em votação a maneira de como os professores iriam divulgar a greve, tendo sido aprovada que será através de uma carta a ser publicada nos jornais da Capital esclarecendoa posição dos mesmos e pedindo o apoio dos pais e alunos.

Para essa publicação foram arrecadados entre os presentes, a quantia de Cr$ 5.720,00, devendo as arrecadações se prolongarem nas próximas reuniões.

Os colégios que não tiveram representantes nessa reunião, seriam visitados hoje à tarde por dois professores, os quais tentariam convencer os demais a aderir ao Movimento.

Tambem ficou decidido que os professores chegariam em seus respectivos colégios, após o horário de início das aulase ficariam na sala dos professores tentando per-

=segue=

PT 10693.130

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Divisão de Segurança e Informações
Fone
CURITIBA
PARANÁ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL = DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

CURITIBA — PR, 08/10/80

1 ASSUNTO
2 ORIGEM
3 CLASSIFICAÇÃO
4 DIFUSÃO
5 REFERÊNCIA

Continuação do INFORME N.º 373/80

suadir os demais a não assinar o livro ponto e a não dar aula.

Foi indicada uma comissão composta por uns dez professores a qual ficou encarregada de formar uma sub-comissão para dar maior apoio ao movimento.

Esse movimento, conforme decisão unânime dos presentes, não terá a participação de políticos de nenhum partido.

Amanhã às 09:00 horas, no Colégio Estadual será realizada outra reunião a qual servirá para dar prosseguimento à greve. Para isso, foi solicitado aos professores que levem pelo menos mais dois outros professores a essa reunião.

No final da reunião foi distribuido um impresso intitulado "As mentiras do Senhor Secretário".

Segundo o noticiário da Rádio Capital, em 41 cidades do Estado não estão tendo aulas.

A título de amostragem, relacionamos os colégios de Curitiba que, conforme levantamentos feitos pela DSI, não estavam tendo aulas bem como os que tiveram aulas normais.

Colégio Tiradentes, Colégio São José,

=segue=

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Fls. 03 17

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL = DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =
~~DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL~~
= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
~~SERVIÇO DE INFORMAÇÃO~~

Fone 227331 CURITIBA PARANÁ

CURITIBA — PR, 08/10/80

1 ASSUNTO
2 ORIGEM
3 CLASSIFICAÇÃO
4 DIFUSÃO
5 REFERÊNCIA

Continuação do INFORME N.º 373/80

Colégio Novo Ateneu, estavam fechados; Colégio Est. América, Colégio Profº, Brandão, Escola Polivalente, Colégio Lamenha Lins, Escola Xavier da Silva, Colégio Elizio Viana, Colégio Nilson Batista Ribas, Instituto de Educação, Colégio Júlia Wanderlei, Colégio Paula Gomes, Colégio Papa João XXIII e Colégio D. Pedro II não tinham aulas; Colegio Pedro Macedo e Colégio Rio Branco tinham aula mas com poucos alunos;Colégio Hildebrando de Araújo não tinha aula mais havia em torno de 200 alunos; e os Colégios Vitor do Amaral, Nossa Senhora Aparecida, tiveram aulas normais.

Dando continuidade ao Movimento, os professores realizaram nova Assembleia na mesma data, às 14:00 horas, no Salão da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, da qual participaram , professores representantes de várias cidades do interior.

O movimento contou com adesão dos colégios da Capital. Presidiu a reunião o Professor Presidente da Associação dos Professores Paranaense (APP), secretariada pela Professora Beatriz.

38 escolas do interior já haviam aderido a greve e estão paralizadas. Aproximadamente 70% de escolas de Curitiba e periferias tambem já fecharam suas portas.

O assunto principal da Assembléia, foi pelo piso salarial,pelo reajuste semestral e melhores condições de en

=segue=

PT 10692.130

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL = DIVISÃO DE SEGURANÇA e INFORMAÇÕES =
~~DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL~~
= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
~~SERVIÇO DE INFORMAÇÃO~~

Polícia Civil do Estado de Segurança e Informações 23723 CURITIBA PARANÁ Subdivisão de Informações

CURITIBA — PR, 08/10/80

1 ASSUNTO
2 ORIGEM
3 CLASSIFICAÇÃO
4 DIFUSÃO
5 REFERÊNCIA

Continuação do INFORME N.º 373/80

sino. Foi decidido que todos os professores assinem o livro ponto na APP no mínimo uma vez por dia. Aqueles que não o fizerem serão considerados renunciantes do movimento.

Foi tambem aprovada pela Assembléia, a criação de Comissões para darem desenvolvimento ao Movimento grevista, que são as seguintes:

- Comissão de Redação - com a finalidade de elaborar os documentos, referente ao movimento.
- Comissão de Divulgação - com o objetivo de divulgar os acontecimentos do movimento.
- Comissão de Visitas - Com o fim de fazer visitas às Escolas e fazer contato com os pais dos alunos, etc.
- Comissão de Apoio as Entidades.
- Comissão de Estatística
- Comissão Executiva - responsável pela arrecadação para a manutenção do movimento.

As Comissões Regionais são coordenadas pela Central da APP.

A Comissão Central se encarrega de verificar os Colégios que não paralizaram suas aulas e providencia o fechamento dos mesmos.

A UNE está dando apoio ao Movimento de Educa

CONFIDENCIAL

PT 1069a.130

=segue=

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL = DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =

~~DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

~~SERVIÇO DE INFORMAÇÃO~~

CURITIBA — PR, 08/10/80

1 ASSUNTO
2 ORIGEM
3 CLASSIFICAÇÃO
4 DIFUSÃO
5 REFERÊNCIA

Continuação do INFORME N.º 373/80

ção e Justiça dos Professores do Paraná.

Compareceram à Assembléia grande número de pessoas, superlotando a Igreja Nossa Senhora de Guadalupe.

A próxima Assembléia realizar-se-á no mesmo horário e local no dia 10/10/80.

==========

Divisão de Segurança e Informações - Subdivisão de Informações - Fone 23-7331 CURITIBA PARANÁ

CONFIDENCIAL

PT 1069 a. 130

20

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL - DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~DELEGACIA DE REPRESSÃO POLÍTICA E SOCIAL~~

= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

~~SERVIÇO DE INFORMAÇÃO~~

CURITIBA -- PR, 10/OUT/80

1 ASSUNTO: GREVE DOS PROFESSORES DO PARANÁ

2 ORIGEM: SI/DSI/PC/PR

3 CLASSIFICAÇÃO: A-1

4 DIFUSÃO: SNI/ACT- E/2-5ªRM/DE- DPF/PR- CI/SESP/PR- PMPR- DOI/5ªRM.-

5 REFERÊNCIA

DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO (Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

INFORME N.º 375/80

O Bispo de Palmas/Pr., Dom Agostinho José Sartori, esteve em Francisco Beltrão/Pr., onde como líder Espiritual, conseguiu o apoio de 32 cidades daquela região, ao "Movimento Educação e Justiça" que está sendo levado a efeito pelos professores de todo o Estado, fato esse que repercutiu junto às escolas Católicas daquela região, que também aderiram ao movimento, o que não foi do agrado do referido Bispo.

Os líderes do movimento grevista pretendem fazer um "fecho" em frente à Escola Guaira, localizada na Rua Lamenha Lins nº 1962, pelo fato da Diretora não ter permitido que a Comissão adentrasse no mesmo.

No dia 10/10/80, pela manhã, seriam distribuidos panfletos em frente ao referido estabelecimento, tentando convencer os professores a não darem aulas.

Seria realizada a partir do dia 09/10/80, à noite, uma estatística sobre a paralização das escolas.

Várias Comissões viajaram para o interior do Estado, para fazer com que um maior número de escolas adiram ao movimento.

Os professores só encerrarão o movimento quando atendidas todas as suas reivindicações.

PT 10659.130

21

Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLICIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

DATA 08 / 10 / 80

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

RELATÓRIO

Foi realizada no Colégio Estadual do Paraná, na manhã de hoje, uma reunião com professores de diversos estabelecimentos de ensino da Capital, a qual teve por objetivos, tratar de assuntos referentes ao "Movimento Educação e Justiça", deflagrado a partir de hoje.

A reunião contou com a participação de 150 professores aproximadamente.

Foi posta em votação a maneira de como os professores iriam divulgar a greve, tendo sido aprovada que será através de uma carta a ser publicada nos jornais da Capital. Para isso foram arrecadados entre os presentes a quantia de Cr$ 5.720,00, devendo nas próximas reuniões continuar com as arrecadações.

Os Colégios que não tiveram representantes nessa reunião, serão visitados hoje à tarde por 2 professores que tentarão convençer os demais professores a aderir ao movimento.

Também ficou decidido que os professores chegariam em seus respectivos colégios, após o horário de início das aulas e ficariam na sala dos professores tentando persuadir os demais a não assinar o livro ponto e a não dar aula.

Foi indicada uma comissão composta por uns dez professores a qual ficou encarregada de formar uma subcomissão para dar maior apoio ao movimento.

Esse movimento , conforme decisão unânime dos presentes não terá a participação de políticos de nenhum partido.

Foi solicitado aos presentes que na reunião de amanhã no Colégio Estadual, cada um levará pelo menos mais dois outros professores.

No final da reunião foi distribuido um impresso intitulado "AS MENTIRAS DO SENHOR SECRETÁRIO".

É o relatório.

Curitiba, 08 de outubro de 1980.

Adilson Antônio Koslosky
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

PT L0698-130

Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLICIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
[redacted]

Estado do Paraná

DATA 09 / 10 /80

[redacted] = SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

RELATÓRIO

Senhor Delegado:

Cumprindo determinações de Vossa Senhoria, compareci no Colégio Estadual do Paraná por volta das 08:45 horas, permanecendo no local até as 10:10 horas.

O movimento, conforme foi decidido na reunião de ontem, teria prosseguimento com outra reunião na manhã de hoje, no colégio em referência. Porém essa reunião não se realizou, sendo notada a presença de aproximadamente 15 professores no Salão Nobre do Colégio.

Em virtude do pequeno número de participantes, este funcionário não adentrou no Salão Nobre, entretanto permanecí no prédio com a finalidade de comprovar se a reunião iria realizar-se.

Não foi possível levantar maiores detalhes sobre o movimento.

É o relatório.

Curitiba, 09 de outubro de 1980.

Adilson Antônio Koslosky
ESCRIVÃO DE POLICIA

PT 10692.130

Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLICIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

DATA ...../...../.....

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

RELATÓRIO

Por determinação de Vossa Senhoria, assisti à Assembléia dos Professores, realizada no dia 08/10/80, às 14:00 horas no salão da igreja Nossa Senhora do Guadalupe.

Participaram do "MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA, ' professores da capital, periferias e interior. Presidiu à reunião, o professor presidente da Associação dos Professores Paranaense (APP) secretariada pela professora Beatriz.

Aproximadamente 38 escolas do interior ja aderiram a greve e estão paralizadas. 70% das escolas de Curitiba e periferias, também já pararam suas atividades.

O assunto principal abordado na assembléia, foi' piso salarial, reajuste semestral e melhores condições de ensino.

Foi decedido que todos professores assinariam o livro ponto na APP. Aqueles que não o fizerem seriam considerados ' renunciantes do Movimento. Foi aprovada em assembléia, a criação de Comissões para darem desenvolvimento ao Movimento Grevista, as quais são as seguintes: Comissão de Redação, com a finalidade de elaborar documentos referentes ao Movimento. Comissão de Divulgação, com o ' objetivo de divulgar os acontecimentos relativos a greve. Comissão' de Visitas, com o fim de fazer visitas as escolas e manter contato' com os pais dos alunos. Comissão Executiva, responsável pela arrecadação de fundos para o sustento da greve. Essas Comissães são regionais, entretanto, coordenadas pela Comissão Central, localizada na APP. A Comissão Central encarregaria-se de verificar as escolas que não pararam suas atividades e providenciaria o fechamento das mesmas.

A União Nacional dos Estudante (UNE) estaria ' dando apoio ao"MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA" dos Professores do Estado do Paraná. O Movimento não aceitaria de hipótese alguma intervensão política.

PT 10698.130

Secretaria de Segurança Pública

Estado do Paraná

DIRETORIA DA POLICIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

DATA ...../...../.....

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

RELATÓRIO

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO FLS. 02

Compareceram na Assembléia grande número de pessoas, superlontando o salão da igreja. A próxima Assembléia realizar-se-á, no dia 10/10/80, no mesmo local e horário da anterior.

É o Relatório

Curitiba, 09 de outubro de 1980

JOSÉ CAMELO DE ALBUQUERQUE
Escrivão de Polícia

PT 0099.130

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa-Pr.

13.º SUBDIVISÃO POLICIAL
PONTA GROSSA
CONFIDENCIAL

Ofício nº010/80 Ponta Grossa, 10 de outubro de 1980

SENHOR DELEGADO:

Atendendo solicitação dessa Especializada, encaminho a V.Sª, para os devidos fins, o incluso relatório e recortes de jornais locais, referente a greve dos professores, desta cidade.

Na oportunidade apresento a V.Sª meus protestos de estima e distinguida consideração.

Subdivisão de Informações
PROTOCOLO
Nº 1730/80
DATA 11/10/80

BEL.PEDRO FIDELIS ABREU
DELEGADO ADJUNTO

ILMº SR.DR.DELEGADO DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO
CURITIBA PR.

Secretaria de Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
15ª SUBDIVISÃO POLICIAL
PONTA GROSSA

13.º SUBDIVISÃO POLICIAL
PONTA GROSSA
CONFIDENCIAL

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 10698_130

RELETÓRIO DA AUDIÊNCIA COM O SENHOR GOVERNADOR

Os professores abaixo-assinados, reunidos com o senhor governador Ney Braga, no dia 29 de outubro de 1.980, têm a relatar o seguinte:

1. A reunião iniciou às 16,50 h, no 3º andar do Palácio Iguaçu, estando presentes, por parte do governo, além do governador, os secretários da Educação e da Segurança Pública.
2. O sr. governador abriu a reunião acentuando que o governo está entregando a cada uma das três associações um documento por ele próprio assinado, confirmando e garantindo a contra-proposta que os seus secretários apresentaram ao professorado.
3. Nos debates que se seguiram, o governador prometeu que, além das propostas escritas, retornando os professores às aulas, as conversações entre os representantes dos professores e os do governo deverão ser feitas de forma periódica e amiudadamente, inclusive, podem os professores reunir-se com Ele (governador) uma (1) vez por mês.
4. Que o governo encaminhará projeto de lei para elevar todos os atuais professores P.A.1. a P.B.2., não estando no estágio probatório.
5. Acha o governador possível atribuir ao professor P.A.1. o piso salarial de dois salários mínimos e meio.
6. Que todos os dispositivos do Estatuto do Magistério devem devem ser regulamentados com urgência e entrarem plenamente em vigor.
7. Garantiu ainda o sr. governador que as vagas no Quadro Próprio do Magistério aos professores estabilizados estão automaticamente garantidas, independentemente das vagas abertas para concurso de ingresso.

Curitiba, 29 de outubro de 1.980.

NOME	CIDADE	ASSINATURA
Izaías Ogliari	Etelvina	
[illegible]	[illegible]	
Dino Zanlorenzetti	Londrina	
AGOSTINHO A. COUTINHO	M GA.	
Ludovico J. Segredi	Arapongas	
IVO CORDEIRO LOPES	CASCAVEL	
Mario Sergio Ferreira de Souza	DEC do NORTE	
Celso Tamanini	Ibiporã	
ELIUD José BORGES	Curitiba	
Romero da Silva Pinto	A. Chateaubriand	
PEDRO FRANZON	IVAIPORÃ	
MARIO L. PRETO	IVAIPORÃ	
Antonio Teodoro	Jaguariaíva	
Maria Natureza Borges	P. Grossa	
Regina Mª Ogliari	Etelvina	

PT 10692-130

NOME	CIDADE	ASSINATURA
Maria Ap. Arruda Ver	Maringá	[illegible]
Lazuho Jorge	P. Grossa	[illegible]
Isolde Benilde Andreata	Ponta Grossa	[illegible]
Francisco Vieira Machado	P. Grossa	[illegible]
Henriqueta Kubiak Tozetto	P. Grossa	[illegible]
M.A. Rosetta (Merly)	Maringá	[illegible]
[illegible] (Aecio)	Maringá	[illegible]
Paul Pimenta	MARINGÁ	[illegible]

RELETÓRIO DA AUDIÊNCIA COM O SENHOR GOVERNADOR

Os professores abaixo-assinados, reunidos com o senhor governador Ney Braga, no dia 29 de outubro de 1.980, têm a relatar o seguinte:

1. A reunião iniciou às 16,50 h, no 3º andar do Palácio Iguaçu, estando presentes, por parte do governo, além do governador, os secretários da Educação e da Segurança Pública.
2. O sr. governador abriu a reunião acentuando que o governo está entregando a cada uma das três associações um documento por ele próprio assinado, confirmando e garantindo a contra-proposta que os seus secretários apresentaram ao professorado.
3. Nos debates que se seguiram, o governador prometeu que, além das propostas escritas, retornando os professores às aulas, as conversações entre os representantes dos professores e os do governo deverão ser feitas de forma periódica e amiudadamente, inclusive, podem os professores reunir-se com Ele (governador) uma (1) vez por mês.
4. Que o governo encaminhará projeto de lei para elevar todos os atuais professores P.A.1. a P.B.2., não estando no estágio probatório.
5. Acha o governador possível atribuir ao professor P.A.1. o piso salarial de dois salários mínimos e meio.
6. Que todos os dispositivos do Estatuto do Magistério devem devem ser regulamentados com urgência e entrarem plenamente em vigor.
7. Garantiu ainda o sr. governador que as vagas no Quadro Próprio do Magistério aos professores estabilizados estão automaticamente garantidas, independentemente das vagas abertas para concurso de ingresso.

Curitiba, 29 de outubro de 1.980.

NOME	CIDADE	ASSINATURA
Izaias Ogliari	Cruz.	
[illegible]	[illegible]	
Dirce Zanella Medeti	Londrina	
AGOSTINHO G. COUTINHO	M GA.	
Ludovico J. Segredi	Arapongas	
IVO CORDEIRO LOPES	CASCAVEL	
Mario Sergio Ferreira de Souza	DEC do NORTE	
Celso Tamanini	Cba.	
ELIUD José BORGES	Curitiba	
Pompeo da Silva Pinto	A. Chateaubr.	
PEDRO FRANZON	IVAIPORÃ	
MARIO L. PRETO	IVAIPORÃ	
Apolonio Teodoro	Paranaguá	
Orazio Natureza Unger	P. Grossa	
Rep. na 11ª Ogliari	6ª	

1109 1980

NOME	CIDADE	ASSINATURA
Maria Ap. Arruda Vera	Maringá	[illegible]
Lazuho Jorge	P. Grossa	[illegible]
Lolde Benilde Andreata	Ponta Grossa	[illegible]
Francisco Vieira Machado	P. Grossa	[illegible]
Henriqueta Kubiak Tozetto	P. Grossa	[illegible]
MA Rozeta (Merly)	Maringá	[illegible]
[illegible] (Aecio)	Maringá	[illegible]
[illegible] Pimenta	MARINGÁ	[illegible]

Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLICIA CIVIL

[redacted]

Estado do Paraná

DATA 13 / OUT / 80

[redacted] SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES

RELATÓRIO

SENHOR DELEGADO:

Cumprindo determinações de Vossa Senhoria, comparecemos na Assembléia dos Professores, realizada no dia 10/OUT/80, às 14:30 horas, no salão da Igreja do Guadalupe, onde os professores reuniram-se com a finalidade de dar prosseguimento ao "Movimento Educação e Justiça".

Participaram da mesma, aproximadamente 1000 professores os quais decidiram continuar com a greve até que o governo atenda todas as suas reivindicações.

No início da reunião, um orador usando da palavra disse que estava presente um Professor/Promotor o qual lhe tinha relatado os seus vencimentos. Que segundo esse Promotor, o seu salário era de Cr$ 104.000,00 aproximadamente sem ter que cumprir horário pré-estabelecido, e que por outro lado, como professor, ganhava Cr$ 22.000,00 cruzeiros, tendo que cumprir 22 horas semanais de trabalho.

Após essa explanação, comparou com os salários dos professores dizendo que, não que os promotores ganham bem, mas sim que os Professores é que ganham mal.

Logo após, outro orador também esclareceu seu ponto de vista, fazendo um breve relato da situação de cada categoria funcional ou seja, CLT, normalista, efetivos e outros, conclamando a todos que apóiem o movimento, porque todos estão na mesma situação.

Com referência à reunião que os professores tiveram com o Sr. Secretário, foi dito que esta não teve proveito algum. Que o secretário não quiz discutir diretamente os assuntos de dinheiro e que o mesmos falou só dos aumentos de níveis que os professores iriam ter. Por duas vêzes, quase que os professores teriam "rompido" com o Secretário, pois este estaria tentando iludir os professores.

Outro orador disse também que os aumentos que os professores tiveram durante esses últimos anos, foi o mínimo, mas que foram conseguidos através de movimentos reivindicatórios, porque o governo

PT 10693-120

"segue"

Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLICIA CIVIL

Estado do Paraná

DATA 13 / OUT / 80.-

Continuação do RELATÓRIO S/Nº

por si só, t eria concedido menos ainda.

Vários diretores de colégios de cidades do interior tais como, Palmas, Jaguariaiva, Piraí do Sul e Sengés, teriam posto ' seus cargos à disposiçaõ.

Um representante do DCE da UFPR falou que os estudantes estavam solidários ao movimento Educação e Justiça e que iriam confeccionar bônus para ajudar a greve.

Também um representante da Comissão de Justiça e Paz falou que essa entidade apoiava o movimento e que os professores poderiam contar com o apoio dos Bispos em geral e vai haver uma reunião ' com o Arcebispo Metropolitano D. Pedro Fedalto para que este tome uma posição sobre a greve. Esse representante acha porém que o Arcebispo só irá ' confirmar o seu apoio.

Por volta das 16:00 horas começou a esvaziar a ' Assembléia, sendo que às 17:00 horas só ficaram os elementos das Comissões que irão aos colégios a partir de segunda-feira dia 13, coma intençaõ de ' tentar convencer o restante dos professores a aderir ao movimento e também não deixar os alunos entrarem nos colégios.

Ficou confirmado para quinta-feira dia 15, uma ' Assembléia em Londrina, na qual os professores iriam discutir a proposta do govêrno e também um possível ato Público a nível Estadual.

No dia 14, às 14:00 horas será realizada outra ' Assembléia na Igreja do Guadalupe.

È o nosso relatório.

Adilson Antonio Koslosky
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

José Camêlo de Albuquerque
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

PT 1069 a-130

ESTADO DO PARANA

SESP — POLÍCIA CIVIL-DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

~~DELEGACIA~~ = SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

~~INFORME~~

Curitiba, 09/OUT/80

ASSUNTO: GREVE DOS PROFESSORES.-

Dando prosseguimento ao "MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA", os professores estiveram reunidos na Associação dos Professores do Paraná,-APP, e Colégio Estadual do Paraná.

Na Associação dos Professores a reunião iniciou por volta das 08:30 horas, contando com a participação de aproximadamente 70 pessoas. Grande parte dos elementos que chegavam, após assinarem o livro ponto, retiravam-se do local.

Com relação ao aumento do Funcionalismo Público anunciado ontem pelo governo, um professor comentou que já estavam acostumados com a demagogia do mesmo. Que não iriam mais ser passados para trás e que toda e qualquer iniciativa a respeito de salários, teria que partir do que fosse discutido na Assembléia. Falou ainda que não aceitariam nenhuma intervenção política conforme ficou decidido na assembléia de ontem.

Uma professora, um pouco nervosa, falou que o movimento precisava ser mais unânime pois a participação estava diminuta, e que haviam sido informados que em Londrina colégios estavam funcionando normalmente, o que não era satisfatório.

Foi falado também que os objetivos do movimento visam, melhores condições de ensino, mais verbas para a educação e cumprimento pleno do Estatuto.

Nessa reunião também foram coletados fundos para o movimento e solicitado a todos os que pudessem, que levassem suas contribuições para poderem continuar com a greve.

Existe uma Comissão Central na APP, a qual coordena todos os trabalhos da greve.

No Colégio Estadual, a reunião que estava prevista para hoje de manhã não se realizou pois o número de professores presentes era pequeno. Chegavam ao local um ou outro professor que logo saía, porém permaneciam no Salão Nobre do Colégio, 15 professores aproximadamente, os quais ficavam conversando informalmente.

serviço de imprensa da POLÍCIA CIVIL

PT 10698.130

/"segue"/

ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL – DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DELEGACIA = SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =

Continuação do Informe.s/nº

Em levantamentos feitos por essa Divisão, tem-se a impressão de que está havendo um esvaziamento do movimento, pois notou-se no primeiro dia uma participação mais ativa dos professores. Presume-se que a causa disso seja o aumento anunciado pelo governo ' ao funcionalismo ou negligência e descaso por parte dos professores.

****

serviço de imprensa da
POLÍCIA CIVIL

B13/B15

PT 10698-130

Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLICIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

DATA ...../...../.....

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

RELATÓRIO

Senhor Delegado:

Em reunião das regionais, realizada na APP, no dia 17/10/80, às 18:00 horas, ficou decedido o seguinte:

Confecção de panfletos e distribuição dos mesmos nos lugares de acesso ao público, tais como: Igrejas, Parques e outros locais.

Assembléia do Estádio Couto Pereira, no dia 21/10/80, às 09:00 horas, terça-feira.

Passeata em horário não confirmado, no mesmo dia.

É o Relatório

Curitiba, 20 de outubro de 1980.

ADILSON ANTÔNIO KOSLOSKI
Escrivão

JOSÉ CAMELO DE ALBUQUERQUE
Escrivão.

Pt 1059 a - 130

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL - DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
~~DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL~~
= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
~~SERVIÇO DE INFORMAÇÃO~~

CURITIBA — PR, 13/OUT/80

1 ASSUNTO: GREVE DOS PROFESSORES DO PARANÁ
2 ORIGEM : SI/DSI/SC/PR.-
3 CLASSIFICAÇÃO: A-1.-
4 DIFUSÃO: SNI/ACT- 2/2-5ªRM/DC- DPF/PR- CI/C SP/PR- P PR- DOI/5ªRM.-
5 REFERÊNCIA

INFORME N.º 377/80.-

Dando prosseguimento ao "Movimento Educação e Justiça", os professores reuniram-se em assembléia no dia 10/OUT/80, as 14:30 horas, no salão da Igreja do Guadalupe.

Participaram da mesma, aproximadamente 1000 professores os quais decidiram continuar com a greve até que o govêrno atenda todas as suas reivindicações.

No início da reunião, um orador usando da palavra, disse que estava presente um Professor/Promotor o qual lhe tinha relatado os seus vencimentos, e que segundo esse Promotor, o seu salário era de Cr$ 104.600,00 aproximadamente, sem ter que cumprir horário pré-estabelecido. Por outro lado, como professor, ganhava Cr$ 22.000,00, tendo que cumprir 22 horas semansis de trabalho.

Após essa explanação, comparou com os salários dos professores dizendo que os Promotores não ganham bem e sim os professores que ganham muito mal.

Logo após outro orador também esclareceu seu ponto de vista, fazendo um breve relato da situação de cada categoria funcional ou seja, CLT, normalista, efetivos e outros, conclamando a todos que apóiem o movimento pois estão todos na mesma situação.

Comentando a reunião que os professores tiveram com o Sr. Secretário da Educação, foi dito que esta não teve proveito algum porque o mesmo não quiz discutir os assuntos relacionados

PT-10693-130

"segue"

34

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL - DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

CURITIBA — PR, 13/OUT/80.-

1 ASSUNTO .....
2 ORIGEM .....
3 CLASSIFICAÇÃO .....
4 DIFUSÃO .....
5 REFERÊNCIA .....

CONTINUAÇÃO DO INFORME N.º 377/80.-

com dinheiro, dizendo que o govêrno não tinha verbas e que o máximo que este poderia conceder era as elevações de níveis e mais algumas pequenas concessões, o que não era suficiente no entender dos professores. Foi dito também que por duas vezes quase que os professores "rompem" com o Sr. Secretário porque este estava tentando iludir os professores.

Outro orador disse também, que os aumentos concedido nesses ultimos anos, foi em decorrência de movimentos reivindicatórios e que o governo por si só teria concedido menos ainda.

Vários diretores de colégios de cidades do interior, tais como, Palmas, Jaguariaiva, Piraí do Sul e Sengés, teriam posto seus cargos à disposição.

Um representante do DCE/ da UFPR, falou que os estudantes estavam solidários ao "Movimento Educação e Justiça" e que iriam confeccionar bônus para ajudar a greve.

Também um representante da Comissão de Justiça e Paz CJP, falou que essa entidade apoiava o movimento e que os professores poderiam contar com o apoio dos Bispos em geral sendo que haveria uma reunião com o Arcebispo Metropolitano D. Pedro Fedalto para que este tome uma posição sobre a greve. Esse representante do CJP acha porém que o Arcebispo só irá confirmar o seu apoio.

Ficou confirmado para quinta-feira dia 15, uma Assembléia em Londrina/Pr, na qual os professores iriam discutir uma pro

PT 10692-130

"segue"

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLICIA CIVIL- DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
~~[illegible]~~
= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
~~SERVIÇO DE INFORMAÇÃO~~

CURITIBA — PR, 13/OUT/80.-

1 ASSUNTO
2 ORIGEM
3 CLASSIFICAÇÃO
4 DIFUSÃO
5 REFERÊNCIA

CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 377/80.-

posta do governo e também um possível Ato Público a nível Estadual.

Por volta das 16:00 horas começou a esvaziar a assembléia, sendo que às 17:00 só ficaram os elementos componentes das comissões que irão aos colégios a partir de segunda-feira dia 13, com a finalidade de tentar convencer os professores que ainda não aderiram ao movimento que o façam, assim como não permitir que os alunos entrem nos colégios.

No dia 14, terça-feira, às 14:00 horas será realizada outra assembléia na Igreja do Guadalupe.

Ainda no dia 10, no período da manhã, na Escola Elvira Pacheco, Barreirinha, foi realizada uma programação a qual tinha como convidados as seguintes autoridades: O Ex.mo Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário da Educação, da Saúde, Diretores de escolas, Fundepar e Polícia Mirim. Por motivos de saude, o governador não pode comparecer.

Também estavam presentes, representantes da Associação dos Professores do Paraná, portando faixas e cartazes onde a temática era greve ou seja "Movimento Educação e Justiça".

Segundo informações, das 150 escolas da capital, somente 68 estavam totalmente paralizadas.

O Colégio Medianeira paralizou suas atividades, para que os demais Colégios Católicos também o façam.

B13/B15 **********

PT 1069 a 130

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DA POLICIA CIVIL - DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
= SUBDIVISÃO DE INFORMAÇÕES =
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

CURITIBA - PR, 15/10/80

1 ASSUNTO GREVE DOS PROFESSORES
2 ORIGEM SI/DSI/PC/PR
3 CLASSIFICAÇÃO A-1
4 DIFUSÃO SNI/ACT- E/2-5ªRM/DE- DEF/PR- CI/SESP/PR- PMPR- DOI/5ª RM.
5 REFERÊNCIA

INFORME Nº 384

Assembléia realizada no dia 14/10/80, às 14:00 horas, na Igreja Nossa Senhora do Guadalupe, contou com a presença de aproximadamente 1200 pessoas.

DECISÕES: Encaminhar proposta à Assembléia de Londrina, a qual realizar-se-á no dia 15, para ser feito um Ato Público a nível Estadual. Em Curitiba o Ato Público será realizado na sexta-feira dia 17, iniciaria na Boca Maldita, saindo em caminhada até o Palácio do Governo.

Formar o movimento mais aberto à população, pois à portas fechadas como está se desenvolvendo dificilmente atingirá seus objetivos.

Será feita concentração nas proximidades do Colégio Nossa Senhora Aparecida, localizado na Rua 1º de Maio, 160, a partir do dia 15 a fim de evitar que alunos vão ao escola e convencer os professores dessa escola que é uma das maiores, aderirem ao movimento.

Realizar nova Assembléia quinta-feira, dia 16, em Curitiba, com local a ser designado.

(illegible)

Divisão de Segurança e Informações
CURITIBA
PARANÁ
Subdivisão de Informações

B-15

PT 1069_2_130

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

= DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES =

= ORDEM DE SERVIÇO Nº09/80 =

O Bel. ELOY FERNANDES FRANÇA, Delegado Titular da Divisão de Segurança e Informações, no uso de suas atribuições regulamentares , CONVOCA:

Reunião com os Senhores Delegados abaixo relacionados, no horário das 17:00 horas na data corrente, para tratar sobre a passeata dos Professores, a ser realizada no dia 17 do corrente (amanhã).

Dr. Luiz Fernando Viana Artigas
Dr. Mauro de Souza Castro
Dr. Vicente Gonçalves do Amaral
Dr. Boris Bowe Barddal
Dr. Leonil Cunha Pinto
Dr. Renato Marcondes Batista
Dr. João Carlos Pires da Fonseca

C U M P R A - S E

Curitiba, 16 de outubro de 1.980

Bel. ELOY FERNANDES FRANÇA
Delegado Divisional

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 10698-130

CONFIDENCIAL

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ
ESTADO MAIOR
2.a SEÇÃO

INFORME N.º 577/80

Data 20. OUTUBRO. 1980

Assunto CONCENTRAÇÃO EM CAMPO LARGO

DATA 23/10/80

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR CONHECIMENTO DESTE ASSUNTO FICA AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELO SEU SIGILO.
Art. 12 - Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos - Decreto n.º 79099/77

Referência : :.:
Origem : 2ª SEÇÃO / PMPR.
Avaliação : A-1.
Difusão Anterior : :.:
Difusão : 2ª/5ªRM/DE - CI/SESP - DSI/PR - SNI/ACT

Anexos : :.:

Por volta das 20:10 horas do dia 18/10 p.p. foi levada a efeito uma Concentração de Professores e pais de alunos na Praça Central da Cidade de CAMPO LARGO/PR.

A referida concentração contou com a presença de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) pessoas e foi coordenada pelo Professor NELSON (não identificado por este O.I.). Segundo o referido Professor, a Praça Central foi utilizada para o evento por não lhes haver sido permitido realizá-lo em outro local, sem citar a origem da proibição e nem as opções de locais.

O assunto principal abordado visava esclarecer aos pais de alunos a razão pela qual os Professores estão promovendo o "Movimento Educação e Justiça" com a paralização das aulas. Na seqüência foi feita uma crítica ao abono de emergência a ser concedido pelo Governo, cujo abono, segundo o Professor NELSON, seria de Cr$1.000,00 (hum mil cruzeiros).

Finalizando a Concentração, foi lida uma prece, intitulada "A Prece do Professor", por uma aluna de nome GRACIANA.

Foram estendidas faixas nas quais se liam:
"Só Queremos Justiça" e "Pelo Direito e Justiça, Lutemos juntos".

A Concentração encerrou-se às 20:50 horas.

ESTADO DO PARANÁ - POLÍCIA MILITAR

.....

CONFIDENCIAL

PT 1069 p. 130

A S. Sufo para anexar aos demais documentos atinentes a futura produção de informes.

Si 24/10/80

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA

Divisão de Segurança e Informações
Subdivisão de Informações
PROTOCOLO
Nº 1522/80
DATA 5/11/80

R E L A T O R I O

Atendendo determinação do Delegado desta Delegacia, afim de ser averiguado como estava o funcionamento das Escolas e dos Grupos Escolares, tendo em vista a greve encetada pela classe dos Professores, informo à Vossa Senhoria, que foram visitadas as Esdolas abaixo relacionadas, onde foi constatado que as mesmas encontram-se paralizadas com suas aulas, sem contudo haver nas mesmas qualquer movimento de piquet.-Escolas visitadas:-ESCOLA LISIMACO F. COSTA, Avenida Iguacú, COLEGIO SANTA GEMA GALGARI, Rua C. Cavassin,358 Abranches, ESCOLA DORACI CEZARINO, Rua Eugenio Parolin, ESCOLA GUAIRA, Rua Lamenha Lins, 1962, ESCOLA LA SALE, Rua L. Morretes, 94, ESCOLA NOSSA SENHORA PERPETUO SOCORRO,Avenida Paraná, 150, ESCOLA PROFESSOR OLAVO DEL CLARO, Rua Clara Fiala, São Braz, ESCOLA SANTO ANTONIO, Rua Amadeu Peixoto, 37, ESCOLA GABRIEL DE MORAIS, Rua Catulo da Paixão Cearense,Cajuru, ESCOLA NIVALDO BRAGA, Rua João Soares Barcelos, Boqueirão, ESCOLA SANTA CANDIDA, Avenida Paraná, 1185, ESCOLA ROBERTO LANGER, Rua Paulo Setubal, Vila Hauer,ESCOLA LUIZA ROSS, Rua Bartolomeu L. de Gusmão, Vila Hauer, ESCOLA SÃO PAULO APOSTOLO, Rua Euzebio de Oliveira, 101, Uberaba, ESCOLA MARIA MONTISSORI, Rua Canada, Santa Candida, ESCOLA VITOR FERREIRA DO AMARAL, Boqueirão, ESCOLA ELISIO VIANA, Avenida Salgado Filho, Guabirotuba, ESCOLA D. PEDRO II, Rua Bispo don José, Seminário, ESCOLA RIO BRANCO, rua Bispo Don José, Seminário, ESCOLA PROFESSOR CLETO, São Braz.-

Curitiba, 20 de outubro de 1980

Aramis Baglioli
Detetive 4ª Classe

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 10598.190

A 8 81

a SI, para
os fins devidos
DS - 4/11/80

Declaração

Declaro que no dia 22/10/80 numa das salas de aula do Instituto Politécnico Estadual a professora Ezilda ~~[illegible]~~ Abdala reuniu as turmas dos cursos de Química e Eletrotécnica com o objetivo de justificar o movimento que resulta dos [illegible] professores comunicando-nos a sua situação e a dos demais professores colegas como ficaria no [illegible] ano [illegible].

Por ser expressão da verdade e para que surta efeito legal, firmo a presente.

Ana Maria de Oliveira
Representante de Química
Ctba. 22 de outubro de 1980.

PT 10650-130

Julio

Como você deve observar, nas 1as aulas havia um bom número de alunos

Eletrotécnica = 16 alunos compareceram

Química = 26 alunos compareceram

Entretanto, por ordem da Secretária, Eunice, não me foi permitido dar o sinal.

A porta que dá acesso às classes foi fechada depois que recolhi as duas turmas (juntas as duas turmas) os demais alunos, se contentaram em ficar no pátio da Escola.

Já na 2a aula, quando fui recolher a turma mista, tinha bem poucos alunos (não sei se foram dispersados, e se realmente só existiam esse número).

Total = 11 alunos (2a aula)

A profa Ezilda Abdalla, que está no movimento grevista, reuniu os alunos de Química e Eletrotécnica, após minha 1a aula numa sala de aula, a fim de "justificar" a posição dos professores grevistas.

Entretanto, não ouvi, nem sei o que foi falado, a única coisa que sei e confirmo é que ela estava defendendo a greve. A referida professora tinha as duas primeiras aulas de Geografia na turma de Química, apesar de ter 26 alunos ela recusou a dar matéria (Geografia).

No momento é

Bejos

[illegible]

Abr. 22/10/80

VIRE

Obs: Anexo, segue declaração, de uma dos alunos de Química representante de turmas, do que se passou na reunião da profa Ezilda. É claro que pedi a aluna "sem coação" este relatório.

PT 1069 2-130

Em Tempo:
Ao término da 2ª aula, não sei por
que razão, foi dado o "sinal" de saída.
Fui "agredida" por palavras e ameaças
com a prof.ª Ezilda.
Temo mais represálias. Atenciosamente

PT1069 2_130

Secretaria de Estado da Educação
Instituto Politécnico
Estadual
CURITIBA - PARANÁ

43

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Relação dos alunos que compareceram à aula ministrada pela profª Maria Bernardete de Aquino Vieira, na Disciplina de Educação Artística, no dia 22 de outubro de 1980

Profª Maria Vieira
Horário: 8:30 h. às 9:20 h. (2ª aula)

Alunos: Curso: Saneamento - Matutino
Agrimensura
Estradas

Turma: Mista

Gilberto Simas Estradas nº 6
Regina Márcia Quiroga Saneamento nº 18
Rosely Regina Giovanini nº 19 Saneamento
Adriani Stanick Muller nº 2 Saneamento
Renato José Longo nº 11 Agrimensura
Cláudio Jorge Rosa Nº 03 Agrimensura
Carlos A. Carvalho Nº 02 Estradas
Paulo Sérgio Costilho Nº 12 Estradas
Sueli Vieira Saneamento nº 24
Sirlene C. Vieira Saneamento nº 20
Sueli Cristina Sam Saneamento nº 23

IMPRENSA OFICIAL PARANÁ
184

PT 10690-130

Secretaria do Estado da Educação
Instituto Politécnico
Estadual
CURITIBA - PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Secretaria do Estado da Educação
Instituto Politécnico
Estadual
CURITIBA - PARANÁ

Relação dos alunos que compareceram à aula ministrada pela profª Maria Bernardete de Aquino Pereira, na Disciplina de Educação artística, no dia 22 de outubro de 1970.

Profª [illegible]
Horário: 7:40 h às 8:30 h. (1ª aula)

Alunos: Curso: Eletrotécnica - Matutino

Mauricio Graciano nº 24
Carlos Massao Otani nº 4
Luiz Orestes Franzoni nº 21
Paulo Roberto P. Ramos nº 30
Edson Roberto Lauchtenberg nº 9
Claudemir Antunes de Lima nº 5
[illegible] Cezar Leite nº 26
Sidney dos Santos nº 39
Pedrinho Vidal dos Santos nº 31
Nelson Benik nº 28
Milton Machado nº 27
Vagno A. Dias
Soraia Rose nº 42
Emerson Benetti Mamed. nº 11
Sicomar Anderson Budal nº 40
Irineu Pilinski nº 13

IMPRENSA OFICIAL PARANÁ 184

PT 1059 a-130

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Secretaria de Estado da Educação
Instituto Politécnico
Estadual
CURITIBA - PARANÁ

Relação dos alunos que compareceram à aula ministrada pela profª Maria Bernardete de Aquino Pereira, na Disciplina de Educação Artística, no dia 22 de outubro de 1980

Profª [illegible]
Horário: 7:40 h às 8:30 h. (1ª aula)
Alunos - Curso Química - Matutino

João Barreto Filho nº 19
Liliane de Cassia Oliveira nº 28
Guilherme Wiegand Zemke nº 17
Gisele Maria da Costa nº 16
Rejane Bieszad nº 40
Tânia Mara Franco nº 52
Paulo Sergio Jacob nº 38
Maria do Rocio Faria nº 31
Sandra Miranda de Souza nº 44
Antonio Carlos K. Cardoso nº 2
Leonardo Rafael Falkowski nº 27
Solores Eiko Saito nº 50
Miriam Zemke nº 34
José Luiz de Azevedo nº 25
Ela Maria de Oliveira

IMPRENSA OFICIAL PARANÁ
184

PT 10692-130

Vandecir Gomes nº 06

Paulo Roberto Machado nº 37

Silvia de Fátima Martins nº 48

Maristela Cardozo Jaques nº 33

Silvia Helena de Aquino Pereira nº 49

Elizabeth Setim nº 12

Elizabeth Aparecida de Andrade nº 11

Clarice Lourenço nº 5

Nada Fabianne Henle nº 26

Josane Santos Leal nº 41

Marilda J. Gomes nº 3a

Neida Oliveira Santos nº 35

PT 10693-130

1a. Questão:
Calcular o m.m.c. dos números 8, 12 e 54.

a) 216 ( ) b) 8 ( ) c) 5184 ( ) d) 54 ( )

2a. Questão:
Efetue as operações abaixo:

$$\left[(0,5 + 5,8) : (2,2 - 1,3) \right] \times 3 - 2 =$$

a) 0,1 ( ) b) 19 ( ) c) 7 ( ) d) 0,7 ( )

3a. Questão:
Os 2/3 do comprimento de uma estrada foram revestidos com asfalto e ainda faltam 12 km para receber o revestimento. Qual é o comprimento total da estrada ?

a) 12 2/3 km ( ) b) 18 km ( )
c) 36 km ( ) d) 24 km ( )

4a. Questão:
Efetue as operações indicadas:

$$\left[\left(2\ \frac{1}{3} + \frac{5}{6} \right) \times \frac{5}{38} - \frac{1}{6} \right] : \frac{1}{4}$$

a) 1 ( ) b) $\frac{1}{3}$ ( ) c) 12 ( ) d) $\frac{1}{4}$ ( )

5a. Questão:
Uma torneira pode encher um reservatório em 3 horas e uma outra em 6 horas. Abertas simultaneamente que parte do reservatório encherão em 1 hora?

a) 1/3 ( ) b) 1/9 ( ) c) 1/2 ( ) d) 1/18 ( )

6a. Questão:
Calcular o valor de x na proporção:

$$\frac{5\sqrt{5}}{4x} = \frac{3\sqrt{5}}{6}$$

a) $x = 2,5$ ( ) b) $x = \frac{25}{8}$ ( )

c) $x = \frac{4\sqrt{5}}{5}$ ( ) d) $x = \frac{25}{2}$ ( )

7a. Questão:
Calcular o valor numérico da expressão:

$$\frac{3a^2 + 2bc - a^2c^2}{ac}$$

para $a = 2$
$b = 5$
$c = 3$

a) 0 ( ) b) 1 ( ) c) 3 d) - 1 ( )

PT 10598-130

Favor assinar o livro, no dia da aula, não havendo necessidade de lançar matéria ou chamada de aluno.

Rangel

avisar os respectivos professores

manhã
tarde
noite

16/10/80

PT 10593-130

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA

= R E E A T Ó R I O =

Sr. DELEGADO:-

Dando continuidade ao acompanhamento da greve dos Professores, no dia de hoje, estivemos em contacto com o Professor Osni Dal'Col, Diretor do Colégio Estadual do Paraná, onde conseguimos apurar que a reunião marcada para o dia de amanhã, esta com seu horário marcado para às 9:00 horas, no Estadio Couto Pereira, seguindo posteriormente em passeata até o Palácio do Govêrno.-Apuramos também, que um dos cabeças da greve, é o Diretor Administrativo da Associação dos Professores do Paraná, Professor Cleto.-Na mesa do Diretor do Colégio Estadual do Paraná, observamos uma votação feita nos Diversos Grupos pertecentes ao conglomerado, com Professores querendo voltar a aula e, outros com a continuação da greve, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Grupo Tiradentes	a	favor	36	contra	23
Grupo Xavier	a	favor	19	contra	36
Grupo Brandão	a	fzvor	24	contra	17
Grupo Zacarias	a	favor	07	contra	34
Grupo Carola	a	favor	20	contra	15
Grupo Aline	a	favor	20	contra	14
Grupo Amancio	a	favor	25	contra	09
C.E.P.	a	favor	96	contra	95

E o Relatório

Curitiba, 29 de outubro de ~~1980~~

PT 10692-180

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

50

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ

Declarada de utilidade pública pelas Leis Estadual N.º 2498 de 17 de novembro de 1955 e Municipal N.º 973 de 30 de setembro de 1954
FILIADA À CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Edifício "ASA" - 14.º andar - Fone: 234-8480
CGC 76.693.225/0001
Curitiba — Paraná — Brasil

"Esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum Professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada.

Divisão de Segurança e Informações
Subdivisão de Informações
PROTOCOLO
Nº 87 / 81
DATA 29/01/81

CURITIBA, 15 de janeiro de 19 81

À SEED.
Ney Braga

Senhor Governador:

De todas as audiências com Vossa Excelência, e Memoriais entregues, pouca coisa os professores obtiveram. Uma delas foi a garantia de até uma audiência por mês, caso fosse necessário. Por isso estamos aqui. Os professores têm certeza de que não será uma audiência apenas para cumprir a promessa, mas de que em cada encontro chegaremos a soluções concretas.

O Movimento Educação e Justiça surgiu porque, na realidade, os Profissionais da Educação pouco obtiveram, apesar das incansáveis tentativas e alertas da classe, através das suas entidades representativas, para que nenhum impasse ocorresse.

Em decorrência, porém, do não atendimento aos clamores da classe, os mestres iniciaram o Movimento com paralisação das aulas, retornando às mesmas, em atendimento à solicitação de Vossa Excelência, além do contido no "Pró-memória", assinado pelos senhores secretários competentes, dando-nos a garantia de dois salários mínimos, independente da gratificação de regência de classe.

O que quase pôs por terra todo o nosso bom diálogo naquela audiência, foram as colocações indevidas, drásticas e raivosas do senhor Secretário de Segurança Pública, logo após a retirada de Vossa Excelência. Apesar disto, os professores resolveram atender o seu pedido.

O "Movimento Educação e Justiça", contudo, continua existindo com intensidade, tendo já marcado uma Assembléia Geral Extraordinária para a primeira sexta-feira subseqüente ao início das aulas em 1981, prevendo-se uma nova paralisação das aulas, caso Vossa Excelência não determine a agilização das reivindicações dentro do que sobejamente discutimos com o Senhor Secretário de Educação e, mais rapidamente, com Vossa Excelência.

Sucintamente, são as seguintes as reivindicações:

1- Reajuste semestral.
2- Décimo terceiro salário.
3- Piso salarial de dois salários mínimos e meio para a classe inicial do magistério, já em 1981.

Pt 1059.0.130

1) A S. Info para conhecer

2) A SPA para anotar e arquivar.

Sé 27/Jan/81.

PASTA MOV. EDUCAÇÃO E JUSTIÇA.-

ANOTADO EM 24-02-81

Feito INFE n.º 140/81 ao CI/SESPIPR.

Em 28/04/81

51

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ

Declarada de utilidade pública pelas Leis Estadual N.º 2498 de 17 de novembro de 1955 e Municipal N.º 973 de 30 de setembro de 1954
FILIADA À CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Edifício "ASA" - 14.º andar - Fone: 234-8480
CGC 76.693.225/0001
Curitiba — Paraná — Brasil

"Esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum Professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada.

CURITIBA, 15 de janeiro de 1981

4- Promoção do Professor PA1 para PB2.

5- Hora permanência.

6- Reformulação da Tabela de vencimento dos professores.

7- Criação de novos regimes de trabalho.

8- Concretização dos cinco avanços diagonais, ao invés de quatro.

9- Lista tríplice para a indicação das direções das escolas, já em 1981.

10- Elevação do número de vagas orçamentárias, remanejamento das já existentes, para nomeações dos remanescentes de concursos de ingresso e promoção.

11- Transposição dos estabilizados do Quadro Único para o Quadro Próprio do Magistério até junho/81 com garantia da sua atual lotação.

12- Concessão dos avanços diagonais aos professores, dos 1.000 dias, da Constituição de 1967 e Registro D.

13- Concessão dos avanços diagonais aos professores que se aposentaram na vigência da Lei Complementar 7/76 e equivalência salarial aos níveis atuais aos professores inativos, de acordo como ocorreu a sua aposentadoria.

14- Fixação das normas das funções dos Especialistas de Educação.

15- Extensão da Gratificação de Regência de classe aos professores da área pré-escolar.

16- Oportunizar nova opção aos professores em regime de 10 horas-aula.

17- Regulamentação plena do Estatuto do Magistério.

Além disso, Senhor Governador, ainda não temos o Decreto, garantindo o piso salarial do professor PA1, conforme autorização da Assembléia Legislativa.

As Associações APP-APLP-APMP, foram preteridas na indicação dos seus representantes no Conselho do Magistério.

PT 10692-130

52

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ

Declarada de utilidade pública pelas Leis Estadual N.º 2498 de 17 de novembro de 1955 e Municipal N.º 973 de 30 de setembro de 1954
FILIADA À CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL

Rua Voluntários da Pátria, 475 - Edifício "ASA" - 14.º andar - Fone: 234-8480
CGC 76.693.225/0001
Curitiba — Paraná — Brasil

"Esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum Professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada.

CURITIBA, 15 de janeiro de 1981

Não sabemos quais serão as consequências desse ato, por ocasião da próxima Assembléia do M.E.J., uma vez que as indicações partiram de uma Assembléia da Classe.

As entidades de classe não tiveram condições de apresentar sugestões na regulamentação das remoções, onde consta, até por duas vezes, "ex-ofício", repudiada pela classe e rejeitada pela Assembléia Legislativa, por ocasião da votação da Lei Complementar 7/76.

Acabamos de receber as minutas referentes aos Avanços Diagonais e Verticais.

Solicitamos atenção especial para o caso dos professores do PREMEM que se encontram em desigualdade salarial com os professores do Quadro Próprio do Magistério.

Solicitamos prioridade para os atuais professores celetistas em relação a novas contratações.

A classe aguarda soluções concretas de Vossa Excelência para antes da data prevista para a nova Assembléia Estadual do M.E.J.

Certos de contarmos com a sua compreensão e, cientes do seu interesse na promoção do bem estar da educação e conseqüentemente, da coletividade, subscrevemo-nos

Atenciosamente.

Sebastião de Paula Vieira
Presidente da APMP

Izaias Ogliari
Presidente APP

Dino Zambenedetti
Presidente da APLP

Exmo. Sr.
Ney Aminthas de Barros Braga
DD. Governador do Estado do Paraná
Nesta

PT 10698-130

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

= EQUIPES DE EMERGÊNCIA =

	1-) Acir	Festa Cordeiro - Car. DEAM - S.06 Okner
Dr. Vicente	2-) Conrado	Daniel Zezinho - Veraneio - S.10 Kucla
	3-) Gilberto	Bora Newton - Car. D.O.P. - S.11 Santana
Dr. Leonil	4-) Arnaldo	Saraiva Hugo - Volks S.V.P. - S.19 Sergio Roberto
Dr. João Carlos	5-) Aramis	Francisco Pedro - Opala D.E.A.M.S.14 Luiz Carlos
Dr. Marcondes	6-) Ramos	Marcon Eremi - Opala D.O.S. S-04 Osvaldo
Dr. Barddal	7-) Paulo Guimarães	Juarez Guedes - Opala Prata S-03 Santana - 2

Reservas:

Fiat-D.E.A.M. - 09
Fiat-D.O.S. - 12
S-01
Corcel - 08

Volks - S.V.P. S-19
Caravan - D.O.P. - S-13
Opala - D.O.S. S-04/B
Chevette- D.O.P. S-15
Chevette- D.E.A.M. S-16
Chevette- S.I. S-17

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 10698-130

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Polícia Civil

54

= EQUIPES DE EMERGÊNCIA =

	1-) Acir	Festa Cordeiro - Car. DEAM - S.06 Okner
Dr. Vicente	2-) Conrado	Daniel Zezinho - Veraneio - S.10 Kucla
	3-) Gilberto	Bora Newton - Car. D.O.P. - S.11 Santana
Dr. Leonil	4-) Arnaldo	Saraiva Hugo - Volks S.V.P.- S.19 Sergio Roberto
Dr. João Carlos	5-) Aramis	Francisco Pedro - Opala D.E.A.M.S.14 Luiz Carlos
Dr. Marcondes	6-) Ramos	Marcon Eremi - Opala D.O.S. S-04 Osvaldo
Dr, Barddal	7-) Paulo Guimarães	Juarez Guedes - Opala Preto S-03 Santana - 2

Reservas:

Fiat-D.E.A.M. - 09
Fiat-D.O.S. - 12
S-01
Corcel - 08
Volks - S.V.P. S-19
Caravan - D.O.P. - S-13
Opala - D.O.S. S-04/B
Chevette- D.O.P. S-15
Chevette- D.E.A.M. S-16
Chevette- S.I. S-17

QT 10692.130

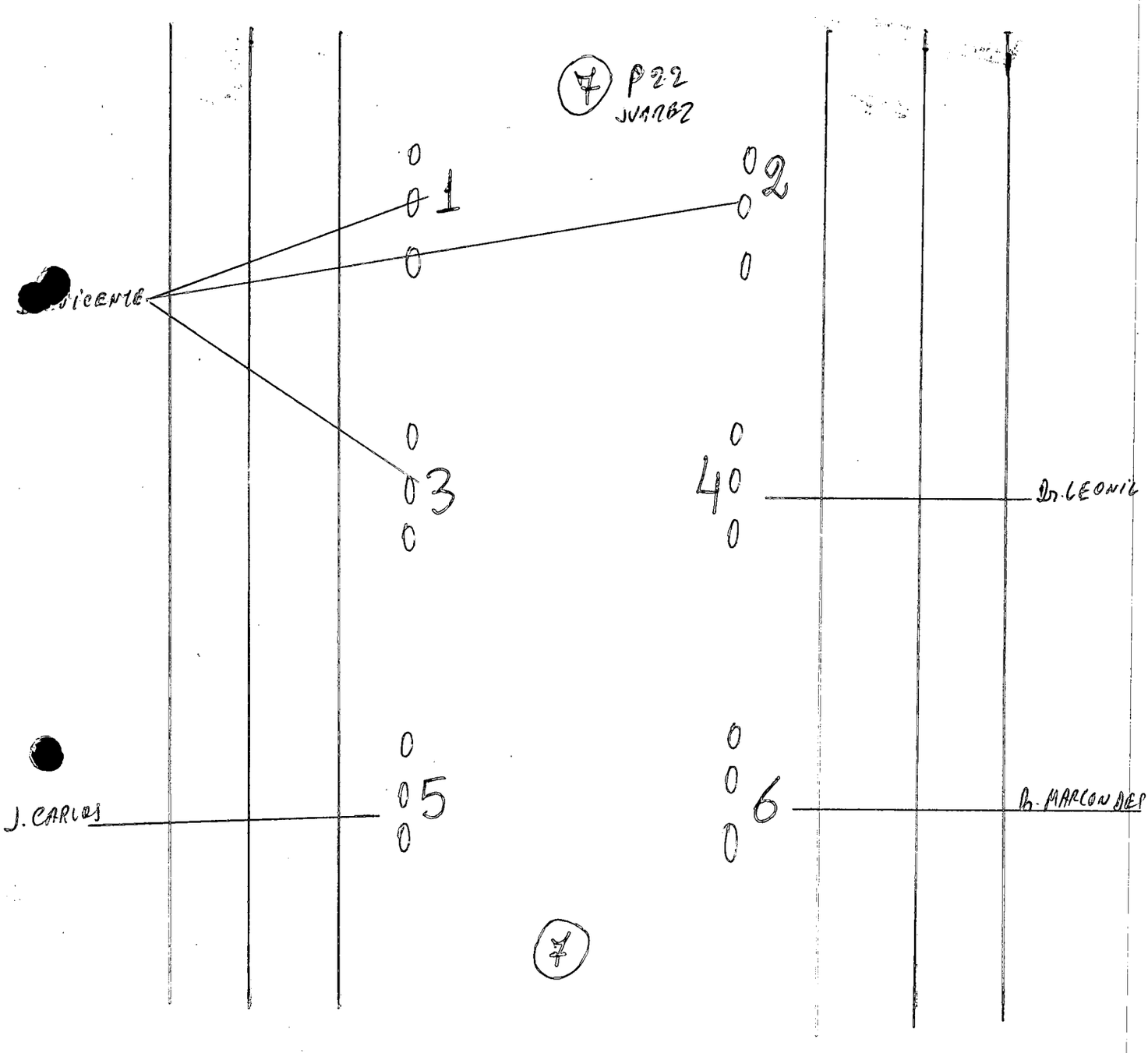
SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

S06 = Frente da loja ÀS de Espadas / monsenhor Celso

S19 = Luiz Xavier no Bondinho

(P19) S14 = Ao lado do Museu

S10 = Defronte o Banco do Brasil



7 = De Informações

2 elementos: um meia quadra na frente da passeata e outro meia quadra atrás, com HT e fone de ouvido.

PT 10692-130

Equipes:

1- Acir (chefe)
- Festa
- Cordeiro
- Okner

Supervisor: Dr. Vicente

2- Conrado (chefe)
- Daniel
- Zezinho
- Kuela

3- Gilberto (chefe)
- Bora
- Newton
- Santana

Supervisor: Dr. Leonil

4- Arnaldo (chefe)
- Saraiva
- Hugo
- Sergio Roberto

Supervisor: Dr. João Carlos.

5- Aramis (chefe)
- Francisco
- Pedro
- Luiz Carlos

Supervisor: Dr. Marcondes

6- Ramos (chefe)
- Marcon
- Eremi
- Osvaldo

Supervisor: Dr. Barddal.

7- Paulo (chefe)
- Juarez
- Guedes
- Santana

PT 1069 a.130

17 - 10 - 80 -

P.22 - QSA - Central - QSA - 5 -
S19 - Negativo - " Já começou a Passeata
S19 = Tudo Normal - S/N/ " Fuzilamada - J. Chefia
P.22 - " calmo - maximo 200 P.S. - " -
P. 22 - Professôres Engrossando Faixas - 10:35 hs. Chefia Central
P. 22 - V. começou a Passeata - 10.40
P.22 - Passeata em Movimento -
P. 22 - N entendido mensagem - N repetir - D.
P. 22 - Passando na mal. Floriano.
P.22 - Pça. Tiradentes
P22 - Passando em frente a Catedral / Rumo B. Cerro Azul
S04 - Pça Generoso Marques
P22 - Pça. " " - mensagem
12 = Marechal Deodoro
S10 = Fora do carro - Acompanhando passeata
S19 = Desbocou P/ Frente da Passeata
122 = XV Novembro
S.14 - Pça. Generoso marques. tudo calmo.
S19 - Pça Santos Andrade.
P. 22 - " " " Em frente A Universidade
P. 22 - " " " " "
P. 22 " " " " de 350 a 400 Pessoas
P. 22 - Um amigo - Praça Rui Barbosa. Boca maldita música Roberto Carlos.
P. 22 - Passando a Universidade em direção a XV de Novembro
P. 22 - Descendo a R. João Negrão
P. 22 - Subindo Marechal Deodoro
P. 22 - " " Cruzando Barão do R. Branco
S010 - Desbocando Pça Rui Barbosa.
S14 - " " "
P 22 - Manifestação Cívica - C/ marechal Deodoro - Parados
P. 22 - Desbocaram - se P/ marechal Floriano -
P. 22 - Esquina C/ os (2) dois marechais - parados
P. 22 - A Caminho da Pr. Muricy
P. 22 - Estão indo em direção a R. XV de novembro.
PT 1069 a - 130

P22- Av. Luiz Xavier - "Boca maldita". N.º 10 hs.
519- Apostas no Bandinho - Rua XV - Novembro.
P.22- Pça Osório => em frente
P.22- Paradas na Pça. Osório - Final.
3010-306: Em Frente a Loja Americana
P. 23 = Terminou a passiata #

PT 10699-130

59

JULIO CESAR PEREIRA marido da professora Maria Bernardete de Aquino - Pereira, que foi ameaçada para não dar aulas no Instituto Politécnico - Escola estadual no Boqueirão perto da praça do Carmo

Diretor Belo PT10693-130 N/C

Já foi exonerada num movi-
mento em Cambará.

Desemb. Ermelindo de Leão. 513

60

4ª feira

1ª 7:40h - às 8:30h - Eletrotécnica

2ª —

3ª 9:20h às 10:10h - Mista.

—

3ª 14:40h. às 15:30h. Química.

5ª 16:40h. às 17:30h. Mista.

—

5ª feira

1ª 7:40h às 8:30h. Eletrotécnica.

5ª 11:20h às 12:10h - Química.

MANHÃ	TARDE
7:40h - 8:30h	13:00h - 13:50h
8:30h - 9:20h	13:50h - 14:40h
9:20h - 10:10h	14:40h - 15:30h
—	—
10:30h - 11:20h	15:50h - 16:40h
11:20h - 12:10h	16:40h - 17:30h

PT 1069 2-130

1 CLEO JAMAMINE – CURITIBA
2 IRAIAS OLIARI – "
3 ILIUDE JOSÉ BORGES – "
4 REFINA OLIARI – "
5 DINO ZAMBENEDETTI – LONDRINA
6 RENATO FUSTEMBERG – P. EROSA
7 IVO CORDEIRO LOPES – CASCAVEL
8 MÁRIO PÉREIO – DIAMANTE DO NORTE
9 LUDOVICO SUZUKI – ARAPOMEAS
10 ANTONIO JOAQUIM PINTO – JACAREZINHO
11 PEDRO FRANZON – IVAIPORÃ
12 MÁRIO JUIGEI PRETO – IVAIPORÃ
13 FRANCISCO PIRES MACHADO – P. EROSA
14 HENRIQUETA KERBICK JORETO – P. EROSA
15 – IZOLDE ANDREATA – P. EROSA
16 – HOMERO DA SILVA PINTO – ASSIS
17 – KAZUKO INOUE – P. EROSA

COMISSÃO RECEBIDA PELO GOVERNADOR NO DIA 29/10.

PT 1059 g. 130

~~024-5483~~

Clini
863/043 62

Setor (1)

REUNIÃO NA GUADALUPE 14:00 HRS.
" NO COLEGIO ESTADUAL PELA MANHÃ (SEM ALUNOS)
COLEGIO TIRADENTES (SEM AULAS)
COLEGIO PEDRO MACEDO AULAS NORMAIS.
COLEGIO PAPA JOÃO XXIII AULAS NORMAIS
COLEGIO TIRADENTES ~~EM ORDEM~~ (SEM AULAS)
COLEGIO ESTADUAL EM ORDEM (SEM AULAS)
INTITUTO DE EDUCAÇÃO EM ORDEM
COLEGIO PAULA GOMES NÃO HA AULAS
COLEGIO AUGUSTO RIBAS NÃO HA AULAS
COLEGIO RIO BRANCO HAVENDO AULAS COM POUCOS ALUNOS.
COLEGIO JULIA WANDERLEI COM 2 TURMAS EM AULAS

4- 21- pessoas até o 2º ônibus - Se uniram/Horas estão aguardando o movimento.

103- municípios
3 Ônibus de Londrina
164-

C. Moreas — Aristeu Cornaf
Raul Fogaça

Governo Kleinus apoiando o movimento.

166 min — Wagner D'Angelis - Documento do Bispo de Paranaí
Governo: Ozias Ofiani - Sebastião de Paula Vieira - Dirno Zabeu dos Santos
Eleto Tomazini — 2 - Salesio - 30%
Edson machado Barreto — 4.500,00
Nov. — documento será baixado até 31-12-80
Piano vertical

PT 10693-130

1713

Valdir Pugliesi — José Tavares — Gerente Kirinus
Rubens de Oliveira Nestor Batista. —
declarou.
Comissão de fundos — Chico Anisio de 20.000,00 para o movimento.
declarou na Rede Capital que o deu 4500,00 contra
Cel Haroldo.

COLEGIO TIRADENTES FECHADO NÃO TENDO AULAS /
COLEGIO EST. AMERICA NÃO TINHA AULAS
COLEGIO PROF. BRANDÃO NÃO TINHA AULAS
COLEGIO HINDEBRANDO DE ARAUJO NÃO TINHA AULA EM TORNO DE 200 ALUNOS
COLEGIO NOSSA SENHORA APARECIDA AULAS NORMAIS
COLEGIO VITOR DO AMARAL AULAS NORMAIS.
ESCOLA POLIVALENTE NÃO tem AULAS
COLEGIO LAMENHA LINS NÃO tem AULAS
ESCOLA XAVIER DA SILVA NÃO tem AULAS
COLEGIO ELIZIO VIANA NÃO tem AULAS
COLEGIO NILSON Batista Ribas SEM AULAS
COLEGIO SÃO JOSÉ FECHADO/
intituto DE EDUCAÇÃO SEM AULAS
COLEGIO NOVO ATENEU FECHADO/
COLEGIO JULIA WANDERLEI SEM AULAS
COLEGIO PEDRO MACEDO tem AULA com POUCOS ALUNOS
COLEGIO RIO BRANCO tem AULA com POUCOS ALUNOS
COLEGIO PAULA GOMES SEM AULAS
COLEGIO PAPA JOÃO XXIII SEM AULAS
COLEGIO D. PEDRO II SEM AULAS

PT 10592-130

c/ historico das geições
na ultima Assembleia
onde constou a ultima
noção aprovada.

A S. Sofia para verificar.

PT 10692-130

64

Dr Mario
me rol de
Profesores ati-
vistas m/ conta-
rem algumas no-
mes, inclusive
os p/ mim relacionados

65

ÚLTIMA

A mais concorrida de todas as Assembléias já realizadas pelos professores do Paraná aconteceu domingo, no Clube Guaira, onde determinações importantes foram discutidas. Insatisfeitos com a falta de cumprimento das promessas feitas no Palácio Iguaçu, os professores decidiram paralisar atividades a partir de amanhã, até que as suas propostas sejam atendidas. Segundo o presidente da APP, seção de Ponta Grossa, Renato Furstemberg, não se trata de uma greve, mas sim de um "Movimento de Educação e Justiça". Nas entrevistas que deu ontem, Furstemberg fez um apelo aos pais no sentido de que não mandem seus filhos às escolas a partir desta quarta-feira, "já que os professores estão conscientizados da posição assumida e só retornarão à aulas após o cumprimento dos ítens apresentados". Desta feita, a classe promete estar mais unida, já que a situação é caótica dentro do Magistério.

PF LOBO 2.130

Mestre é lembrado por edis

Na sessão de ontem, do Legislativo, os vereadores Mário Bittencourt de Oliveira e Alexandre Aracema abordaram o problema do professorado, sendo que o primeiro enfocou o assunto dando como válida a iniciativa do movimento que teve início ontem. Aracema também fez referências dizendo reconhecer, "como todos os demais vereadores" o "Movimento Educação e Justiça". Políticas, Página 2.

Tudo pronto para greve

A partir de amanhã, professores da rede estadual de ensino iniciam o "Movimento de Educação e Justiça", prevendo a paralisação das aulas em todos os estabelecimentos de ensino, devido ao não cumprimento, por parte do governo, de suas principais reivindicações, ou seja, "do Estatuto do Magistério e das leis de educação; não atendimento aos pedidos dos professores desde há muito; salários insuficientes e até abaixo do salário mínimo; e falta de condições mínimas para um bom ensino".

A paralisação das aulas foi decidida em assembléia geral realizada em Ponta Grossa, domingo passado, com a presença de dois mil representantes da categoria. Segundo o presidente da Associação dos Professores do Paraná, Isaías Ogliari, "a paralisação é fruto de um amadurecimento da classe", acrescentando que "se os professores já estão morrendo de fome trabalhando, é preferível morram de fome sem trabalhar". Para ele, a principal diferença entre o movimento grevista de 1978 e a cessação das atividades prevista para amanhã, é que "hoje os professores não têm mais medo".

JUSTIÇA SOCIAL

O interesse dos professores, diz Ogliari, é o de promover uma educação voltada para a justiça social, e essa teoria também ficou provada na assembléia de Ponta Grossa, onde foi acatada por unanimidade pelos presentes, que representavam todas as regiões do Estado. O presidente da APP contesta a afirmação do secretário Edson Machado, da Educação, de que acredita que o movimento de paralisação será esvaziado, pela não adesão de cerca de 90 por cento do magistério paranaense. Isaías Ogliari responde ao secretário: "O tempo provará se haverá ou não o esvaziamento".

Ele acrescenta que, se em 1978 houve 100 por cento de paralisação em Curitiba e outros 90 por cento no Interior, este ano, "depois de três movimentos consecutivos, pela continuidade, ele só tende a crescer". A assembléia teve como fim precípuo reforçar as quatro reivindicações da categoria: piso salarial de três maiores salários mínimos vigentes no País; reajustes salariais semestrais, a partir de julho passado, de acordo com o índice inflacionário, acrescido de quinze por cento a todos os professores, inclusive aos inativos; elevação do nível PA-1 para o PB-2 dos professores normalistas que já cumpriram o estágio probatório;

Isaías Ogliari está confiante

cumprimento pleno do Estatuto do Magistério.

A paralisação terá, paralelamente, a realização de assembléias regionais ou municipais, nas quais a classe elabora sua programação de debates, documentos e ainda faz a solicitação do apoio dos pais dos alunos, porque "o ensino de seus filhos está péssimo", na opinião de Ogliari. Para o dia 15, está prevista uma assembléia geral estadual, em Londrina, onde será feita uma avaliação do movimento e, ainda, o estudo de alguma proposta do governo, que será decidida, "se for uma proposta concreta".

QUEM NÃO QUERIA...

A certeza do sucesso do movimento de paralisação, para o presidente da APP, fica patente em vista de que, em 1978, a proposta da greve não era aceita pela Região Sudoeste, que engloba 27 municípios. "Hoje, a decisão partiu exatamente de lá, embora o secretário de Educação achasse que aquela área estava imune e que os professores não fariam nada". De 1979 para cá, o achatamento salarial dos professores foi tamanho que um professor de nível 3, por exemplo, hoje, recebe quatro vezes e um quarto a menos que em 1969.

Os vencimentos dos professores, atualmente, estão na seguinte ordem: normalista nível 1, salário fixo de Cr$ 5.075,00; nível 2, Cr$ 7.139,00; nível 3, Cr$ 8.674,00 (estes, com curso de licenciatura curta); nível 4, Cr$ 10.209,00 (licenciatura curta mais um ano de especialização); e nível 5, Cr$ 14.086,00 (licenciatura plena). Na primeira categoria, está incluída a grande maioria do magistério paranaense e não se menciona ainda a situação dos professores leigos e regionalistas, não incluídos no Estatuto e que recebem menos que salário mínimo.

A Notícia 09-10-80

Cerradas as portas para o ensino: PR

Os informes coletados ontem junto a um porta-voz da sub-sede local da APMP, confirmaram a paralisação total do ensino em Ponta Grossa. Contatos telefônicos com as diversas escolas também diziam a situação. Os alunos não compareceram às aulas e isto se deve, segundo informes, aos panfletos que receberam no início da semana. Alguns estabelecimentos particulares que mantém convênio com o Estado estiveram funcionando. A movimentação na APMP foi intensa na parte da manhã, sendo que a tarde já havia uma redução nas presenças. De acordo com o que foi relatado, 39 cidades aderiram, cidades estas que abrangem o setor subordinado à cidade. Os professores também aguardavam as decisões de Curitiba, onde, na Igreja Nossa Senhora de Guadalupe se fazia uma Assembléia geral, sendo que a audiência com o secretário da Educação já era fato tido como concreto até o início da noite. De parte do professorado, se espera que haja um entendimento dentro do menor tempo possível e os pais de alunos também esperam um término breve. Enquanto isso, o governo do Estado procura uma solução a curto prazo.

JORNAL Folha de Londrina
P. APP
Data 30/09/80 Estado PR

Professores podem ir à greve em outubro

Caso o Governo do Paraná não atenderá o dia 5 de outubro quatro reivindicações [illegible] do magistério paranaense, os professores estão dispostos a entrar em greve, segundo foi decidido em assembléia da classe [illegible] em Colorado, onde a idéia partiu da própria base, conforme o presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, Dino Zambenedetti.

O magistério paranaense do sistema estadual de ensino reivindica, na sua atual campanha, a elevação dos professores da classe "A" para a classe "B", na qual existem apenas "alguns privilegiados", conforme Zambenedetti; reajuste semestral de vencimentos, piso correspondente a três salários mínimos e aplicação do Estatuto do Magistério.

No caso da aplicação do Estatuto, os professores enfatizam a promoção por mérito e que se ponha fim ao "caos" no sistema de remoção, que – segundo o presidente da APLP – é feita atualmente sem critério nenhum, a não ser a interferência política". Dino Zambenedetti afirmou que, atualmente, se o professor não se sujeitar aos mandantes políticos, não consegue remoção.

DISPOSTOS À GREVE

Citando o ânimo manifestado por grande número de professores, na assembléia de domingo último em Colorado e telefonemas que a APLP recebe de professores de todas as regiões do Estado, o presidente da associação ressaltou que a classe está mesmo disposta a ir à greve em defesa de suas reivindicações.

Zambenedetti enfatizou que, agora, a iniciativa está partindo das bases; das pequenas cidades do Estado e não das entidades representativas do magistério, como a Associação dos Professores Licenciados, Associação dos Professores do Paraná e Associação do Pessoal do Magistério Paranaense. Essas associações, no entanto, coordenam e apóiam a movimentação da classe.

Lembrou o presidente da APLP que o Governo já prometeu atender as reivindicações diversas vezes, adiando sempre a tomada da decisão, o que levou o professorado a descrer de um atendimento agora. A alegação contra o não-atendimento tem sido falta de recursos financeiros.

PT 10690-180

...RIAL: Gasta do Leco
- ACP
06 10 80 ... PR

Professores decidem paralisar as aulas a partir do dia oito

Reunidos ontem em Ponta Grossa os professores da rede estadual de ensino decidiram paralisar as aulas no próximo dia oito — quarta-feira — por tempo indeterminado, até que suas reivindicações sejam atendidas. A assembléia foi realizada no Clube Guaira, sob a coordenação do professor Izaias Ogliari, presidente da Associação dos Professores do Paraná, e contou com a participação de cerca de 2.000 professores.

O Clube Guaira de Ponta Grossa ficou virtualmente lotado para a assembléia convocada pela Associação dos Professores do Paraná, recebendo delegações de todos os pontos do Estado. A reunião iniciou às 10h com uma reflexão espiritual e cristã e a seguir foi começada a discussão do temário, com a apresentação de diversas propostas e a defesa de cada uma delas por dois coordenadores.

Quase todas as propostas, como uma que previa a realização de um congresso, incluiam a paralisação total das aulas, decisão que os professores preferem não chamar de greve. Finalmente e depois de muita discussão foi aprovado um movimento que recebeu a denominação de "movimento de educação e justiça", a ser deflagrado em toda a rede estadual de ensino do Estado na próxima quarta-feira.

Os professores permaneceram em assembléia até por volta das 16h, sem almoço ou interrupção. Na parte da tarde o tempo foi gasto com a discussão das estratégias a serem adotadas nas próximas horas. Os mestres exigem o cumprimento do Estatuto do Magistério, o pagamento do décimo terceiro salário e do reajustamento salarial, piso salarial de três salários mínimos regionais e outros benefícios.

Relacionamento difícil entre as partes

A grande esperança da diretoria da Associação dos Professores do Paraná, em março de 1979, residia nas promessas de que o então novo secretário da Educação, Edson Machado, não seria tão "duro" quanto o que deixava a pasta — Eleutério Dallazen. No início, o diálogo até que foi promissor, mas o relacionamento de ambas as partes piorou bastante com o passar do tempo e chegou a acusações de parte a parte nos últimos dias.

Na quinta-feira da semana passada, ao proferir palestra no Curso de Extensão Cultural da Mulher, no Círculo Militar do Paraná, o secretário da Educação denunciou um suposto "golpe que está sendo aplicado hoje no Brasil com respeito à educação", enfatizando que os movimentos de professores e alunos no país se constituiam numa "verdadeira falácia", referindo-se à paralisação das aulas pela melhor qualidade de ensino.

Ao contestar o relatório de um dos grupos do curso, que apontou a estrutura como a principal culpada pela má qualidade de ensino no país, o professor Edson Machado garantiu que "pretender atribuir à questão salarial os problemas da educação é um golpe". Para ele, o magistério na atualidade é uma carreira profissional como qualquer outra, assim como a medicina hoje é um emprego como qualquer outro.

Para mostrar que o último movimento de professores se constituiu unicamente numa campanha salarial, Edson Machado lembrou que em nenhum momento diria que o professor ganha o suficiente. Na sua opinião, ninguém ganha o suficiente, nem o operário da construção civil, nem o secretário da Educação. "Qualquer reivindicação salarial é justa. Todo mundo tem o direito de ganhar mais do que está ganhando" — acrescentou.

O professor Izaías Ogliari contestou veementemente as denúncias e garantiu que é justamente o governo quem promove um grande "golpe" contra a educação. Uma prova disso, segundo Ogliari, ocorre com o pagamento dos avanços diagonais, até hoje sem uma solução definitiva, já que a Secretaria da Educação apenas agora acena com algumas vantagens para pequena parcela do professorado da rede estadual.

Ogliari entende ainda que se a profissão do professor hoje já não é mais um sacerdócio, como definiu o próprio secretário, as professoras normalistas deveriam exigir piso salarial de cinco salários mínimos e não três como consta das reivindicações da entidade. Isto porque, esclarece Ogliari, em 1969, época em que supostamente a profissão ainda era caracterizada pelo "sacerdócio", a professora normalista ganhava o equivalente a 2,35 salários mínimos. Hoje, seus vencimentos estão pouco acima de um salário mínimo somente.

Secretaria por enquanto não toma medida

A Secretaria da Educação não vai tomar nenhuma medida antes de uma semana, confirmou ontem a Assessoria de Imprensa da pasta, enquanto o secretário Edson Machado encontrava-se no município paranaense de Marechal Cândido Rondon, proferindo palestra na Faculdade de Ciências Humanas daquela cidade. A Seed vai esperar esse prazo a fim de poder avaliar a amplitude do movimento que na opinião de assessores de Edson Machado não vai ganhar a adesão da maioria dos professores.

A Secretaria da Educação argumenta que somente neste ano 32 mil dos 45 mil professores da rede estadual de ensino foram ou serão beneficiados pelo governo. No primeiro "pacote" o Governo Estadual beneficiou 18 mil mestres com transposição, nomeação e efetivação. Nos próximos dias, 12 mil mestres serão beneficiados pelos avanços diagonais e dois mil promovidos da categoria A para a categoria B de vencimentos, elevando, portanto, seus ordenados.

Diante desta situação, acredita a Secretaria da Educação que cerca de 90 por cento do professorado estadual não vai aderir à greve, ficando apenas 10 por cento do magistério com suas aulas paralisadas. "Desses 10 por cento, ainda, muitos encontram-se em estágio probatório, licença-prêmio ou não regendo classes" - acrescentou a mesma fonte, lembrando que somente neste ano a Secretaria da Educação vai começar a aplicar um bilhão e 800 milhões por ano a mais no setor.

Se dentro de uma semana o movimento dos professores ganhar a adesão da maioria, o que considera improvável, aí sim a Secretaria da Educação vai tomar alguma posição e as medidas cabíveis. Ademais, o órgão considera "uma falta de patriotismo dos professores" a deflagração desse movimento justamente quando apenas um mês para o término do ano letivo. "Esse movimento só vem para prejudicar alunos e pais, que podem perder o ano" - salientou a fonte.

Tão logo as notícias de Ponta Grossa chegaram a Curitiba, fontes credenciadas disseram que a decisão dos professores pode acelerar uma outra medida já ventilada para ajudar na economia de combustíveis: a antecipação das férias escolares de fim de ano. Autoridades governamentais entendem que antecipando o início do período de férias o Estado pode contribuir com uma boa parcela de economia na grande campanha que o Governo Federal pretende lançar nos próximos dias.

71

Marcílio pode continuar na presidência da Câmara

O senador Luis Viana Filho (PDS-BA) continuará na Presidência do Senado se na votação da proposta de emenda constitucional devolvendo parte das prerrogativas do Legislativo for revogado o dispositivo que proibe a reeleição dos integrantes da mesa. O deputado Flávio Marcílio (PDS-CE) desafiará o governo, mais uma vez, para tentar permanecer na Presidência da Câmara.

Se não houver reeleição os senadores José Sanei (PDS-MA) e Aloisio Chaves (PDS-PA) passam a ser os candidatos mais fortes à Presidência do Senado. Na Câmara, prevalecendo a divisão de cargos entre as bancadas, o atual líder do governo, Nélson Marchezan (RS), será o presidente.

PP E PMDB INFLUEM

No Senado o líder Jarbas Passarinho é o preferido da bancada do PDS, já tendo recebido o apoio do Partido Popular e de vários senadores do PMDB. Entretanto, são inúmeros os senadores situacionistas que preferem Passarinho como líder, pois a bancada do Senado tem sido a garantia do governo para rejeitar projetos de grande impacto como, por exemplo, a aposentadoria especial para o Magistério.

O senador "biônico" Gastão Muller (PP-MT) tem outra opinião: "Para Passarinho é melhor a Presidçencia. Como líder ele vai se desgastar muito e não se reelege".

As informações são, porém, de que c governo quer manter Passarinho na liderança.

SEM INTERESSE

Na bancada do PDS, outro nome com grande trçansito é o do Senador Luis Cavalcanti (PDS AL), que seria apoiado por todos os partidos. O "major", como muitos o chamam no Senado, tem sido fiel ao PDS nas votações, mas é um dos maiores críticos do governo. ele, porém, não admite conversa a respeito. Pretendeu ser candidato no início de 1979, mas o governo preferiu luis Vianna Filho.

Sem a possibilidade de reeleição, ficam como candidatos mais fortes, na bancada José Sarnei e Aloisio Chaves. A hipótese do "biônico" Murillo Badaró (PDS-MG) é descartada. Não teria, pela bionicidade, condições de presidir o Congresso Nacional. Sarnei não disputa a presidência por existe, no governo e na bancada, quem considere prejudicial sua saída da direção do PDS, onde vem realizando um trabalho considerado bom.

Aloisio Chaves não possuia mas aceitaria. Ele se desgastou muito, nos partidos de oposição com o seu parecer de oposição, com o seu parecer e substitutivo à proposta de emenda das prerrogativas, por não ter aprovado a inviolabilidade parlamentar.

Contudo, no PDS aumentou seu pestigio por ter-se exposto na defesa dos interesses partidários. Como quem elege o presidente é o PDS, a bancada majoritária, ele tem grande possibilidade.

OUTROS POSTOS

Para os outros postos os candidatos, já estão praticamente definidos. Passos Porto será o 1o. vice-presidente. No PMDB, Cunha Lima (PB) deverá vencer Orestes Quércia (SP) na disputa pela 2a. vice presidencia. josé Lins (PDS-CE) será o 1o. secretário. Tem como vantagem a sua administração na Sudene. É que existe uma grande preocupação em escolher para o cargo um administrador à altura do atual ocupante da função, Alexandre Costa (MA, sem partido). O 2o. secretário será o atual líder do partido Popular, Gilvan Rocha (SE). Moacir Dalla (PDS-ES) seria o 3o. secretário fácil se a liderança do governo não tivesse a necessidade de dar um cargo na Mesa dos "Biônicos", a fim de não desprestigiá-los. Então as hipóteses passam a ser várias: Milton Cabral (PDS-PB), Aderbal Jurema (PDS-PE) e Murilo Badaró são os mais cotados. As oposições vão reivindicar a 4a. secretária. Isto dependerá ainda, de muitos entendimentos.

Senador do PP contesta Figueiredo

O líder do Partido Popular no Senado, Gilvan Rocha (SE), classificou de muito estranha a declaração do presidente da República de que as oposições não precisam preocupar-se com a possibilidade de novos casuismos eleitorais, porque as alterações na legislação existente terão de ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

"A declaração - observou Gilvan Rocha - é muito parecida com a do ministro da Justiça, de que o governo não se comprometeria com a emenda de um deputado do PDS prorrogando os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores. O que se viu, na prática, foi o governo empenhadíssima na prorrogação dos mandatos.

REAÇÃO

Para o senador Dilvan Rocha, "é lamentável que ocorra uma submissão absoluta do PDS aos ditames do governo, mas ninguém pode desconhecer essa realidade". Segundo ele, o que vemos é que mesmo no momento, em que se discute uma proposta de emenda restabelcendo as prerrogativas do Poder Legislativo, o PDS não tem liberdade para decidir".

Em vez de estar lutando conosco em favor das prerrogativas, vários parlamentares do PDS estão preocupados em articular uma estratégia para impedir a aprovação da emenda original, que prestigia o Poder Legislativo. Creio que por imposição e que acabará sendo arquivada.

Diante do quadro atual Gilvan Rocha é dos mais ardorosos defensores da tese de que as oposições devem discutir, em profundidade, a hipótese de se reaglutinarem para combater os casuismos do governo.

"Acabo de voltar do Nordeste, onde mantive contatos com oposicionistas de várias correntes. Estou convencido de que o governo pode ficar advertido de que nós não seremos esmagados por novos "Pacotes de Abril" ou outros casuismos. As oposições se reunirão para combater o casuismo do governo".

A fusão das oposições

A proposta de uma fusão entre os partidos de oposição ainda não encontrou um denominador comum, dentro do PMDB. O presidente do partido, Ulysses Guimarães, considera a hipotese inviável; o senador Franco Montoro a acha "muito difícil", mas a aceita; o líder na Câmara, Freitas nobre, propõe não um partido único, mas candidatos comuns em 1982. E o senador Teôtonio Vilela poderá começar a articular a união das posições.

Teotônio Vilela deverá ser indicado para articular a fusão a nível nacional, porque mantém "relações e livre trânsito com os outros partidos" - informou ontem, em Belo Horizonte o senador Itamar Franco, ao anunciar para amanhã a reunião dos senadores do Partido Popular e do PMDB, para tratar do assunto.

O deputado Freitas Nobre disse que "a reforma partidária em vigor, segundo revelou o próprio ministro Golberi, teve o objetivo de dividir as oposições, para uma melhor ação do governo. Nesta altura, com o partido do governo praticamente impossível obtê-la".

"Isso - disse Freitas Nobre em razão das exigências burocráticas e do enorme ônus que representa a organização partidária. Se a fusão verifica-se com o surgimento de uma nova sigla, teríamos que caminhar num retrocesso para a estaca zero. E aí está a razão pela qual muitos dos nossos companheiros consideram inviável essa fusão". Como alternativa, Freutas propõe, então, o espírito de renúncia dos oposicionistas para que a união continue se processando a nível parlamentar e para "podermos estar unidos".

A votação da emenda Marcílio

O líder do governo na Câmara Federal Nelson Marchezan, revelou em Porto Alegre que a votação da emenda Flávio Marcílio, restabelecendo prerrogativas do Legislativo, poderá ser adiada por tempo indeterminado "a espera de um momento mais propício para seu exame". Ele disse que esse assunto será tratado, a nível de bancada, ainda esta semana, por iniciativa dele e do senador Jarbas Passarinho. Particularmente, considerou o substitutivo Aloísio Chaves como "o intermediário através do qual serão avançados passos significativos".

Marchezan declarou ser favorável à "imunidade restrita", alegando não existir em parte alguma do mundo a total imunidade parlamentar. "Implantá-la no Brasil, portanto, seria um privilégio injustificável", afirmou.

Para o líder governista, as atuais condições dos políticos devem ser ampliadas, "mas jamais como privilégios".

opinião

ADAIL INGLÊS

CONTRA A FORÇA NÃO HÁ RESISTÊNCIA

A decisão do Conselho Político, do Palácio do Planalto, quanto à Emenda Flávio Marcílio, não chega a representar nenhuma surpresa, em vista das reiteradas manifestações do governo de que não consentia, sequer em discutir, os dois quesitos, decurso de prazo e imunidade parlamentar, da dita proposta de emenda constitucional.

A rejeição do substitutivo do senador Aloysio Chaves teve, para o governo e para o próprio PDS, um sentido bem mais amplo, do que o fato em si, porquanto o voto inesperado do deputado Siqueira Campos, acompanhando a bancada oposicionista na Comissão Mista, deixou claro para o Palácio do Planalto a existência de interesses outros, na aprovação da emenda, muito além do que a matéria realmente signifique.

As declarações do senador Jarbas Passarinho, enfatizando que só pode garantir a aprovação da proposta quem possuir 211 deputados e 34 senadores, deixou evidente a posição contrária do governo, contra a emenda, em si, e quanto a sua apreciação, inclusive, por parecer, mais do que certo, que o PDS providenciará a falta de "quorum", nos dias 15 e 16, quando a Emenda Flávio Marcílio for colocada para a votação do plenário do Congresso.

Nisso tudo não há a menor surpresa, porque desde os primeiros momentos, em que a proposta começou a ser debatida, o governo deixou clara a sua posição, dizendo que concordava com tudo, exceto a revogação do decurso de prazo e o restabelecimento pleno da imunidade parlamentar.

Entretanto, as reiteradas manifestações do Palácio do Planalto não foram levadas em consideração, a ponto de ter a Comissão Mista rejeitado o substitutivo do senador Aloysio Chaves, que exprimia, com muita fidelidade, o pensamento governamental sobre a matéria. Rejeitado esse parecer, o governo e o seu partido, o PDS, cortaram, de imediato, qualquer novo entendimento em torno do assunto, quer com seus autores, quer com os partidos de oposição, procurando, como ficou claro ontem, fazer valer a sua maioria na Câmara e no Senado, como a evidenciar que contra a força não há resistência.

À esta altura dos acontecimentos, restou uma situação extremamente constrangedora para os deputados Flávio Marcílio, Célio Borja e Djalma Marinho, autores da proposta, todos do PDS.

O deputado Flávio Marcílio, além dos objetivos que a emenda que leva seu nome propõe, evidentemente objetivou assegurar a sua reeleição para a presidência da Câmara, já que a matéria em debate restabelece o direito de reeleição dos membros da Mesa para os mesmos cargos. Evidentemente, que o deputado Flávio Marcílio ao solicitar aos deputados Célio Borja e Djalma Marinho a elaboração do texto, deixou-os à vontade para fazer, da matéria, um texto de alta significação para o Poder Legislativo, bem mais além do que uma simples autorização constitucional para a sua candidatura à reeleição à presidência da Câmara. Entretanto, não levou em conta de que o processo de abertura política ainda não está a comportar iniciativas, de caráter liberalizante do regime, estranhas às paredes do Palácio do Planalto, já que é lá, como frisou o ministro da Justiça, que se encontra o poder avalisador de todas as medidas de avanço democrático, que venham a ser implantadas no País. Tentando estabelecer uma parceria no processo, o deputado Flávio Marcílio imaginou poder correr em terreno que desconhecia. A menos que possa o experiente deputado ter pensado que conseguiria, com o seu prestígio, fazer o Palácio do Planalto engolir, em seco, a aprovação de sua emenda e, com ela, as naturais consequências que adviriam. Esta última hipótese, porém, não parece muito válida, levando-se em conta a inteligência e a experiência de Flávio Marcílio.

Arquivada a emenda das prerrogativas, como ficou evidente ontem, ao Congresso restará aguardar uma nova proposta, muito provavelmente partida do Palácio do Planalto. Não deixa o episódio, contudo, de representar um golpe para o Poder Legislativo, exatamente no momento em que está em andamento um processo de redemocratização, que pressupõe, evidentemente, um Legislativo representativo e um Judiciário forte, como disse o general Figueiredo, por sinal.

Nisso, porém, há que haver inteligência e sabedoria. A democracia plena ainda está por acontecer...

Jornal: Diário da Saúde
P-APP
Data: 07/10/80 Cidade PR

Professores se mobilizam no Paraná

"Está mais do que provado o descaso com que o governo trata a educação e seus agentes, os professores, injustiçando-os com um tratamento e salários aviltantes". O trecho faz parte da "carta convocatória" que a Associação dos Professores do Parná começou ontem a distribuir para professores e diretores da rede estadual de ensino, visando a preparação do movimento que será deflagrado amanhã em todo o Estado. "Só unidos conseguiremos nossos justos objetivos. Portanto, a única opção que nos restou foi a paralisação das nossas atividades [redacted] convocando o professorado paraanaense [redacted] plicação [redacted] Guadalupe.

A "carta convocatória" lembra que cerca de dois mil professores, representando todas as regiões do Estado, reuniram-se em assembléia geral estadual domingo passado em Ponta Grossa. Lá, foram reforçadas as quatro reivindicações da classe: piso salarial de três maiores salários mínimos vigentes no país; reajustes salariais semestrais, a partir de julho de 1980, de acordo com o índice inflacionário mais 15 por cento de "índice de produtividade" para todos os professores, inclusive inativos; elevação do nível PA1 para o PB2 dos professores normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório; e cumprimento pleno do Estatuto do Magistério, aprovado e não regulamentado no ano de 1977.

Pelo não atendimento, continua a "carta convocatória", três propostas foram discutidas - greve, congresso com paralisação das aulas e Movimento Educação e Justiça como paralisação de aulas.

A assembléia decidiu deflagrar o "Movimento Educação e Justiça" a partir do dia oito (amanhã), proposta que venceu pela quase unanimidade. Também ficou decidido a realização de assembléias municipais em todas as cidades do Estado nesta quarta-feira e formação de uma comissão estadual que coordenará o movimento integrado pela APP, APLP e APMP e sub-comissões municipais que atuarão na coordenação dos municípios. O documento finaliza com um chamado inspirado no movimento dos metalúrgicos do ABC - professor unido jamais será vencido".

Para os pais dos alunos da rede estadual de ensino a Associação dos Professores elaborou um outro documento onde as reivindicações apresentadas como argumento para a paralisação diferem na colocação.

"Os professores decidiram, em assembléia estadual realizada dia cinco, em Ponta Grossa, paralisar as aulas a partir do dia oito (amanhã), em todo o Es tado, através do Movimento Educação e Justiça, pelos seguintes motivos, entre outros: não cumprimento do Estatuto do Magistério e das leis da educação, não atendimento aos pedidos dos professores desde há muito tempo, falta de condições mínimas para um bom ensino, salários insuficientes e até abaixo do salário mínimo" diz o documento.

Associação critica antecipação de férias escolares

Se o governo antecipar as férias de verão, aprovando por meio de decreto todos os alunos da rede estadual de ensino, estará dando mais uma prova de que não dá valor à educação, disse ontem o professor Izalas Ogliari, presidente da Associação dos Professores do Paraná. Para ele, a decisão de passar os alunos "com uma simples canetada", como parece ser irreversível diante da atual situação — greve dos professores e necessidade de economizar derivados de petróleo -, provará mais uma vez que até a energia é mais importante do que a educação no Brasil.

Ontem, a Associação dos Professores gastou o dinheiro inteiro preparando a estratégia do movimento, que segundo a entidade vai ganhar a adesão de todo o professorado da rede estadual de ensino. Foram elaborados documentos para os professores e diretores dos estabelecimentos estaduais, deputados de todos os partidos políticos indistintamente, Confederação dos Professores do Brasil, entidades congêneres de outros Estados, bispos e padres. "Vai ser o maior movimento do professorado paranaense" - sentenciou o ex-presidente da entidade Rubem de Oliveira, em meio aos preparativos. "Cansamos de dialogar sem ter conseguido soluções" - complementou Cleto Tamanini, vice-presidente Administrativo da APP. "A resposta é sempre a mesma: o sistema não comporta, não temos recursos suficientes" observou o presidente Ogliari.

Os professores pretendem manter a paralisação até que o governo atenda suas polpudas reivindicações. E o presidente já adianta que no próximo dia 15 - Dia do Professor - haverá uma assembléia geral do município de Londrina. "Se o governo tiver apresentado uma proposta efetiva até essa data então podemos submetê-la à assembléia" - disse Ogliari. Os professores dizem que a eles não compete dizer se a greve é legal ou ilegal pela atual legislação os mestres estão proibidos de paralisar suas atividades por desempenharem atividade considerada essencial. "Sabemos que o movimento é justo, verdadeiro e essencial" disse Cleto Tamanini, denunciando que os professores "estão morrendo de fome e quem está ilegal é o governo".

"Estamos exigindo que o governo cumpra a lei. O infrator neste caso é o governo", sentenciou Rubens de Oliveira, lembrando que o Estatuto do Magistério, por uma imposição constante nesse mesmo documento, deveria ter sido regulamentado até o dia 17 de abril de 1977. "É certo que o governo vem pondo em prática alguns dispositivos desse documento, mas de forma erronia e paliativa, para uma fração de classe, apenas para dividir a unidade do professorado. Oliveira acha ainda que o governo vem criando confusões para si próprio desde há muito tempo, quando sucessivamente vem deixando de fora todos os benefícios parte do magistério. "As professoras regionalistas e inabilitadas nunca foram beneficiadas" - frisou.

Para justificar a paralisação, o presidente da APP cita trechos do Estatuto do Magistério que na letra "G" do inciso I do artigo 82, que trata dos deveres e proibições, especifica que os professores e especialistas em educação têm o dever constante de considerar à relevância social de suas atribuições, cabendo-lhe manter conduta social, moral, funcional e profissional, sugerindo providências que visem a melhoria do ensino e ao seu aperfeiçoamento. A letra "R" do mesmo inciso diz que os mestres devem levar ao conhecimento das autoridades superiores irregularidades de que tiverem ciências em razão do cargo ou função. Esta é a quarta greve do magistério paranaense desde 1962.

Aumentos semestrais e o 13.º

O Governo do Paraná só vai conceder aumentos semestrais e décimo-terceiro salário para os servidores estaduais quando o Governo Federal adotar uma política que seja generalizada para o setor público. A declaração foi feita ontem pelo secretário Edson Neves Guimarães, das Finanças, ao comentar as reivindicações dos professores que entram em greve amanhã em todo o Estado. "Se o Governo Federal determinar que se pague o décimo-terceiro e os reajustes semestrais também para os funcionários estatutários não tenha dúvida que o Paraná vai acompanhar" - frisou.

Enquanto os professores reivindicam para si tais benefícios, juntamente com outras reivindicações básicas, o secretário das Finanças afirma que quando decisão nesse sentido for adotada pelo governo será para todo o funcionalismo público e não apenas para uma determinada classe.

"Trata-se mais de uma filosofia jurídica do que qualquer outra coisa" - observou o secretário. "Claro que os recursos também são importantes, porém mesmo que o Estado dispusesse de verbas não aplicaria os reajustamentos semestrais agora" - concluiu.

Ontem, os secretários Segismundo Morgenster, dos Recursos Humanos, Edson Machado, da Educação; e Véspero Mendes, do Planejamento, estiveram reunidos durante toda a tarde, buscando soluções mesmo que extra-oficiais para o impasse surgido com os professores paranaenses e a sua paralisação marcada para amanhã. O fato de o secretário das Finanças não ter participado da reunião provocou algumas especulações, uma delas dando conta que o governo não pretende atender as reivindicações dos grevistas. Ao que tudo indica, confidenciaram fontes credenciadas, as aulas serão suspensas nos próximos dias, com a antecipação das férias.

PT 10692-130

Feita P.S. nº 063/80
à Dop.

Em 07/10/80

opinião

ADAIL INGLÊS

73

MAIS RESPEITO AO MAGISTERIO

Os professores paranaenses, da rede oficial de ensino, ao terem apelado, mais uma vez, para uma paralisação, estão, acima de tudo, reivindicando o direito de serem tratados, pelo governo, com mais respeito e seriedade, já que não é essa a primeira vez que estão pedindo a mesma coisa, com visíveis demonstrações de cansaço e uma considerável dose de descrença, quanto ao que lhes foi prometido das vezes anteriores.

Discutir-se a oportunidade do movimento paredista, parece pouco significativo, não fosse a persistência do governo em tratar o professor, apenas como um subalterno, um assalariado qualquer.

O professor, ao longo do tempo, vem sendo a grande vítima de um tratamento desigual, por parte do Estado, no cumprimento da legislação trabalhista, que rege todas as demais profissões.

Até a promoção de um concurso público, sujeita-se o professor à condição constrangedora da figura, sob todos os títulos ridícula, do suplementarista, tendo como único direito o recebimento mensal pelo serviço que presta, embora não possua a menor garantia. Apesar disso, o professor não foge à sua responsabilidade, porque tem no magistério o seu verdadeiro ideal, cujo reconhecimento nunca tem ido além dos discursos de nossos governantes e das homenagens, pouco convincentes, que lhe são apresentadas, a cada 15 de outubro.

Concursado, adquire garantias, apenas, já que a remuneração percebida continua muito aquém do que efetivamente devesse receber um profissional, de nível superior.

Depois de muitos anos de luta, conseguiu o seu tão desejado Estatuto, não da forma pretendida, mas se contentou, afinal, em saber que o governo havia se disposto a formulação uma legislação própria, através da qual a classe passaria a ser tratada.

Vê-se, agora, que, entre as razões da presente paralisação, está a exigência para que o Estado cumpra o que ele próprio formulou, o que é uma falta de respeito à figura do professor, que nunca deveria deixar a sala de aula para reivindicar direitos seus, levando-se em conta o seu mister. Entretanto, é tamanha a indiferença do governo, que o professor, mesmo a contra-gosto, não tem outra alternativa, a não ser parar para exigir o cumprimento do que lhe é de direito. Ou, acaso, possa alguém imaginar que o professor, sabidamente um profissional zeloso e consciente de suas atribuições, sente prazer em se tornar um grevista? O professor, e todos sabemos disso, tem o seu prazer maior dentro de sua sala de aula, ensinando seus alunos, cumprindo o seu dever, pela alta conscientização que tem da responsabilidade que assumiu, perante si próprio e perante a sociedade, ao ter se decidido pelo magistério. Entretanto, o Estado tem sido um péssimo parceiro, limitando-se a fazer aquilo que tem sido forçado a cumprir.

Por isso, não pode, neste momento, o professor ser jogado contra pais e alunos, como se estivesse a fugir do cumprimento de seu dever. Não é, como já se disse, a primeira vez que deixa sua sala de aula, em troca de uma assembléia permanente, para reivindicar respeito aos direitos que tem.

Diz o governo, e o secretário da Educação não foi nada feliz no que disse ontem, que suas limitações orçamentárias o impedem de remunerar, de forma mais condigna, o professor. Porém, o orçamento que tem sido tão pródigo para inúmeras outras dotações, há que um dia oferecer condições de melhorar o nível de remuneração da classe do magistério, bastando, apenas, que o governo redefina melhor suas prioridades, mormente quando se fala ser o homem o objetivo central de uma administração. Zelar pelo bem estar do homem não é apenas promover um desfavelamento, inovar um sistema penitenciário.

Zelar pelo bem estar do homem é, antes de tudo, assegurar-lhe o direito à instrução e à boa formação, de modo que possa ele ser um elemento produtivo e um benfeitor da comunidade a que pertence.

E a base de tudo isso, até prova em contrário, parece estar no magistério.

Um professor bem remunerado e com seus direitos perfeitamente assegurados, pode não simbolizar um desatamento de fita, faixas e discursos bonitos, mas será, sem sombra de dúvidas, a garantia de uma sociedade melhor formada e de um povo mais justo e humano.

Por isso, dê-se ao professor apenas o respeito que lhe é devido, e ele há de voltar, muito feliz, para o convívio com seus alunos.

Jornal da Manhã 09-10-80

PT 10690-130

A CPT INFORMA

As informações que você precisa para evitar perder tempo nas filas do INPS, podem ser obtidas discando 24-1099.

PREÇO-CR$ 10,00

Professores aguardam uma solução

"A Secretaria da Educação tem a informar que desconhece oficialmente qualquer motivo idealizado pelo professorado paranaense. Tudo o que sabemos são informes ventilados pela imprensa. As escolas estão funcionando normalmente e não há qualquer sinal de que haverá paralisação das aulas". Estas foram as palavras do secretário geral da Secretaria da Educação, Mário Maia, ditas ontem em contato telefônico mantido com a reportagem. Enquanto isso, de acordo com os dados colhidos junto à APMP, a mobilização do professorado tendo em vista o início marcado para amanhã no chamado "Movimento Educação e Justiça" era intenso. Como se recorda no dia 5 último, aconteceu a Assembléia das APPs, tendo por local os salões do clube Guaíra. Mais de 1.500 professores permaneceram por seis horas e meia, sem almoço, para debater a proposta de greve e sua estratégia, sendo que venceu a idéia da criação do movimento acima citado. Entre os múltiplos protestos e a divulgação de um documento denominado "As Mentiras do Senhor Secretário", os mestres de mais de 60 municípios, foram inânimes em optar pela mobilização geral com a paralisação. A Igreja será solicitada, conforme revelou o assessor jurídico das APPs, Wagner D'Angelis. Na página 2, mais detalhes.

PT 10659-130

75

Sigiloso

Altayr Bail

O Secretario da Educação, Edson Machado, fez ontem uma sucinta análise do movimento do professorado paranaense, que está se desenvolvendo desde quarta feira. Inicialmente disse que o movimento é procedente e justo, desde que se considere como principal aspiração, a melhoria salarial, com vistas a melhoria do padrão de vida de cada um. O que preocupa, disse o secretario, é a natureza e a forma pela qual vem se desenvolvendo o movimento. "A paralisação das aulas prejudica o direito que os alunos têm à educação; é uma forma de cerceamento desse direito, explicou Edson Machado. Tal atitude prejudica não só aos alunos, como também toda a comunidade". Afirmou mais uma vez que a aspiração é procedente, mas a maneira pela qual a revindicam, não está correta.

Abordou, ainda, a chamada "valorização da classe", cujo ponto merece do governo o maior interesse, pois desta forma, valorizando o professorado, remunerando-o mais adequadamente, está também sendo valorizado o ensino em si.

Após essas observações, o secretario da Educação passou a apontar os pontos práticos, mostrando num resumo, a mensagem que o governador Ney Braga enviou para a Assembléia Legislativa, onde deverá ser aprovada.

Nessa mensagem, o aumento que o professor poderá perceber a partir de janeiro de 1981, deverá ser, no mínimo, de 72% e no máximo de 109%. Isto significa que o professor vai ganhar de Cr$ 9.916,00 até Cr$ 30.982,00, observando-se a carga horária de 22 horas semanais. Caso o professor tenha condições de duplicar essa carga, seus ganhos poderão atingir Cr$ 60.000,00, considerando-se ainda as vantagens da gratificação de regência de classe, quinqüenio e outros. Dentro deste aspecto, o Secretario da Educação acredita que os professores terão uma excelente perspectiva salarial.

No final de sua análise, Edson Machado, recomendou aos pais que continuem enviando seus filhos normalmente às aulas, pois as direções dos estabelecimentos terão condições, mesmo sem a presença dos professores, de dar aos alunos que comparecerem algum atendimento, em última hipótese, substituir as aulas, por alguma forma de atividade. Por outro lado, da parte dos professores, o Secretario da Educação espera que aqueles profissionais decidam pelo retorno às suas escolas, se o possível, ainda ho

Promicro foi lançado em Palmeira e Castro

Nesta semana, os Municípios de Castro e Palmeira tiveram o lançamento do PROMICRO - Programa Básico de Atendimento às Microempresas do Paraná, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por intermédio do CDE - Centro de Desenvolvimento Empresarial, órgão da Coordenadoria de Assuntos Comunitários da UEPG, o qual executa o referido Programa, em convênio com a FIDEPAR (Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná, na área de abrangência geoeducacional da Universidade local.

Tanto na cidade de Palmeira como em Castro, as solenidades de lançamento do PROMICRO contaram com as presenças do reitor Daniel Albach Tavares, do Secretário da Indústria e do Comércio do Estado, Fernando Fontana, do diretor superintendente da FIDEPAR, Simão Melnick, do professor Alvaro Augusto Cunha Rocha, coordenador de assuntos comunitários da UEPG, do professor Pier Vicente Langendyk, coordenador do CDE, e do professor Odeni Villaca Mongruel, assessor de Planejamento da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

RECEPTIVIDADE

Em Palmeira, o ato de lançamento aconteceu nas dependências da Câmara Municipal, onde confirmou-se a receptividade encontrada, desde a Palestra de sensibilização promovida pelo CDE, naquela cidade, anteriormente. Na oportunidade, estiveram prestigiando o acontecimento, além do prefeito Baptista Cherobim e do Presidente da Câmara, Luiz Carlos Copraro, vereadores e líderes comunitários, entre eles, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Palmeira, Jair Agotani Stadler.

Na cidade de Castro, com lugar na sede da ACEC - Associação Cultural e Esportiva de Castro, o evento revestiu-se de pleno êxito, devido a mesma receptividade encontrada em Palmeira, e ao prestigiamento das autoridades locais, entre as quais destacamos a do prefeito Ronie Cardoso, vereador Takeshi Maeda, presidente da Câmara Municipal, e a do presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Castro, Frederico Wilternbourg, além do deputado estadual Airton Cordeiro.

OBJETIVOS

Na decorrência dos atos solenes naqueles Municípios, o reitor da UEPG, professor Daniel Albach Tavares, falou dos objetivos a que se propõe o referido Programa, destacando aqueles que tocam mais de perto o pequeno empresário, entre os quais o de "aumentar a produtividade, através da consequente rentabilidade advinda de um comportamento empresarial mais racionalizado, quanto a metodologia aplicada pelo PROMICRO, visando o fortalecimento e expansão das microempresas industriais do Paraná nas áreas de abrangência geoeducacional das Universidades paranaenses, possibilitando-lhes, assim, condições de estabilidade e competitividade.

BADEP promove curso de análise jurídica

Enfatizando que o desenvolvimento econômico deve obrigatoriamente, "trazer consigo o desenvolvimento social" o presidente do BADEP, Euro Brandão, abriu o Curso de Análise Jurídica de Projetos e Contencioso, promovido pela Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e BADEP. Do curso, que vai até o dia 11, estão participando cerca de 35 advogados de bancos de desenvolvimento de todo o País.

A estes advogados o presidente do BADEP destacou a importância da atuação dos bancos de desenvolvimento pelo seu objetivo permanente de promover, através da economia, o homem brasileiro. Segundo Euro Brandão, "é inútil para um banco de desenvolvimento ser forte nos financiamentos e no balanço ou seja, ser uma instituição financeira, se não colocar essa posição e serviço do desenvolvimento social. "É nossa obrigação ajudar as empresas na promoção de justiça social, na expansão de economia sem deterioração do meio-ambiente. Além disso devemos procurar um modelo de desenvolvimento desconcentrado, de forma que os benefícios do progresso econômico se distribuam por todas as regiões e por toda a comunidade brasileira".

CURSO

O Curso de Análise Jurídica de Projetos e Contencioso, que está sendo realizado no auditório do BADEP, vai atualizar e aprofundar os conhecimentos dos advogados dos bancos de desenvolvimento para sua atuação nas áreas jurídicas de seus respectivos bancos. Para isso ele conta com instrutores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro e do BADEP que inscreveu 16 advogados.

Inscrições abertas para o 6º Concurso Internacional de Piano "Van Cliburn"

Já se encontram abertas as inscrições para o 6o. Concurso Internacional de Piano "Van Cliburn", que se realizará de 17 a 31 de maio de 1981, em Fort Worth, Texas, Estados Unidos.

O concurso constará de quatro etapas, s saber: primeira e segunda fases preliminares, semi-final, sendo que nenhum candidato será eliminado antes do fim da segunda preliminar.

O Concurso Internacional de Piano "Van Cliburn", criado pela Associação Nacional dos Professores de Piano dos EUA, foi realizado pela primeira vez em 1962. Suas edições subsequentes foram em 66, 69, 73 e 77.

Muitas carreiras importantes já se desenvolveram graças ao concurso, pois ele não traz benefícios apenas aos finalistas. Muitos participantes que não chegaram às finais desfrutam hoje de promissoras carreiras, orientados por empresários de renome. Esta é uma das razões porque o Concurso "Van Cliburn" procura somente pianistas que estejam completamente preparados para trilhar uma carreira de concertista profissional, com todos os seus compromissos e obrigações.

Nas duas fases preliminares, cada candidato executará uma obra à sua escolha do repertório do concurso durante aproximadamente 25 minutos. O júri não selecionará mais que 12 candidatos para a etapa semi-final, nem mais que seis para a final. Ao primeiro classificado caberá o prêmio de 12 mil dólares. O segundo receberá 8 mil e o terceiro 6 mil dólares. Há ainda oito prêmios menores.

Para maiores informações, os interessados devem escrever para Anthony Phillips, Executive Director, Van Cliburn Foundation, Inc., 3505 West Lancaster,

A tarde foi das crianças na EFAPI

NO DCE, ESTUDANTES AVALIAM CONGRESSO DA UPE

O diretório Central de Esdantes de Ponta Grossa, com vistas a um balanço da experiência vivida durante os três dias em que esteve representando perante o Congresso da UPE - União Paranaense de Estudantes, realizado em Londrina de 3 a 5 de Outubro próximo passado, fez reunir, na última quarta-feira, na sua sede, os 29 delegados representantes de cursos. Entre eles, constavam estudantes de Engenharia Civil, Farmácia e Bioquimica, Odontologia , Direito, Serviço Social e Administração de Empresas.

A reunião esteve presidida pelo acadêmico de Engenharia Arrildo Locatelli, presidente do DCE e durou cerca de três horas sem intervalo, das 20h 30 min.

De uma maneira geral, os delegados-acadêmicos confessaram ter auferido grande aproveitamento do Congresso da UPE, com ressalvas. a propósito, principalmente, de questões "de estrategia" levantadas durante o encontro, notadamente no campo político e sobre as propostas da UNE - União Nacional dos Esrudantes.

Procurando aparar algumas arestas, o estudante Vitor Moreski, que também se encontrava na reunião do DCE, apesar de pertencer a outra Universidade, deu ênfase à luta estudantil, acentuando que as divergências entre correntes não devem alterar o propósito de união da classe, ao comentar o ocorrido no Congresso da UPE em Londrina. Segundo êle, as bandeiras de luta alçadas podem ser diferentes, de grupos para grupos, mas o que não deve diferenciar é o lado essencial da questão, como sendo, os objetivos máximos apregoados pela diretiva nacional, sucedendo a amplos debates em torno das reivindicações da classe. Conforme disse, "somos contra qualquer tipo de sectatismo, porque o plano teórico (das discussões) não deve predominar sobre o espírito de luta que na prática os etudantes devem sustentar como a razão fundamental de exixtir da própria entidade". Nesse contexto, ele diz que as divergências teóricas são naturais e necessárias para a sedimentação de idéias que servem não apenas para distinguir um grupo de outro, mas principalmente para aprofundar o conhecimento de dadas questões que interessam a toda uma classe.

E foi mais além o estudante Moreski, ao admitir ser inconcebível uma tese de união estadual para comandar os destinos da UPE, nessa época, pelo fato de que a maioria dos grupos de discussão ainda não se encontram suficientemente amadurecidos para tolerar as diferrenças do plano teórico e interessar-se fundamentalmente para os programas de ordem prática. "Se fosse elaborada uma fusão para formar o chamado "CHAPÃO", é provável que muito cedo ocorreria a desintegração da mesma". Antes de terminar com suas colocações , Moreski, que também é representante do Jornal "Tribuna Operária" e especial simpatizante com o Jornal "Companheiro", acrescentou que, em termos de UNE, a nova diretoria deveria ser eleita "em Comgresso" e não em urnas. E justifica: " Se somos contra o voto de cabresto, devemos desde logo nos posicionar pelo voto em Congresso, de maneira direta, para fazer valer aquilo que sempre sustentamos em tese. Deu como exemplo o sobredito, a espécie de " [illegible]ões" realizada pelo patido político da extinta ARENA, segundo ele, na base do cabresto.

Em vista ainda de tais ponderações, alguns estudantes mostraran-se em dificuldade para discutir o assunto com mais larguesa, devido a fatores de informação e de tempo disponível. A sugestão aceita foi de que se voltasse ao assunto posteriormente, para das lugar ao tema dominante no encontro.

DEFINIÇÕES

No Congresso da UPE, segundo comentou, ficaram definidos os seguintes pontos: os estudantes são contrários a qualquer majoração nas taxas e mensalidades para entrar em vigor em 1981; ficou definida também a carta de prin[illegible]os da UNE. As eleições da UPE deverão ocorrer nos próximos dias 12 e 13 de novembro, sendo certo que elas se realizarão sob forma "direta". A despeito da greve estudantil, cogitada para sua delfagração em nível nacional e regional no próximo ano, nenhuma deliberação foi tomada, valendo a referência como última alternativa de luta.

Os 400 delegados que participaram do Congresso decidiram ainda protelar para que as Universidades e Faculdades tenham seus quadros diretivos a comunidade estudantil representada em 1/5, inicialmente, e na proproção de 1/3 para futuro.

Na sede do DCE, os acadêmicos discutem sobre o resultado do Congresso da UPE em Londrina.

A diretoria provisória da União Paranaense de Estudantes (UPE), emvora não tenha sido cogitado de nomes que a dusputarão, no próximo mês de novembro, será composta por representantes do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná, do Diretório Central de Estudantes da Universidade Católoca do Paraná, do Diretório de Maringá, do DCE de Ponta Grossa e dos Diretórios das Faculdades de Palmas, Cascavel e Apucarana. Não ficou definido, porém, se cada destas se fará representar dos presidentes em exercício ou se outros, por indicação das respectivas diretorias (DCEs ou DAs).

CINCO VICE-PRESIDENTES

Por outro lado, sabe-se que, além do presidente, serão eleitos outros cinco vice-presidentes, cada qual representando uma fração politico-geográfica do Estado. Assim, haverá um vice-presidente para representar os municípios de Londrina Bandeirantes, Apucarana e Rolândia, pertencentes ao Norte do Estado e um vice para o Noroeste, distribuído entre Maringá, Paranavaí, Jandaia do Sul, outro representante entre Curitiba, Paranaguá e União da Vitória, o mesmo ocorrrendo em relação ao Centro-Sul, abrangendo as localidades de Irati, Guarapuava e Ponta-Grossa. Para representar Rondon, Toledo a Assis Chateubriand, mais um vice-presidente.

Está-se pensando, segundo se informou, na formação de 6o. pólo, que nesse caso iria abranger os municípios de Palmas, Pato Branco e Francisco Beltrão, que igualmente elegeria o seu vice-presidente para a diretoria provisória para governar no ano civil de 1981.

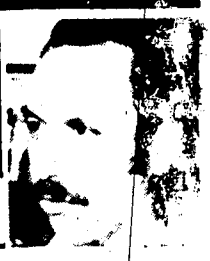
Quanto ao restante da composição da diretoria, em relação aos cargos, ficou acertado também que haverá 1 Secretário, 1 Tesoureiro, 1 Secretário de Cultura, 1 Secretário de Esportes , 1 Secretário de Imprensa, 1 Secretário para Ciências Exatas e Outro para as Ciências Biomédicas.

GADO CHAROLÊS, À VENDA, NA EFAPI

78

10/10/80

opinião



ADAIL INGLÊS

O MAGISTÉRIO CANSOU DE PROMESSAS

Seria falta de inteligência, imaginar-se que, à esta altura do ano, em pleno mês de outubro, possa o governo remanejar verbas, em seu orçamento, para atender a reivindicações salariais de qualquer classe, porque, qualquer leigo em orçamento público, sabe perfeitamente que nenhum orçamento, nos meses finais do ano, não comporta suplementação significativa em qualquer dotação, simplesmente por não ter de onde transferir. Então, neste caso específico, há que se dar razão ao governo do Estado, por não possuir, efetivamente, condições de contentar o professorado paranaense, em greve, nas suas reivindicações de ordem salarial.

Entretanto, isso não quer significar que não tenha o governo do Estado todas as condições para assegurar o enclimento reivindicado, a partir de janeiro do pró[ximo] ano, quando, então, passará a manusear um novo orçamento, que comportará tantas suplementações, quantas se fizerem necessárias.

Assim, e o professor haverá de concordar, o que está sendo pedido hoje, através do movimento grevista, poderá perfeitamente ser atendido, a partir de janeiro, desde que o governo ofereça, já, instrumentos de garantia que permitam à toda a classe o retorno às suas atividades docentes, tranquila e segura de que não necessitará deixar a sala de aula, uma outra vez, para tornar a pedir as mesmas coisas.

Dirão os que discordam da greve, que o governo já anunciou um aumento de 70 por cento, a partir de janeiro para os professores. A bem da verdade, o aumento é para todo o funcionalismo, nele incluído o professorado. Mas, esses 70 por cento em nada alteram o quadro reivindicatório da classe, uma vez que o dito percentual representa mero cumprimento da legislação salarial.

Os professores querem aumentos reais e não apenas correções de seus salários, com base em índices inflacionários. Assim, além dos 70 por cento, que só serão pagos a partir de janeiro, o governo está sendo solicitado a oferecer um aumento real, que bem poderá ser negociado, **até como uma reclassificação parcelada, digamos assim**, com oferecimento de novos reajustes no mês de julho, por exemplo, em duas ou três etapas, de modo a compatibilizar o vencimento de um professor, com a importância do trabalho prestado, além de corrigir a nítida defasagem que o salário do professor tem sofrido ao longo destes últimos anos. Com isso, a classe do magistério teria, no mês de janeiro, os reajustes normais, em que não há favor algum, e, no mês de julho, um aumento real, dividido em duas ou três etapas, como já se disse, até ser atingido o que viesse a ser convencionado sobre o "quantum" da pretendida, e necessária, reclassificação.

O professor tem sido extremamente compreensível, em relação as dificuldades orçamentárias e financeiras do governo, tanto que, a cada movimento grevista, tem s[e] contentado com um mínimo que lhe tem sido oferecido. Agora, parece ter chegado o momento do governo retribuir a compreensão que tem merecido, dando mostras evidentes da valorização que diz reconhecer no trabalho do professor. Não pode mais continuar, como sempre fez, alegando falta de verbas e escassez de recursos. É evidente que os recursos públicos sempre estão aquém do desejo do administrador, que gostaria de dispor de dinheiro para realizar a mais avantajada das administrações. Aqui, então, é que deve entrar a definição de uma escala de prioridades, em que se avaliará se é mais importante o Estado continuar investindo em estradas, na edificação de prédios públicos, ou se é chegado o momento de transferir um pouco da dotação de tais obras para um investimento, de bem maior significação, oferecendo-se um melhor salário a quem, verdadeiramente, se preocupa com o homem, sete dias na semana, trinta dias no mês e trezentos e sessenta e cinco dias no ano, que é o professor.

É claro que o professorado tem outras reivindicações, como o piso salarial de três salários mínimos, além [d]e fiel cumprimento a tudo o que dispõe o Estatuto do Magistério, cujo autor é o próprio governo, que tem descumprido o que ele mesmo propôs.

Prometer 9 mil cruzeiros, a partir de janeiro, para quem, hoje, ganha 5, pode parecer, à primeira vista, uma autêntica benevolência, se, já a partir do próximo mês, o salário mínimo não passasse para 7 mil, indo, no mês de maio, para 10 mil cruzeiros, provavelmente.

Nem é preciso dizer que o professor que hoje percebe 5 mil cruzeiros, estará, nos meses de novembro e dezembro, percebendo menos que um salário mínimo.

Pi 1069 c. 130

Diario dos Campos

ÚMERO 24.918 — O MATUTINO VETERANO DO PARANÁ — PONTA GROSSA, SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1980 — DIAS ÚTEIS 10,00 — DOMINGO 15,00.

Professorado está estudando propostas

Ainda durante o dia de hoje deverá continuar o movimento do professorado que se desenvolve em quarenta cidades do Estado, até que se concretize algum acôrdo entre a classe e governo do Estado.

Muito embora tenha sido divulgado ontem o aumento de 70% oferecido pelo governo aos professores, a classe não o aceitou em termos.

Uma comissão formada pelos representantes da APP de várias regiões esteve durante toda a tarde e parte da noite, reunida novamente com representantes do estado para estudar as propostas.

O anúncio do aumento foi interpretado por uma grande parte dos professores como uma manobra para esfriar o movimento, uma vez que êsse aumento, segundo os professores, é fato que lhes é devido, pois todo o ano, a partir de janeiro, tornou-se praxe a concessão desses aumentos. Não seria pois, o anúncio antecipado de um aumento do qual a classe já tinha conhecimento e esperaria normalmente que os faria mudar ou abdicar de suas reivindicações.

ACERTO QUANTO A DATA DE VIGOR DO AUMENTO

Conforme disse o professor Francisco Pires Machado, que estava presente ontem à tarde no QG do professorado, está havendo uma tendência de se aceitar em parte, a proposta governamental, cuja discordância estaria principalmente na data de vigor do aumento anunciado. Querem os professores que o tal aumento passe a vigorar a partir do mês em curso, outubro, ou do mês [illegible] novembro.

Além desse fato, outros detalhes inerentes ao estatuto do magistério, também teriam que ser discutidos.

ACERTOS FINAIS

Até o final da noite de ontem, era esta a posição do movimento dos professores, acreditando-se que durante o dia de hoje, haja algum progresso nas negociações e talvez possa se chegar a um acôrdo.

Por outro lado, na sede da

(Continua na última página)

Professorado...

(Continuação da 1a. página)

APP-2a. região, há uma lista de quarenta municípios que estão oficialmente apoiando o movimento. São os seguintes os municípios: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranavaí, Santo Antonio do Caiuá, Assis Chateaubriand, Santa Fé, Loabato, Colorado, Querência, Terra Rica, Monte Castelo, Jacarezinho, Tibagi, Cascavel, Telêmaco Borba, Quatiguá, Palmas, Pato Branco, Marmeleiro, Guaíra, Umuarama, Jussara, Tapira, São Tomé, Japira, Terra Boa, Cidade Gaúcha, Xambrê, Pérola, Indiana, Castro, Irati, Ortigueira, Jaguariaíva, Imbituva, Teixeira Soares, Piraí do Sul e Palmeira.

JORNAL: O do Povo
Pasta: M E e Justiça
Data / / Estado

Professores deverão retomar movimento Educação e Justiça

Os professores paranaenses deverão retomar nos próximos meses os novos passos do Movimento de Educação e Justiça, suspenso no final de outubro último quando o Governo do Estado cedeu a algumas reivindicações da classe, entre elas o estabelecimento de um piso salarial mínimo mais condizente com a profissão.

Inicialmente, conforme ficou decidido na Assembléia de 30 de outubro, no Estágio Couto Pereira, quando se fizeram presentes mais de 5 mil professores de todo o Estado, a próxima Assembléia do Movimento seria realizada na 1.ª sexta-feira após o reinicio das aulas (amanhã) mas avaliando a situação com a cabeça mais fria, os representantes das entidades de classe e lideranças do interior do Estado, em reunião no último final de semana, decidiram transferir a definição da data da Assembléia para o Encontro Regional de Professores do Vale do Ivaí, a realizar-se nos dias 14 e 15 de março, em Ivaiporã.

ASSEMBLÉIA ADIADA

Para o Professor Waldir Dallagnol, da Associação dos Professores do Paraná, de nada adiantaria a convocação de uma Assembleia nesta sexta-feira, em Cascavel, quando os professores estão retornando às aulas e não estão suficientemente mobilizados para oferecer um índice de aproveitamento aceitável.

"Após o Encontro do Vale do Rio Ivaí - prossegue - quando esperamos contar com a presença de aproximadamente mil professores de todo o Estado, ficará muito mais fácil conclamar a classe para que retorne à luta pelos seus direitos, apoiando suas entidades, que inclusive, acabam de manter contato com o Secretário da Educação no último dia 13 de fevereiro, quando foram novamente apresentados os 17 itens reivindicatórios do professorado paranaense, alguns já vistos com maior disposição por parte das autoridades".

Segundo Waldir Dallagnol, o memorial entregue ao Secretário Edson Machado reivindica entre outras coisas: reajuste semestral; 13.º salário; piso salarial de 2,5 salários mínimos para a classe inicial do magistério, já em 1981; promoção de PA 1 para 2; horas-permanência; reformulação da tabela de vencimentos; criação de novos regimes de trabalho; concretização de 5 avanços diagonais ao invés de quatro; lista tríplice para indicação das direções das escolas, já em 1981; elevação do número de vagas orçamentárias e remanejamento das já existentes para nomeação dos remanescentes de concursos de ingresso e promoção, etc.

PT 10593-130

Gazeta do Povo
& APP
22 10 80 PR

Professores não aceitam proposta do governo e prejudicam cidades

Em uma decisão surpreendente, que desagradou profundamente algumas pequenas cidades do interior, os professores paranaenses resolveram ontem não aceitar a proposta do governo para o encerramento da greve do magistério. Reunidos em assembléia estadual no Estádio Couto Pereira, em Curitiba, cerca de seis mil mestres decidiram prosseguir no "Movimento Educação e Justiça" até que o governo atenda as suas quatro principais reivindicações expressas em documento da classe.

Encerrada a reunião de 13 horas mantida pelos secretários Edson Machado, da Educação; Véspero Mendes, do Planejamento; Edson Neves Guimarães, das Finanças; e Segismundo Morgenstern, dos Recursos Humanos, com os líderes grevistas, anteontem, tudo indicava que a assembléia ratificaria o "pré-memória" assinado por ambas as partes contendo as concessões que o Estado estava disposto a fazer em prol do retorno do professorado às salas de aula no menor espaço de tempo possível.

A assembléia estadual de ontem - a segunda depois do início da greve no dia oito - foi iniciada às 10 horas da manhã e os grevistas se acomodaram nas sociais do Estádio Couto Pereira, cedido gratuitamente pela diretoria do Coritiba Esporte Clube. Em meio a uma movimentação muito grande, podia-se observar caravanas portando faixas de diversos municípios do interior, desde os maiores como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cornélio Procópio e Jacarezinho, até os mais pequenos como Jaguapitã, Cambé, Palotina, Dois Vizinhos, Jandaia do Sul e Porecatu.

Logo após o início, os grevistas aprovaram a ata da assembléia de Londrina, rezaram o "Pai Nosso" e cantaram o "Hino Nacional". Após a leitura de algumas questões de ordem, falou o advogado Wagner Rocha D'Angelis, presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná, dizendo de sua confiança nos professores para a construção de uma sociedade livre, democrática e justa. "A missão da Igreja é estimular movimentos como estes, ampliar a palavra de todos, buscando na melhoria do ensino melhores condições de vida" - observou o jurista.

Em seguida ao discurso de D'Angelis, os grevistas começaram a apresentar as diversas proposições da classe para decidir os rumos do movimento. Mas o encontro começou a "ferver" quando o professor Dino Zambenedetti, presidente da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, fez uma exposição dos últimos contatos mantidos pela comissão de negociação com os órgãos do Governo do Estado. Ali, Zambenedetti esclareceu que a comissão "não aceitou nenhuma proposta do governo. A comissão apenas está trazendo para a assembléia o que o governo está propondo".

Depois de deixar bem claro que qualquer decisão teria necessariamente de partir da assembléia, o professor Dino Zambenedetti leu o "pró-memória" assinado pela comissão e pelos representantes do governo do Estado, e a seguir o advogado das entidades grevistas, Eliud José Borges, fez uma detalhada análise das concessões prometidas pelo Estado. Na sua opinião, os avanços diagonais se constituem na maior conquista da classe, ao lado da demonstrada união do professorado paranaense.

A partir daí os representantes do interior do Estado começaram a desfilar proposições, às vezes sob aplausos as vezes sob as vaias da assembléia. Aproximadamente 30 professores tiveram acesso aos microfones instalados nas sociais do Couto Pereira, que segundo as lideranças do movimento recebia representantes de 176 municípios paranaenses. Ao final desses pronunciamentos, o professor Izaias Ogliari, presidente da Associação dos Professores do Paraná, recebeu e leu as propostas vindas por escrito dos participantes e, em seguida, resumiu três proposições para serem submetidas à assembléia.

A primeira delas propunha a continuidade do movimento pura e simplesmente; a segunda a continuidade da greve até o final desta semana, com realização posterior de uma nova assembléia estadual; e a terceira era pelo retorno às aulas imediatamente com prosseguimento do "Movimento Educação e Justiça". Pelo que se pôde apurar dos pronunciamentos realizados em torno do assunto, os pequenos municípios do interior pediam o retorno dos professores às salas de aula, enquanto as grandes cidades do Estado, como Curitiba, Londrina e, principalmente, Maringá queriam prosseguir a greve e adiar a decisão para nova assembléia estadual.

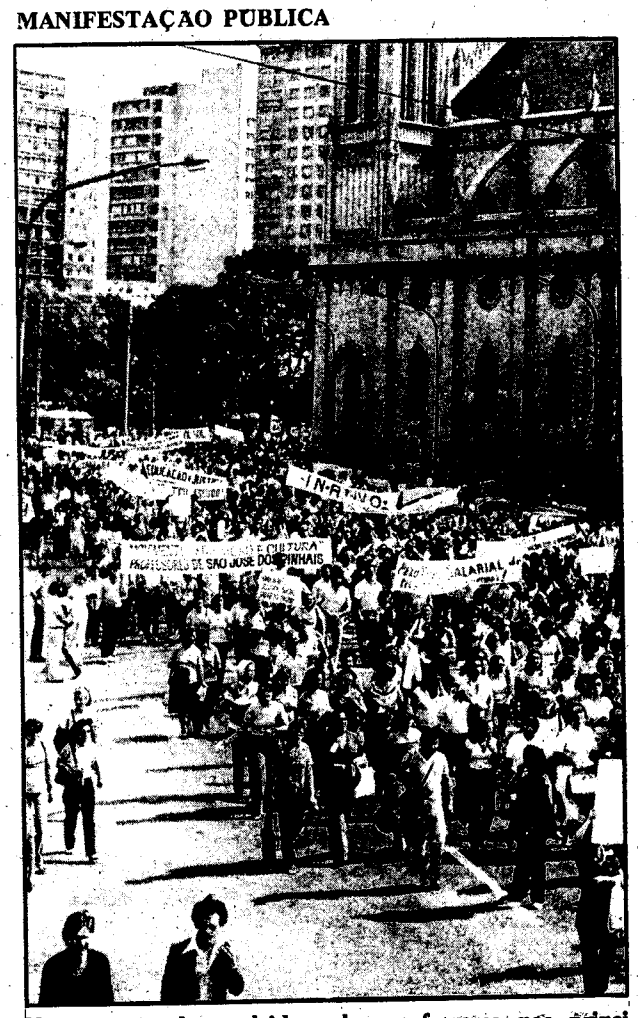
DISCUSSÃO

O pronunciamento do professor Tadeu França, de Maringá, influiu decisivamente para a continuidade da greve por tempo indeterminado. Falando à assembléia, ele conseguiu "remotivar" os professores presentes que até aquela altura dos acontecimentos mantinham-se indiferentes às reduzidas manifestações da assembléia. França queria levar adiante o movimento grevista até pelo menos segunda-feira da próxima semana, quando sua cidade sediaria nova reunião estadual do professorado. De outro lado, o professor Antônio Albuquerque, de Medianeira, reivindicava o fim do movimento paredista, alegando que as pequenas cidades do interior não suportariam mais uma semana de paralisação. "Precisamos ser coerentes, precisamos ser coerentes" — gritava ele aos professores.

Seguindo o exemplo de Albuquerque, diversas professoras normalistas pediram o retorno às salas de aula, particularmente "em atenção aos alunos, que nos compreenderam, e aos pais, que souberam nos apoiar". Mas também se seguiram outras manifestações de Maringá em favor da continuidade da greve e os participantes da assembléia começaram a promover ruidosas manifestações contrárias a qualquer proposta no sentido de encerrar a greve. Voltando ao microfone, o professor de Medianeira teve que interromper seu novo pronunciamento em consequência da enorme vaia que fazia eco em todo o estádio Couto Pereira.

No final, a proposta no sentido de continuar o movimento por tempo indeterminado, até que o governo atenda todas as quatro reivindicações da classe, recebeu calorosa aprovação da assembléia. Os professores também aprovaram a realização de uma nova assembléia estadual da classe para a próxima 2.ª feira, na cidade de Maringá, que promete conseguir a adesão de pais e alunos. Ao deixar o estádio, por volta das 14h, os grevistas saíram em passeata que percorreu as ruas centrais de Curitiba e só foi terminar em frente ao Palácio Iguaçu.

MANIFESTAÇAO PUBLICA



Na passeata desenvolvida pelos professores nas principais ruas da cidade, o apoio da população curitibana.

Cansaço

O advogado Wagner Rocha D'Angelis, presidente da Comissão Justiça e Paz do Paraná, já na assembléia do Estádio Couto Pereira era a favor do retorno dos professores às salas de aulas. Ele entendia, àquela hora, que os mestres do interior do Estado estão "cansados" e que não suportariam a manutenção de uma paralisação por muito tempo. "Mesmo sem paralisação das aulas o movimento vai continuar" - observou D'Angelis, lembrando que o próprio "pró-memória" assinado pelos líderes do movimento com os representantes do governo do Estado estabelece que as negociações continuarão após o encerramento do movimento grevista.

Chamando a atenção para a "responsabilidade histórica do professorado do Paraná, que não se curva às exigências do Poder", o presidente da Comissão Justiça e Paz disse em seu pronunciamento à assembléia que qualquer decisão teria que ser tomada com bastante reflexão. Sobre as propostas apresentadas na noite anterior pelo governo do Estado, D'Angelis disse que elas representam "uma evolução nos acontecimentos, é uma demonstração de que o Estado resolveu realmente vir ao encontro dos anseios dos professores, reconhecendo a importância da profissão e do ensino para o desenvolvimento do país".

Sem dúvida nenhuma, continuou o advogado, elas não representam tudo aquilo que os professores esperavam. "Mas me parece que como o movimento não significa uma paralisação casuística e interesseira, porém representa uma tomada de posição consciente em favor da melhoria do ensino das gerações presentes e futuras, e reconhecendo que em algumas regiões já temos notado um cansaço entre os professores, é estratégico que os mestres suspendam a paralisação de aulas".

Pedido

Em atenção aos alunos e aos pais, o professor Antônio Albuquerque de Medianeira, "brigou" na assembléia pelo retorno dos mestres às salas de aula a partir de amanhã. Em pronunciamento bastante inflamado, Antônio pediu para que os professores refletissem bastante antes de tomar qualquer decisão, alegando que o movimento certamente se esvaziará nas cidades pequenas do interior.

O representante de Medianeira argumentou à assembléia que o momento pedia o fim do movimento grevista. "Somos professores, educadores e mestres; somos personalidades voltadas para o melhor. Precisávamos afirmar nosso ponto de vista. Paramos 15 dias e mostramos a nossa união, nossa força, nossa garra. Mas os pais do interior paranaense ainda são muito bitolados e massacrados por uma política opressora" - observou.

Antônio Albuquerque teme, principalmente, a retirada do apoio dos pais ao "Movimento Educação e Justiça". "Uma grande parte dos pais nos entendeu e estendeu a mão em favor das nossas reivindicações. O governo deu "migalhas" quando deveria atender todos os nossos pedidos, mas prometeu que continuará conversando. É por isso que devemos retornar às salas de aulas e, ao mesmo tempo, conscientizar os pais para um novo movimento, em março, caso o governo não cumpra todas as concessões feitas".

Impasse

Ao anunciar a decisão da assembléia estadual, no estádio Couto Pereira, o professor Izaias Ogliari, presidente da APP, garantiu que depois desta rejeição os professores só retornam às salas de aula com o atendimento das quatro reivindicações da classe. Os mestres querem piso salarial de três maiores salários mínimos vigentes no país, reajustes semestrais a partir de julho de 1980 mais 15 por cento de índice de produtividade, cumprimento pleno do Estatuto do Magistério e elevação de nível das professoras normalistas, PAI para o PB2.

A rejeição da assembléia representa que a proposta do governo não atendeu aos pedidos do professorado, segundo Ogliari. "Há muito que vimos reivindicando melhores condições e agora o Estado vem oferecendo "migalhas" que não satisfazem aos anseios da classe" — observou o presidente da Associação dos Professores. "O magistério paranaense continua unido e coeso e o governo terá que apresentar algo mais concreto. Em caso contrário vamos ampliar ainda mais o movimento, paralisando 100 por cento das escolas do Paraná em poucos dias".

Sobre um possível esvaziamento do movimento, Ogliari admitiu que "o temor é natural nesses casos".

Em seguida, porém, argumentou que depois da assembléia estadual de Curitiba esse temor pode pairar em poucos professores, uma vez que a grande maioria está decididamente conscientizada com relação aos problemas salariais. "A participação nas assembléias não é das mesmas pessoas, pelo contrário, a cada nova reunião notamos que as pessoas são diferentes" — observou.

Negociação após a volta

O governo só volta a negociar com os grevistas depois do retorno dos professores às salas de aula. A informação foi transmitida na noite de ontem pelos próprios representantes da classe do magistério, depois de uma reunião de quatro horas com os secretários da área econômico-financeira do Estado no Palácio Iguaçu. A decisão foi tomada em atendimento ao item "seis" do pró-memória assinado na noite de ontem, que assegura o prosseguimento dos entendimentos do governo e a classe do magistério com o objetivo de alcançar a fixação de normas relativas aos exercícios das funções de especialistas de educação; a fixação de normas para remoção; critérios para escolha e designação de diretores; e a regulamentação de outros dispositivos do Estatuto do Magistério.

Segundo Eliud José Borges, advogado da Associação dos Professores, Associação dos Professores Licenciados e Associação do Pessoal do Magistério do Paraná, o governo estabeleceu como condição 'sine-qua-non" para retomar as negociações o fim do movimento paredista que hoje entra no seu décimo-quarto dia. "Os representantes do governo alegaram que não há clima para discutir novas propostas hoje" - disse Cléto Tamanini, diretor Administrativo da Associação dos Professores, ao deixar o Centro Cívico.

Tentando um acordo de última hora, os professores recuaram nas reivindicações e pediram a aprovação dos grevistas que se postavam em frente ao Palácio Iguaçu para negociar o fim da greve com a concessão de piso de dois salários e meio vigentes no Estado e a elevação de nível da professora normalista. Devido a uma pequena confusão "linguística", os manifestantes entenderam que o governo é que tinha feito tal proposta e aprovaram a continuidade das negociações, às 20h10min. A reunião foi reiniciada, mas meia hora depois acabou sem que as duas partes tivessem condições de chegar a um acordo para pôr fim ontem mesmo ao movimento grevista.

Assim, passou a predominar a decisão tomada anteriormente no estádio Couto Pereira e nova assembléia será realizada segunda-feira da próxima semana na cidade de Maringá. O professor Dino Zambenedetti, presidente da Associação dos Professores Licenciados, entende que o governo quer que as entidades classistas façam nova contraproposta, abrindo um "leque" de negociações. Já o professor Izaias Ogliari não viu nenhum evolução no encontro de ontem e garante que o governo continua "intransigente" a qualquer negociação. "As nossas reivindicações são antigas mas o Estado sempre achou que nossos memoriais eram telegramas falsos. Parece que o governo acordou agora e alega que não pode resolver o problema de um dia para outro" - observou.

Manifestação pública

A passeata dos professores iniciou por volta das 15h em frente ao Estádio Couto Pereira e rumou em direção ao centro da cidade a fim de conseguir o apoio da população. Enquanto isso, no Centro Cívico, o governo providenciava a instalação de sistema de som e um grande contingente policial postava-se em frente ao Palácio Iguaçu. Os grevistas passaram pelo anel central, ganharam a Avenida Cândido de Abreu e chegaram em frente ao Palácio Iguaçu pouco antes das 16h.

Um carro equipado com alto-falantes comandou inicialmente a manifestação dos professores no Centro Cívico, onde os mestres outra vez cantaram o Hino Nacional e trechos de "Para não dizer que não falei de flores", de Geraldo Vandré. Os policiais formaram barreiras humanas para evitar que os grevistas ganhassem o pátio do Palácio Iguaçu, comandados pessoalmente pelo secretário Haroldo Ferreira Dias, da Segurança Pública, e pelo coronel Manoel Abreu de Moraes, comandante geral da PM.

Por volta das 16h15min., o coronel Manoel de Moraes tomou a iniciativa de conversar com os líderes do movimento, anotando as reivindicações transmitidas pelo professor Izaias Ogliari e outros dirigentes das entidades classistas. Antes, porém, que o comandante da PM levasse adiante as reivindicações, apareceu uma comissão de deputados do PDS, formada por Fabiano Braga Cortes, Airton Cordeiro e David Cheriegate, convidando os representantes dos professores para uma reunião no Palácio Iguaçu.

Antes que a comissão de negociação entrasse no Palácio, chegou também uma Comissão de deputados do PMDB, formada por Renato Bernardi, Fiori Luiz, Newton Friedrich, Trajano Bastos, Fidelcino Tolentino e Gernote Kirinos, "para testemunhar a conversa", segundo um deles. Pouco depois os grevistas foram recepcionados à porta principal do Palácio pelos secretários Edson Machado de Sousa, da Educação e Segismundo Morgenstern, dos Recursos Humanos.

A reunião conciliatória dos grevistas com o governo foi iniciada às 16h30min., no quarto andar, com a participação dos secretários Haroldo Ferreira Dias, da Segurança Pública, e Oscar Alves, da Saúde e Bem-Estar Social. Tanto os deputados do PDS quanto os do PMDB não tiveram acesso à sala de reunião.

Em frente ao Palácio Iguaçu, os manifestantes esperaram pacientemente, às vezes cantando, às vezes em silêncio qualquer novidade vinda da reunião. A primeira resposta veio às 20h10min., quando os professores pediram autorização para reduzir de três para dois e meio o número de salários mínimos para estabelecer o piso da categoria.

NOTA OFICIAL

O Governo do Estado do Paraná, tendo em vista a decisão da assembléia de professores reunida em Curitiba, em data de hoje, e que foi transmitida aos senhores Secretários da Educação, dos

Na passeata desenvolvida pelos professores nas principais ruas da cidade, o apoio da população curitibana.

notado um cansaço entre os professores, é estratégico que os mestres suspendam a paralisação de aulas".

caso o governo não cumpra todas as concessões feitas".

rio, a cada nova reunião notamos que as pessoas são diferentes" — observou.

Negociação após a volta

O governo só volta a negociar com os grevistas depois do retorno dos professores às salas de aula. A informação foi transmitida na noite de ontem pelos próprios representantes da classe do magistério, depois de uma reunião de quatro horas com os secretários da área econômico-financeira do Estado no Palácio Iguaçu. A decisão foi tomada em atendimento ao ítem "seis" do pró-memória assinado na noite de ontem, que assegura o prosseguimento dos entendimentos do governo e a classe do magistério com o objetivo de alcançar a fixação de normas relativas aos exercícios das funções de especialistas de educação; a fixação de normas para remoção; critérios para escolha e designação de diretores; e a regulamentação de outros dispositivos do Estatuto do Magistério.

Segundo Eliud José Borges, advogado da Associação dos Professores, Associação dos Professores Licenciados e Associação do Pessoal do Magistério do Paraná, o governo estabeleceu como condição "sine-qua-non" para retomar as negociações o fim do movimento paredista que hoje entra no seu décimo-quarto dia. "Os representantes do governo alegaram que não há clima para discutir novas propostas hoje" - disse Cleto Tamanini, diretor Administrativo da Associação dos Professores, ao deixar o Centro Cívico.

Tentando um acordo de última hora, os professores recuaram nas reivindicações e pediram a aprovação dos grevistas que se postavam em frente ao Palácio Iguaçu para negociar o fim da greve com a concessão de piso de dois salários e meio vigentes no Estado e a elevação de nível da professora normalista. Devido a uma pequena confusão "linguística", os manifestantes entenderam que o governo é que tinha feito tal proposta e aprovaram a continuidade das negociações, às 20h10min. A reunião foi reiniciada, mas meia hora depois acabou sem que as duas partes tivessem condições de chegar a um acordo para pôr fim ontem mesmo ao movimento grevista.

Assim, passou a predominar a decisão tomada anteriormente no estádio Couto Pereira e nova assembléia será realizada segunda-feira da próxima semana na cidade de Maringá. O professor Dino Zambenedetti, presidente da Associação dos Professores Licenciados, entende que o governo quer que as entidades classistas façam nova contraproposta, abrindo um "leque" de negociações. Já o professor Izaias Ogliari não viu nenhum evolução no encontro de ontem e garante que o governo continua "intransigente" a qualquer negociação. "As nossas reivindicações são antigas mas o Estado sempre achou que nossos memoriais eram telegramas falsos. Parece que o governo acordou agora e alega que não pode resolver o problema de um dia para outro" - observou.

Manifestação pública

A passeata dos professores iniciou por volta das 15h em frente ao Estádio Couto Pereira e rumou em direção ao centro da cidade a fim de conseguir o apoio da população. Enquanto isso, no Centro Cívico, o governo providenciava a instalação de sistema de som e um grande contingente policial postava-se em frente ao Palácio Iguaçu. Os grevistas passaram pelo anel central, ganharam a Avenida Cândido de Abreu e chegaram em frente ao Palácio Iguaçu pouco antes das 16h.

Um carro equipado com alto-falantes comandou inicialmente a manifestação dos professores no Centro Cívico, onde os mestres outra vez cantaram o Hino Nacional e trechos de "Para não dizer que não falei de flores", de Geraldo Vandré. Os policiais formaram barreiras humanas para evitar que os grevistas ganhassem o pátio do Palácio Iguaçu, comandados pessoalmente pelo secretário Haroldo Ferreira Dias, da Segurança Pública, e pelo coronel Manoel Abreu de Moraes, comandante geral da PM.

Por volta das 16h15min., o coronel Manoel de Moraes tomou a iniciativa de conversar com os líderes do movimento, anotando as reivindicações transmitidas pelo professor Izaias Ogliari e outros dirigentes das entidades classistas. Antes, porém, que o comandante da PM levasse adiante as reivindicações, apareceu uma comissão de deputados do PDS, formada por Fabiano Braga Cortes, Airton Cordeiro e David Cheriegate, convidando os representantes dos professores para uma reunião no Palácio Iguaçu.

Antes que a comissão de negociação entrasse no Palácio, chegou também uma Comissão de deputados do PMDB, formada por Renato Bernardi, Fiori Luiz, Newton Friedrich, Trajano Bastos, Fidelcino Tolentino e Gernote Kirinos, "para testemunhar a conversa", segundo um deles. Pouco depois os grevistas foram recepcionados à porta principal do Palácio pelos secretários Edson Machado de Sousa, da Educação e Segismundo Morgenstern, dos Recursos Humanos.

A reunião conciliatória dos grevistas com o governo foi iniciada às 16h30min., no quarto andar, com a participação dos secretários Haroldo Ferreira Dias, da Segurança Pública, e Oscar Alves, da Saúde e Bem-Estar Social. Tanto os deputados do PDS quanto os do PMDB não tiveram acesso à sala de reunião.

Em frente ao Palácio Iguaçu, os manifestantes esperaram pacientemente, às vezes cantando, às vezes em silêncio qualquer novidade vinda da reunião. A primeira resposta veio às 20h10min., quando os professores pediram autorização para reduzir de três para dois e meio o número de salários mínimos para estabelecer o piso da categoria.

NOTA OFICIAL

O Governo do Estado do Paraná, tendo em vista a decisão da assembléia de professores reunida em Curitiba, em data de hoje, e que foi transmitida aos senhores Secretários da Educação, dos Recursos Humanos e da Casa Civil, cumpre o dever de informar a população sobre a posição claramente definida, em reunião entre aqueles Secretários e representantes do magistério, efetuada durante a tarde de hoje:

1 — Os benefícios concedidos ao magistério paranaense, conforme farta divulgação feita durante os últimos dias, representam medidas profundamente analisadas, coerentes com a política de execução orçamentária a que se obriga o Governo Estadual;

2 — Continua entendendo o Governo Estadual que, em princípio, é justa a reivindicação de melhoria salarial, principalmente tendo em vista que a elevação do custo de vida, motivada até por razões de ordem internacional, realmente impõe sacrifícios a todos;

3 — Entretanto, sabe o Governo que está fazendo o máximo possível, também levando em consideração os demais compromissos e obrigações com a sociedade paranaense, para alcançar condições condignas de salário para todo o funcionalismo estadual;

4 — Assim sendo, e considerando, principalmente, a necessidade de normalizar o funcionamento do sistema escolar, que está se ressentindo com a paralisação das aulas por parte dos professores e infligindo prejuízos a milhares de alunos e, consequentemente, às suas famílias, solicitou o Governo através dos Secretários de Estado, após abrir, ao máximo, o leque de concessões à classe, o retorno dos senhores professores às aulas, dentro do compromisso de que novas postulações do magistério poderão ser analisadas, como sempre o foram, e, na medida das possibilidades do Estado, atendidas;

5 — Entende o Governo que a posição da assembléia de professores, ao fazer voltar as reivindicações ao ponto de partida, sem reconhecer as exaustivas discussões efetuadas durante o período, e que resultaram em significativos avanços para a classe, que vêm se somar aos demais benefícios já concedidos no decorrer destes dezenove meses de administração, representa um grave retrocesso no processo de diálogo;

6 — Mesmo assim, reafirma o Governo Estadual que os benefícios concedidos, relatados no documento firmado no último dia 20 de outubro por Secretários de Estado e dirigentes da classe, serão implantados, pois representam a finalização de estudos que estavam sendo efetuados há vários meses, e frutos do diálogo que sempre se manteve:

7 — Finalmente, renova o Governo Estadual o seu apelo para o retorno às aulas, a fim de que o calendário escolar, ainda não completado, possa ser cumprido, de acordo com as disposições legais, sem causar maiores prejuízos aos estudantes e às suas famílias;

8 — Dentro de um clima de compreensão, respeito e confiança mutuamente disposto, sabemos que os senhores professores alcançarão, como também o quer o Governo Estadual, uma situação salarial cada vez mais justa, que possa recompensar a tarefa dignificante exercida pelo pessoal do magistério.

Est. do Paraná
P- A PP
22 10 80 Diário PR

82

Os bombeiros ajudaram a matar a sede.

Grevistas vão até o Palácio Iguaçu

O centro de Curitiba se transformou totalmente ontem à tarde com a passeata dos professores da rede estadual de ensino, uma das maiores dos últimos anos, que reuniu cerca de dez mil pessoas. Após a assembléia de cinco horas no Estádio Couto Pereira, que decidiu continuar a greve que já dura 14 dias, os cinco mil professores representantes de 176 municípios se encaminharam até a Praça Santos Andrade, onde o movimento foi engrossado com a participação da comunidade. Depois de percorrer as ruas centrais, a passeata se concentrou em frente ao Palácio Iguaçu, próximo ao cordão de isolamento formado pela Polícia Militar, aguardando as negociações de uma comissão com o governador Ney Braga.

Trânsito engarrafado, algumas batidas de carros, a Marechal Deodoro suja de papel picado que foi jogado dos prédios em apoio aos manifestantes. Esse era o quadro do centro de Curitiba, entre as 14 e 16 horas de ontem, quando dezenas de ônibus tiveram que aguardar a passeata passar. O curitibano ressaltou ainda mais os comentários sobre o custo de vida ao ver a passeata aberta pelos guardas de trânsito, que desviavam o tráfego para outras ruas. Apesar de estarem desde às 9 horas da manhã reunidos, os professores estavam dispostos e durante o percurso entoavam as palavras de ordem e a música de Geraldo Vandré, "Para Não Dizer que Não Falei das Flores".

Mesmo com o rigoroso esquema de segurança que envolvia cerca de 1.500 policiais postados nas imediações do Palácio, não houve dispersão dos grevistas. Foi o comandante da operação de policiamento quem interrompeu as negociações para formar uma comissão que iria falar com o governador, porque os manifestantes começaram a cantar o Hino Nacional. Até o Pai Nosso os professores rezaram, com as mãos levantadas. De todas as formas procuravam mostrar a importância de suas reivindicações. Houve muito aplauso assim que foi instalada aparelhagem de som na sacada do Palácio, mas nada chegou a ser usado.

NOVA ASSEMBLÉIA

Os professores da rede estadual de ensino se reunirão novamente na próxima segunda-feira, em Maringá, às 9 horas, em local ainda não definido, para avaliar o resultado das negociações com o governo.

As últimas propostas do governo foram rechaçadas praticamente por unanimidade após cinco horas de discussão. De acordo com o presidente da Associação dos Professores, Isaías Ogliari, o comando do movimento pretende obter "propostas mais concretas da área oficial, pois até agora não se atendeu aos quatro pedidos básicos. O governo propôs migalhas e com o movimento de hoje o magistério saiu fortalecido para negociar maiores definições".

DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

O temor das professoras normalistas do Interior, de que não consigam manter a paralisação por mais tempo foi amainado no final da assembléia diante do otimismo dos demais. Assim, com slogans como "o professor na rua, a luta continua", todos começaram a abrir suas faixas e engrossar a passeata. No início da noite, todavia, o cansaço começou a tomar conta dos professores que aguardavam o resultado das negociações postados defronte ao Palácio.

Os manifestantes foram se dispersando, à exceção dos que vieram do Interior, com vários ônibus estacionados nas imediações. Para passar o tempo, conversavam com os policiais sobre salários e passaram a tomar água que o carro de bombeiros distribuia, ainda que não tivesse sido chamado com esse objetivo, mas na possibilidade de ter de dispersar os participantes. Muitos cães pastores também permaneciam no local. Não houve nenhum tumulto que justificasse a ação dos policiais.

COMISSÃO DE DEPUTADOS

O deputado João Mansur (PDS) sugeriu ontem, na Asembléia Legislativa, a criação de uma comissão especial de deputados "destinada a achar uma solução comum para o problema professor-Estado". Disse ele que os deputados não podem "ficar omissos ao problema surgido com a paralisação das aulas" e que "não podemos negar a razão do movimento paredista do professorado".

Mansur afirmou, no requerimento para formar a comissão especial, que o professor paranaense "atualmente apenas sobrevive e a inflação até isto está tornando difícil". Lembrou, contudo, que o aumento pleiteado pela classe "não encontra amparo no atual orçamento do Estado". Há necessidade, observou, em vista disso, de um estudo estratégico sobre a previsão orçamentária estadual para "chegar aos fins desejados".

PT 1069 a. 130

Impasse e negociação

"A situação chegou a um impasse porque tudo que o governo poderia oferecer dentro das limitações orçamentárias, já foi oferecido. O Estado não pode dar aumentos para professores porque teria de fazer o mesmo com o restante do funcionalismo", foi o que informou, no início da noite de ontem, o assessor de Comunicação Social do Palácio Iguaçu, Cleto de Assis, ao avaliar a reunião que a comissão de professores mantinha com o governo. Ney Braga estava reunido com secretários da área financeira, enquanto os secretários de Recursos Humanos e Educação negociavam em outra sala, sem perspectiva de horário.

Conforme Cleto de Assis, o governo estranhou a decisão dos professores de continuarem a paralisação, "porque era muito claro o documento assinado ontem (anteontem), após reunião de 12 horas com os líderes dos professores, procurando atender as reivindicações". Ele insistiu que o governo reconhecesse a necessidade salarial dos professores, mas não pode oferecer mais. Explicou que a instalação de aparelhagem de som na sacada do Palácio foi apenas uma precaução caso houvesse necessidade de pronunciamento, e que não chegou a ser usada, pois a reunião da comissão de negociação iniciou às 16h15min e se estendeu noite adentro.

O secretário de Segurança, coronel Haroldo Dias, acompanhou de perto a operação de isolamento do Palácio, justificando que a preocupação foi de evitar tumulto, enquanto os professores estavam em negociação com o governo. Foi apenas um esquema preventivo, alegou o secretário que não quis avaliar o efetivo utilizado na operação. Caso houvesse violência, os primeiros atingidos seriam os deputados, a maioria da oposição, que aguardavam os professores chegarem ao Centro Cívico. Os funcionários públicos da Assembléia aplaudiram os professores em sua che-

Esquema preventivo.

PT 1069 a. 130

para formar uma comissão que iria falar com o governador, porque os manifestantes começaram a cantar o Hino Nacional. Até o Pai Nosso os professores rezaram, com as mãos levantadas. De todas as formas procuravam mostrar a importância de suas reivindicações. Houve muito aplauso assim que foi instalada aparelhagem de som na sacada do Palácio, mas nada chegou a ser usado.

NOVA ASSEMBLÉIA

Os professores da rede estadual de ensino se reunirão novamente na próxima segunda-feira, em Maringá, às 9 horas, em local ainda não definido, para avaliar o resultado das negociações com o governo.

para o problema professor-Estado". Disse ele que os deputados não podem "ficar omissos ao problema surgido com a paralisação das aulas" e que "não podemos negar a razão do movimento paredista do professorado".

Mansur afirmou, no requerimento para formar a comissão especial, que o professor paranaense "atualmente apenas sobrevive e a inflação até isto está tornando difícil". Lembrou, contudo, que o aumento pleiteado pela classe "não encontra amparo no atual orçamento do Estado". Há necessidade, observou, em vista disso, de um estudo estratégico sobre a previsão orçamentária estadual para "chegar aos fins desejados".

Impasse e negociação

"A situação chegou a um impasse porque tudo que o governo poderia oferecer dentro das limitações orçamentárias, já foi oferecido. O Estado não pode dar aumentos para professores porque teria de fazer o mesmo com o restante do funcionalismo", foi o que informou, no início da noite de ontem, o assessor de Comunicação Social do Palácio Iguaçu, Cleto de Assis, ao avaliar a reunião que a comissão de professores mantinha com o governo. Ney Braga estava reunido com secretários da área financeira, enquanto os secretários de Recursos Humanos e Educação negociavam em outra sala, sem perspectiva de horário.

Conforme Cleto de Assis, o governo estranhou a decisão dos professores de continuarem a paralisação, "porque era muito claro o documento assinado ontem (anteontem), após reunião de 12 horas com os líderes dos professores, procurando atender as reivindicações". Ele insistiu que o governo reconhecesse a necessidade salarial dos professores, mas não pode oferecer mais. Explicou que a instalação de aparelhagem de som na sacada do Palácio foi apenas uma precaução caso houvesse necessidade de pronunciamento, e que não chegou a ser usada, pois a reunião da comissão de negociação iniciou às 16h15min e se estendeu noite adentro.

O secretário de Segurança, coronel Haroldo Dias, acompanhou de perto a operação de isolamento do Palácio justificando que a preocupação foi de evitar tumulto, enquanto os professores estavam em negociação com o governo. Foi apenas um esquema preventivo, alegou o secretário que não quis avaliar o efetivo utilizado na operação. Caso houvesse violência, os primeiros atingidos seriam os deputados, a maioria da oposição, que aguardavam os professores chegarem ao Centro Cívico. Os funcionários públicos da Assembléia aplaudiram os professores em sua chegada.

Esquema preventivo.

Empréstimo para o custeio do Estado

O governo do Estado recorrerá a empréstimo de 50 milhões de dólares no mercado externo, cujo processo está em tramitação há seis meses. Esses recursos, entretanto, não são especificamente para pagar o abono de Natal ao funcionalismo público, como havia sido anunciado. Foi o que informou ontem o secretário de Finanças, Edson Neves Guimarães, ao comentar que a decisão de conceder o abono foi consciente da situação financeira do tesouro. Justificou que procurou se conceder o máximo possível sem que houvesse comprometimento em outros setores, "porque temos de manter o custeio global do Estado".

Os recursos obtidos através do empréstimo, "medida a que o tesouro recorre tradicionalmente", se destinam a despesa de capital para investimentos e só serão incorporados ao tesouro em meados do próximo ano. De acordo com Edson Guimarães, o abono de 30 por cento só vigorará em dezembro, ao contrário do PAS que era mensal, "porque será substituído por um aumento de 72 por cento, a vigorar a partir de janeiro". O secretário argumentou que esse reajuste será muito mais amplo que a concessão de um abono mensal que só incidiria sobre o vencimento base, ao invés de atingir os demais benefícios.

PISO

O secretário acredita que o Paraná oferecerá um dos maiores reajustes ao funcionalismo em relação aos índices de outros Estados. Sobre a possibilidade de atender a reivindicação do magistério de piso salarial no valor de três salários mínimos, disse que condição são as que foram apresentadas nas negociações com a categoria. Como o reajuste do mínimo em novembro está previsto em 35 por cento, Edson Guimarães considera que o salário de uma normalista no nível inicial com vencimentos de Cr$ 9.916,00, chegará a duas vezes o mínimo regional, acrescentando-se o valor da gratificação de regência. Assim, o secretário explicou que a única possibilidade é do governo manter o menor salário do professor nesse nível, de duas vezes o valor do salário mínimo, ainda que o funcionalismo não tenha reajuste semestral.

Folha São Paulo
P- APP
22 10 80 J.P.

83

Os professores fizeram a assembléia no estádio Couto Pereira e depois saíram em passeata até o palácio Iguaçu, sede do governo paranaense.

Magistério mantém a greve no Paraná

CURITIBA (Sucursal) — Manter a paralisação das aulas por tempo indeterminado e realizar nova assembléia na próxima segunda-feira, na cidade de Maringá, foram as principais decisões tomadas ontem na assembléia estadual dos professores da rede oficial de ensino de 1.º e 2.º graus.

Mais de cinco mil professores, de muitas cidades do Paraná, reuniram-se no estádio Couto Pereira, em Curitiba, e cerca de 20 oradores falaram sobre a proposta do governo para encerrar a greve, que inclui abono entre 30 e 35%. Essa proposta foi rejeitada na assembléia e em seguida os professores saíram do estádio em passeata até o Palácio Iguaçu, sede do governo do Estado, portando cartazes com frases como "Os professores exigem ação, promessa não" e gritando slogans como "Os professores unidos jamais serão vencidos."

Após duas horas de caminhada por ruas de Curitiba, os professores chegaram às 16 horas ao palácio, que estava cercado por aproximadamente 500 policiais, comandados pelo coronel Haroldo Ferreira Dias, secretário da Segurança Pública, e pelo coronel Manuel de Abreu, comandante da Polícia Militar do Paraná.

Os professores tiveram de permanecer afastados das escadarias do palácio. Cantaram o Hino Nacional e gritaram outros slogans: "A greve continua, o povo está na rua"; "De noite, de dia, abaixo a mordomia"; e "Amor, feijão, saúde e educação."

Após meia hora de espera (os professores queriam que o governador Nei Braga os recebesse), desceu as escadarias do palácio o deputado Fabiano Braga Cortes, presidente da Assembléia Legislativa, que convidou o prof. Isaias Ogliari, presidente da Associação dos Professores do Paraná, e outros nove docentes, para discutirem as reivindicações diretamente com o governador.

SEM ACORDO

A comissão, entretanto, não foi recebida pelo governador Nei Braga. "Nós nem o vimos", disseram os docentes que se reuniram com os secretários de Educação e de Recursos Humanos, Édson Machado de Sousa e Sigismundo Morgestern.

As 20h15, a comissão voltou à rua com nova proposta do governo, que não foi aceita pela assembléia. A comissão ainda tentou obter nova proposta governamental em seguida, mas deixou o palácio às 21 horas para recomendar aos professores que voltassem para casa e comparecessem à próxima assembléia, em Maringá, na segunda-feira.

Os professores paranaenses reivindicam elevação do piso salarial para três salários mínimos, reajustes semestrais, elevação de nível das professoras normalistas e cumprimento pleno do Estatuto do Magistério.

PT1069 8-130

Diário do Paraná
P- APP
22/10/80 Estado PR

Professores grevistas cercaram Iguaçu ontem

Cerca de seis mil professores de todo o Estado que se encontram em Curitiba, se reuniram pela manhã em assembléia no estádio Couto Pereira do Coritiba, e após as 14 horas, desfilaram pela rua Marechal Deodoro em direção ao Centro Cívico, onde ficaram parados exigindo uma audiência com o governador Ney Braga. Tanto a assembléia como a passeata, transcorreram sem nenhum incidente. Na passeata os professores gritavam "slogans" como "O povo está na rua, a greve continua", "De noite, de dia, abaixo mordomia.

Na chegada ao Centro Cívico, os professores foram contidos pela muralha humana, composta por policiais militares que de mãos dadas impediam a entrada de quem não fosse autorizado.

COMISSÃO

Enquanto esperavam uma resposta oficial do Governo, agitavam bandeiras e cartazes onde se pediam as reivindicações: "Professores pedem educação e justiça para todos", "Mais verbas para todos", etc. Quando cantavam o Hino Nacional, finalmente uma comissão foi deixada passar pelos guardas. De início 10 componentes foram permitidos entrar para uma conversa com o oficial comandante.

Neste contato preliminar ficaram acertados os pontos básicos para a discussão posterior. Aí, estavam as reivindicações dos professores: a) Reajuste semestral a partir de julho de 1980, mais 15%; b) Piso salarial equivalente a três maiores salários mínimos vigentes no país; c) Elevação do nível do professor e o consequente cumprimento do Estatuto do Magistério; d) Promoção da normalista do nível 1 para o nível 2, desde que tenha cumprido o estágio obrigatório.

Depois de conhecidas as propostas, uma nova comissão, agora de três membros foi autorizada a entrar no Palácio Iguaçu, onde o secretário dos Recursos Humanos, Segismundo Morgenstern, e o da Educação, Edson Machado os esperavam.

Para o deputado Fabiano Braga Cortes, presente no momento de se decidir quem iria falar com o Governo, "o governador e os deputados sempre estarão dispostos ao diálogo. Pois só através dele é que conseguiremos alguma coisa. Violência e atos não condignos não levam a nada.

Já por outro lado, o representante dos professores, Izaias Ogliari, que também é presidente da Associação de Classe diz que caso nada de novo seja encontrado, outra assembléia estadual, já com data marcada, segunda-feira, 9 horas da manhã, em Maringá, será realizada.

Os professores ficaram gritando slogans.

A polícia teve que fazer um cordão de isolamento.

PT 10693.130

Diário do Paraná
P. A. P.
22/10/80 do PR

Opinião

O professorado e o governo

O Estádio Couto Pereira e o Centro Cívico se institucionalizaram como caixas de ressonância em manifestações públicas com o ritual de ontem da greve dos professores. Entre as funções que a cidade confere aos seus equipamentos recreativo-culturais e cívicos, os dois logradouros foram palco de expansões de uma categoria profissional que conta com o maior apreço da população como há tempos atrás se transformaram numa extensão do templo religioso.

Templo e fórum, como também local de rituais patrióticos e de celebrações populares, o estádio é a grande praça acolheram os mestres para que estes manifestassem os sentimentos da categoria na continuidade do seu movimento que o Governo respeitou sem abrir mão das suas prerrogativas de condicionar qualquer concessão à realidade financeira do Estado. Não é a primeira e por certo não será a última das tensões que se vive nesta área dos servidores públicos. O problema da má remuneração dos professores é geral, atinge todos os níveis do Governo e não se constitui também num caso específico do Brasil mas de várias partes do mundo. O Governo reconhece a transcendente missão do magistério tão dificultada num país com regime educacional deficiente e estrangulado estruturalmente por reformas inadequadas que colocaram a quantidade acima da qualidade numa busca insensata de massificar sem uma precisa noção de ruptura à dependência cultural e tecnológica e às necessidades de retomar a tradição de uma formação humanística ao mesmo tempo em que se busca a criação de recursos humanos para reelaborar o país.

Os orçamentos federais para a educação, todos sabem, são inconcebíveis no caso brasileiro. Enquanto os Estados e Municípios concedem 20 a 25% dos seus recursos para essa área — que é de investimento num setor estratégico — a União não assume iguais responsabilidades como se a educação e a cultura não se constituíssem numa prioridade óbvia.

As greves, embora proibidas por lei, se constituem hoje num hábito do magistério. A cada movimento percebe-se um aperfeiçoamento nas técnicas de mobilização, na neutralização inteligente dos radicais e provocadores, mas também no enriquecimento das propostas, na sensibilidade e profundidade dos diagnósticos da situação e no aclareamento dos projetos de superação.

O Governo, reconhecendo a justeza das reivindicações, não pode, no entanto, ser complacente com a continuidade de um quadro tenso quando esgotou as suas possibilidades de diálogo, atendendo grande parte das reivindicações feitas. Sabe, também, o professorado que uma greve prolongada tem o seu pico de mobilização, de entusiasmo, de unidade, mas que encontra o momento de saturação e de queda. Uma parede — que a lei não autorize embora o costume legitime — não pode prolongar-se indefinidamente. Há um instante em que ambas as partes reconhecem que as negociações devem ser concluídas, as prioridades fixadas e estabelecidas as pautas de atendimento futuro. Não se trata no caso de sobrepor as razões de Estado ou da ordem pública às aspirações da classe arregimentada, mas de evidenciar que haverá um limite que o Governo não poderá ultrapassar sob o risco de trair as aus prerrogativas para mergulhar num cortejamento demagógico de um setor social.

O gesto de contenção por parte dos mestres não é sinal de afrouxamento ou de renúncia dos seus direitos. Sua pregação foi ouvida por toda a sociedade que cobrará como um todo aquilo que é justo e sensato em favor da categoria. A guerra do ensino é uma causa comum e essa foi apenas uma batalha que não deve deixar ressentimento, mas sustentar as bases do diálogo permanente. A comunidade, por seu turno, está envolvida nas negociações porque ela é que delega ao mestre a missão de ensinar, instruir e formar.

PT 1059 2.150

Diario do Paraná
P- ~~fecor~~ A.P.P.
23/10/80 PR

86

Reféns: iraniano

LONDRES — O primeiro-ministro o Irã, Mohammed Ali Rajai, declarou ntem, em entrevista coletiva em Teerã, que os Estados Unidos estão prontos a atender a todas as exigências ormuladas pelo aiatolá Ruhollah Khomeini para a libertação dos norte-americanos detidos a 4 de novembro do ano passado, mas reafirmou que a decisão inal sobre o assunto caberá ao Parlamento iraniano.

Durante a entrevista, Rajai rejeitou qualquer ligação que possa existir entre a libertação dos reféns e a promessa dos Estados Unidos de suspenderem o embargo comercial contra Teerã, permitindo, assim, o recebimento de peças e equipamentos para a guerra contra o Iraque.

As quatro condições apresentadas previamente por Khomeini são: a entrega ao novo regime iraniano de todos os bens e propriedades do falecido Xá Mohammed Reza Pahlevi no exterior; a liberação dos depósitos do Governo iraniano em bancos norte-americanos, cujas contas foram congeladas por ordem de Washington; uma promessa de não intervir nos assuntos iranianos; e um pedido de desculpas por ações passadas.

Ainda ontem de manhã, porém, a Rádio Nacional de Teerã tinha afirmado que a oferta dos Estados Unidos de suspenderem as retrições ao comércio com o Irã em troca da soltura dos 52 prisioneiros não passava de um truque eleitoral do presidente Jimmy Carter.

A Rádio acrescentou que Carter tinha esperanças de obter um sinal favorável de Teerã, que o beneficiasse eleitoralmente, mas acrescentou: "O Governo do Irã não dará a Carter o menor sinal e não permitirá que mostre este sinal na televisão norte-americana e que dê a notícia de que a solução da questão dos reféns é iminente".

Em Washington, o porta-voz de imprensa do Departamento de Estado, John Trattner, recusou-se repetidamente a responder a perguntas de jornalistas sobre se os Estados Unidos consideram que já cumpriram as quatro condições apresentadas por Khomeini. Trattner afirmou, porém, que o sentimento de otimismo com relação a uma solução para a crise dos reféns "vem de fatos que simplesmente não estão à vista".

Trattner declarou também que os Estados Unidos "estão prontos a tomar várias medidas". O porta-voz não citou as medidas, mas, em carta enviada pelo secretário de Estado Edmund

De acordo com informações obti- [illegible] outubro de 1.980, não apresentem condições plenas de funcionamento estenderão o recesso, com a conseqüente suspensão da vigência do calendário escolar até ulterior decisão;

c) Outras medidas de garantia aos alunos do direito de conclusão do ano letivo de 1.980.

É a seguinte a íntegra da Resolução nº 2.141/80:

O secretário de Estado da Educação, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de medidas administrativas que promovam a regularização do funcionamento dos estabelecimentos de ensino e garantam a validade dos estudos efetuados no ano letivo de 1980,

RESOLVE

Art. 1º - Fica determinado o recesso escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1º e 2º graus nos dias 27 e 28 de outubro de 1980.

Art. 2º - Fica prorrogado por tempo indeterminado o recesso referido no artigo anterior e, consequentemente, suspensa a vigência do calendário escolar, nos estabeleci- [illegible] graus que não conseguirem concluí-lo até 23 de dezembro, fica transferido para fevereiro de 1981.

Art. 4º - A interrupção do recesso a que se refere o artigo 2º e o conseqüente reinício das atividades letivas de 1980, dar-se-ão através de ato expresso da Seed, mediante solicitação de cada estabelecimento de ensino, acompanhada do plano de complementação do ano letivo, aí incluída a recuperação terapêutica e a comprovação de suas condições de funcionamento, ratificada pelas inspetorias respectivas.

Art. 5º - Os estabelecimentos de ensino que, em 29 de outubro, apresentem condições parciais de funcionamento, deverão, sem prejuízo do reinício de suas atividades, encaminhar à Inspetoria respectiva, relatório circunstanciado da situação, para fins de decisão superior.

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Estado da Educação, em 22 de outubro de 1.980.

(a) Edson Machado de Sousa,
Secretário de Estado da Educação

PT 10590-130

Obt. do Paraná
P. APP
23/10/80 PR

Professor explica

Os professores não querem a participação de políticos, individualmente, no seu movimento; querem, isto sim, a intervençao do Poder Legislativo. Esta é a explicação do relações públicas da Associação dos Professores do Paraná, Velocino Fernandes, que ontem procurou a Assembléia Legislativa para prestar pessoalmente alguns esclarecimentos, inclusive ao deputado Fidelcino Tolentino (PMDB), vaiado pelos professores, quando pretendia fazer um pronunciamento, na manifestação defronte ao Palácio Iguaçu.

Acontece que a posição da classe foi mal compreendida, segundo Fernandes, a ponto do deputado João Mansur (PDS) retirar sua proposta de criação de uma comissão especial, na Assembléia, para intermediar professores-governo. Disse o relações públicas que a participação do politico, solitariamente, é evitada para que o governo estadual não venha a afirmar que a movimentação da classe atende a interesses oposicionistas. Como Poder, a participação é bem recebida.

PT 1069 a. 130

Gazeta do Povo
P-APP
23/10/80
PR

88

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

NOTA OFICIAL

O Governo do Estado do Paraná, tendo em vista a decisão da assembléia de professores reunida em data de hoje, 21.10.80, e que foi transmitida aos senhores Secretários da Educação, dos Recursos Humanos e da Casa Civil, cumpre o dever de informar a população sobre a posição claramente definida, em reunião entre aqueles secretários e representantes do magistério, efetuada durante a tarde de hoje:

1. Os benefícios concedidos ao magistério paranaense, conforme farta divulgação feita durante os últimos dias, representam medidas profundamente analisadas, coerentes com a política de execução orçamentária a que se obriga o Governo Estadual;

2. Continua entendendo o Governo Estadual que, em princípio, é justa a reivindicação de melhoria salarial, principalmente tendo em vista que a elevação do custo de vida, motivada até por razões de ordem internacional, realmente impõe sacrifícios a todos;

3. Entretanto, sabe o Governo que está fazendo o máximo possível, também levando em consideração os demais compromissos e obrigações com a sociedade paranaense, para alcançar condições condignas de salário para todo o funcionalismo estadual;

4. Assim sendo, e considerando, principalmente, a necessidade de normalizar o funcionamento do sistema escolar, que está se ressentindo com a paralisação das aulas por parte dos professores e infligindo prejuízos a milhares de alunos e, consequentemente, às suas famílias, solicitou o Governo, através dos Secretários de Estado, após abrir, ao máximo, o leque de concessões à classe, o retorno dos senhores professores às aulas, dentro do compromisso de que novas postulações do magistério poderão ser analisadas, como sempre o foram, e, na medida das possibilidades do Estado, atendidas;

5. Entende o Governo que a posição da assembléia de professores, ao fazer voltar as reivindicações ao ponto de partida, sem reconhecer as exaustivas discussões efetuadas durante o período, e que resultaram em significativos avanços para a classe, que vêm se somar aos demais benefícios já concedidos no decorrer destes dezenove meses de administração, representa um grave retrocesso no processo de diálogo;

6. Mesmo assim, reafirma o Governo Estadual que os benefícios concedidos, relatados no documento firmado no último dia 20 de outubro por Secretários de Estado e dirigentes da classe, serão implantados, pois representam a finalização de estudos que estavam sendo efetuados há vários meses, e frutos do diálogo que sempre se manteve;

7. Finalmente, renova o Governo Estadual o seu apelo para o retorno às aulas, a fim de que o calendário escolar, ainda não completado, possa ser cumprido, de acordo com as disposições legais, sem causar maiores prejuízos aos estudantes e às suas famílias;

8. Dentro de um clima de compreensão, respeito e confiança mutuamente disposto, sabemos que os senhores professores alcançarão, como também o quer o Governo Estadual, uma situação salarial cada vez mais justa, que possa recompensar a tarefa dignificante exercida pelo pessoal do magistério.

Curitiba, 21 de outubro de 1980.

PT AP592-130

Tribuna do Paraná
P- APP
23/10/80
PR

89

Reunião de professor no Colégio Estadual

Os 700 professores do complexo do Colégio Estadual do Paraná marcaram reunião, amanhã, às 9 horas, por iniciativa do diretor Osny Dalcol, para decidirem se retornam às aulas ou acatam a decisão que for tomada na assembléia estadual, em Maringá, na segunda-feira. "Não é furar a greve, mas como a decisão de participar do movimento foi tomada em assembléia, e agora diversos professores estão solicitando o retorno às aulas, nada mais democrático que colocar essa proposta em votação secreta" — argumentou o diretor.

A preocupação do diretor do Colégio Estadual é com os 400 alunos que concluiem o segundo grau neste ano e estão inscritos para o vestibular da Universidade Federal, em janeiro. "Caso se prolongue mais a paralisação, não haverá tempo hábil de aplicação de provas, programas e preparação de documentação" — explicou Dalcol. Ele garantiu que a assembléia dos professores do complexo será soberana, se a maioria optar pela continuidade, os seis colégios do complexo continuarão sem aulas aguardando o resultado da assembléia de segunda-feira.

A Associação dos Professores do Paraná também marcou uma assembléia municipal para amanhã, em Curitiba, às 14 horas, na Igreja de Guadalupe, para avaliação do movimento. Em Maringá, a única novidade que será colocada com relação às propostas do governo, é que o secretário de Educação admitiu negociar o piso salarial em dois e meio salários-mínimos se a categoria retornar às aulas. Já completa 15 dias a paralisação e os professores insistem nos quatro itens reivindicados ainda que o governo argumente que tudo que poderia conceder já propôs.

O magistério pede piso salarial de três maiores salários mínimos e o governo propôs manter a relação de dois mínimos regionais, incluindo gratificação e outros benefícios, conforme ocorrerá com o reajuste de 72 por cento a vigorar no início do próximo ano. O reajuste semestral é considerado inadmissível. A reivindicação de promoção das normalistas para o nível dois será atendida no caso daquelas que possuem habilitação.

O último item reivindicado é o cumprimento pleno do Estatuto do Magistério; este o governo atenderá parceladamente, concedendo os avanços diagonal e vertical; além de melhoria salarial aos professores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo (ex-suplementaristas estabilizados), propondo o acesso desses docentes ao Quadro Próprio do Magistério através de processo seletivo interno, dependente de vagas nas classes correspondentes.

PT 10693-130

O Est. do Paraná
8 - A P P
23 10 80 PR

90

Professores querem retornar às aulas

Enquanto o governo decretava recesso escolar os 700 professores do complexo do Colégio Estadual do Paraná marcaram reunião, amanhã, às 9 horas, por iniciativa do diretor Osny Dalcol, para decidirem se retornam às aulas ou acatam a decisão que for tomada na assembléia estadual, em Maringá, na segunda-feira. "Não é furar a greve, mas como a decisão de participar do movimento foi tomada em assembléia, e agora diversos professores estão solicitando o retorno às aulas, nada mais democrático que colocar essa proposta em votação secreta" — argumentou o diretor.

A preocupação do diretor do Colégio Estadual é com os 400 alunos que concluem o segundo grau neste ano e estão inscritos para o vestibular da Universidade Federal, em janeiro. "Caso se prolongue mais a paralisação, não haverá tempo hábil de aplicação de provas, programas e preparação de documentação" — explicou Dalcol. Ele garantiu que a assembléia dos professores do complexo será soberana, se a maioria optar pela continuidade, os seis colégios do complexo continuarão sem aulas aguardando o resultado da assembléia de segunda-feira.

A Associação dos Professores do Paraná também, marcou uma assembléia municipal para amanhã, em Curitiba, às 14 horas, na Igreja de Guadalupe, para avaliação do movimento. Em Maringá, a única novidade que será colocada com relação às propostas do governo, é que o secretário de Educação admitiu negociar o piso salarial em dois e meio salários-mínimos se a categoria retornar às aulas. Já completa 15 dias, a paralisação e os professores insistem nos quatro itens reivindicados ainda que o governo argumente que tudo que poderia conceder já propôs.

O magistério pede piso salarial de três maiores salários mínimos e o governo propôs manter a relação de dois mínimos regionais, incluindo gratificação e outros benefícios, conforme ocorrerá com o reajuste de 72 por cento a vigorar no início do próximo ano. O reajuste semestral é considerado inadmissível. A reivindicação de promoção das normalistas para o nível dois será atendida no caso daquelas que possuem habilitação.

O último item reivindicado é o cumprimento pleno do Estatuto do Magistério; este o governo atenderá parceladamente, concedendo os avanços diagonal e vertical; além de melhoria salarial aos professores do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo (ex-suplementaristas estabilizados), propondo o acesso desses docentes ao Quadro Próprio do Magistério através de processo seletivo interno, dependente de vagas nas classes correspondentes.

Colégio Lisímaco da Costa

Praticamente todos os professores sabem o que querem. Mas poucos sabem exatamente o que o governo está oferecendo. Esta foi uma das críticas da professora Glaura Vilanova, diretora do Colégio Lisímaco Ferreira da Costa, ao movimento de paralisação que não atingiu o estabelecimento que ela dirige. Recebendo uma professora que se apresentou para voltar às aulas no dia seguinte a professora Glaura reiterou sua posição pessoal:

"Sou pela reivindicação de melhores condições para o magistério, não pela maneira como ela se desenvolve. Veja você: tenho 49 anos de magistério e nunca tivemos um aumento de 109%. Apenas isso bastaria, normalmente, para que os líderes do movimento adotassem uma atitude menos radical perante o governo, não arriscando num único movimento tudo o que foi conseguido até aqui".

A diretoria do Colégio Lisímaco Ferreira da Costa considera razoáveis os benefícios oferecidos, entre eles o acesso diagonal e o acesso paralelo, bem como a disposição de beneficiar o contingente de professoras leigas e suplementaristas. Quanto aos níveis para o piso salarial, entende que toda escalada segura deve ser, necessariamente, gradual. "Não podemos tirar de uma única vez tudo isso, insistir é querer a greve pela greve", disse dona Glaura.

PROBLEMAS

Ela advertiu para os problemas que os alunos de colégios em greve vão enfrentar. A lei é clara quando estabelece a obrigatoriedade de 180 dias letivos por ano e 760 horas/ aula. Como estamos praticamente no fim do ano e como o período de recuperação já está marcado, não haverá tempo hábil para ministrar as aulas que deixam de ser dadas hoje. "E não pretendemos aprovar alunos por decreto, nem acreditamos que isso seja o melhor para eles".

AVISO AO PÚBLICO E AOS PROFESSORES

A Secretaria de Estado da Educação comunica ao público em geral e, em particular, aos professores da rede estadual de ensino que, considerando

1 - Que apesar das decisões já adotadas pelo governo do Estado, conforme amplamente divulgado, em benefício do magistério estadual e do permanente diálogo que vem sendo mantido com os representantes das associações da classe do magistério, persiste a paralisação das aulas por parte dos professores;

2 - A necessidade de resguardar os interesses dos alunos e dos professores face a situação anormal em que se encontram diversas unidades da rede escolar do Estado,

O secretário de Estado da Educação baixou a Resolução nº 2141/80, de 22 de outubro de 1980, determinando:

a) Recesso escolar em todos os estabelecimentos de ensino regular e supletivo de 1º e 2º Grau da rede estadual, nos dias 27 e 28 de outubro de 1980;

b) Os estabelecimentos de ensino que, a partir do dia 29 de outubro de 1980, não apresentem condições plenas de funcionamento estenderá o recesso, com a consequente suspensão da vigência do calendário escolar até ulterior decisão;

c) Outras medidas de garantia aos alunos do direito de conclusão do ano letivo de 1980.

EDSON MACHADO DE SOUSA
Secretário de Estado da Educação

Gazeta do Povo
P. APP
23/10/80 BR

91

Governo estuda implantação:

Professores teriam já concessões

O governo já estuda a implantação efetiva das concessões feitas ao professorado paranaense na reunião realizada segunda-feira com os representantes da classe do magistério. O secretário Edson Machado, da Educação, esteve reunido ontem pela manhã com os secretários Edson Neves Guimarães, das Finanças; Segismundo Morgenstern, dos Recursos Humanos; Haroldo Ferreira Dias, da Segurança Pública; e Guilherme Braga Sobrinho, presidente da Fundação Educacional do Paraná — Fundepar.

De acordo com o "pró-memória" divulgado aquele dia, em janeiro de 1981 a remuneração mínima do professor regente de classe, do Quadro Próprio do Magistério (nível de vencimento PA1 adicionado ao valor da gratificação de regência) será equivalente a duas vezes o valor do salário mínimo que estiver em vigor naquele mês.

E compromisso do governo de que essa relação será mantida nos próximos reajustes globais do funcionalismo público, bem como mantida a proporção entre o valor da gratificação de regência e o nível de vencimentos PA1.

O governo assegura o pagamento de abono provisório no mês de dezembro, calculado da seguinte forma: os funcionários com vencimentos básicos de até 15 mil cruzeiros receberão 30 por cento de abono e os servidores com vencimentos básicos superiores a 15 mil um fixo de 4.500 cruzeiros, conforme dispositivo legal do Poder Executivo. Ainda segundo o documento, o governo assegura a implantação dos avanços diagonais em duas etapas, sendo a primeira a partir de novembro de 1980 para os professores que tenham mais de 20 anos de serviço; e a segunda a partir de janeiro de 1980 para os mestres com pelo menos cinco anos de serviço.

Durante a reunião de ontem, Edson Machado discutiu com Segismundo Morgenstern também a concessão da promoção vertical da classe A, nível de vencimentos 2, aos professores do Quadro Próprio do Magistério que comprovem possuir habilitação legal exigida. Outro ponto bastante discutido foi a mensagem que o governo se comprometeu a remeter ao Poder Legislativo, propondo melhorias de remuneração aos professores ocupantes de cargos do Quadro Único do Pessoal, compreendidos nos níveis 06 a 16, da seguinte forma: os professores do nível seis a nove passarão para o nível 10; os de nível 10 e 11 passarão para o 12; os de nível 12 até 15 passarão para o 16; e os de nível 16 passarão para o nível 17.

O governo prosseguirá os entendimentos com a classe do magistério com o objetivo de alcançar a fixação de normas relativas aos exercícios das funções de especialista de educação; a fixação de normas para a remoção; critérios para escolha e designação de diretores de unidades escolares do Estado e a regulamentação de outros dispositivos do Estatuto do Magistério, de acordo com o documento final da reunião realizada na segunda-feira desta semana.

Magistério continua com o movimento aguardando decisão dia 27 em Maringá

A Associação dos Professores do Paraná garante que a classe continua correspondendo ao "Movimento Educação e Justiça", cuja continuidade ficou decidida na assembléia estadual de terça-feira em Curitiba. "A Capital mantém o índice de 90 por cento de paralisação nos estabelecimentos de ensino da rede estadual" — assegurou o professor Waldir Dallagnol, observando que não tem conhecimento de "nenhum grande município que esteja fraquejando no interior do Estado". "Se alguns professores retornaram às salas de aula foi simplesmente por desinformação" — acrescentou o professor, prometendo "sanar esses pequenos problemas" até a noite de ontem mesmo.

A sede da Associação dos Professores, no edifício Asa, ficou bastante movimentada durante todo o dia de ontem. Pela manhã houve reunião das "regionais" que coordenam a greve em Curitiba e à tarde prosseguiram os trabalhos de controle e ampliação do movimento. Essas atividades terão continuidade até o final desta semana a espera da terceira assembléia estadual da classe depois do início do movimento no dia oito, marcada para a segunda-feira da próxima semana, na cidade de Maringá. As entidades representativas da classe ainda não divulgaram o local do encontro de Maringá, mas prometem colocar faixas indicativas na entrada da cidade a fim de orientar as caravanas de fora.

Para o professor Dallagnol, a passeata de anteontem serviu para "levantar o moral dos professores" muito embora não tenha dado nenhuma evolução positiva ao movimento. Ele repudiou veementemente o aparato policial utilizado pelo governo para dar segurança ao Palácio Iguaçu, considerando uma "atitude infeliz" que só veio beneficiar o fortalecimento da greve. Por outro lado, louvou a atitude da equipe de segurança com os professores, na sua opinião "humana e compreensiva". Os policiais chegaram ao ponto de tirar seus cantis de água para oferecê-los aos professores. Também o comportamento do Detran foi elogiado pelo professor Dallagnol, considerando "sensacional" o seu trabalho.

O comportamento do aparelho de segurança durante a passeata de terça-feira, na opinião do professor Dallagnol, mostrou que o movimento dos mestres está sendo apoiado pela população. Sobre a retirada do apoio de pais de algumas regiões do Estado, Dallagnol disse que é fruto das pressões e das campanhas que o governo vêm fazendo no sentido de "ganhar" a opinião pública. "O governo anunciou um aumento de 72 por cento já corroido pela inflação" — observou, esclarecendo que até pelo menos segunda-feira os mestres permanecerão em greve.

"Qualquer decisão agora depende da assembléia estadual de Maringá, que tanto poderá determinar o fim como o prosseguimento da greve" — concluiu.

Em Andirá, Prefeito consegue o retorno

Atendendo a um apelo feito anteontem pelo prefeito Hermas Eurides Brandão, os professores do município de Andirá retornaram ontem às salas de aula. Durante 15 dias quase cinco mil alunos de Andirá ficaram sem aulas em consequência do "Movimento Educação e Justiça", que naquele município atingiu totalmente as sete escolas do perímetro urbano e às 17 unidades educacionais da zona rural. Os 300 professsores grevistas retornaram ao trabalho conscientes de que boa parte de suas reivindicações foram atendidas, observou o prefeito.

O chefe do Executivo municipal disse que resolveu fazer um apelo em prol da reabertura das escolas porque a municipalidade ultimamente vinha recebendo muitas reclamações da comunidade. "Até agora vínhamos explicando que eles (os professores) teriam que repor as aulas não dadas em consequência da greve" - salientou Brandão. "E os pais compreenderam a posição dos professores até que o governo tomasse uma decisão" - explicou. Como os grevistas decidiram não aceitar a proposta do Estado e continuar o movimento, o prefeito disse que as pressões aumentaram.

Segundo a Secretaria da Educação, em muitos outros pequenos municípios do Estado os professores retornaram às salas de aula depois da assembléia estadual de Curitiba, realizada na terça-feira. E a própria Associação dos Professores admitiu que "alguns professores podem ter voltado ao trabalho por desinformação", prometendo gestionar a paralisação das aulas outra vez.

PT 10593 - 130

JORNAL: Gazeta do Paraná
8ª APP
Pg. 24 10 80 Rubrica

92

Secretário admitiu a punição dos grevistas

Descontar as faltas dos professores que participam da greve e exonerar os diretores que se recusarem a cumprir as medidas administrativas quanto ao recesso escolar por período indeterminado nos colégios onde os professores não voltarem às aulas na próxima quarta-feira. Estas foram algumas possibilidades de punições aos grevistas, admitidas ontem pelo secretário da Educação, Edson Machado, numa reunião com chefes de núcleos e inspetores regionais de ensino.

Apesar de não querer falar em punições, o secretário deixou essas possibilidades em aberto ao pedir que os inspetores orientem os diretores para que enviem as faltas não justificadas dos professores nesse período de greve. Ele também lembrou que há tempo para decidir sobre o desconto porque as faltas desse período só serão implantadas em folha de pagamento de dezembro. Aos diretores que, por adesão ao movimento "Educação e Justiça", se recusem a isso, o secretário ameaçou de exoneração.

Para o secretário, as consequências do recesso escolar, caso ele se prolongue porque os professores se recusam a retornar, depende exclusivamente dos docentes. Ele deixou claro que não há nada mais a ser negociado com os líderes do movimento, mesmo com o retorno às aulas. Edson Machado observou que com as determinações de recesso se pretendeu "que a última pessoa prejudicada seja o aluno, nesse processo todo". Esclareceu que a intenção de estabelecer recesso por período indeterminado (até a regularização de comparecimento de professores) foi fazer com que a estrutura administrativa assuma sua responsabilidade. "Antes estávamos de braços cruzados, na expectativa do retorno dos professores diante do que oferecemos".

Edson Machado esteve reunido com chefes e inspetores.

DIRETOR DECIDE

Na reunião com 250 participantes incluindo 59 inspetores, oito chefes de núcleos regionais e inspetores auxiliares, o secretário deixou clara a transferência para a direção do colégio da decisão sobre o prolongamento do recesso. "Pois só a direção em reunião com os professores terá condições de avaliar se o estabelecimento terá condições de funcionar. A decisão será cumprida antes mesmo de referendada pela Secretaria. Assim, na quarta-feira, os colégios onde os diretores acharem que não se conseguira continuar a execução do calendário escolar permanecerão em recesso. "A responsabilidade será dos professores" — observou Edson Machado, ao comentar sobre os prejuízos que sofrerão os estudantes que estão concluindo o segundo grau e prestarão vestibular no início do próximo ano.

Faltam 36 dias para cumprimento do calendário escolar, e com a resolução sobre o recesso foi estabelecido que a reposição das aulas que se estender até 23 de dezembro implicará no período de recuperação terapêutica em fevereiro. Sobre a possibilidade de substituição dos professores renitentes em retornar às aulas, como foi aventado por um chefe de núcleo, o secretário disse que o orçamento da Seed já está estourado e a possibilidade de contratação pela CLT é mínima "pois já ultrapassamos o número de contratos autorizados pelo governo do Estado". Inclusive os 1.300 professores contratados pela CLT só começaram a receber seus salários, desde o início do ano, no mês passado.

Professor diz que o movimento continua

Os líderes do movimento Educação e Justiça garantiram ontem que a decretação de recesso nas escolas sem condições de funcionamento não afetou em nada o movimento. Em Londrina, professores mantiveram contatos com o prefeito Antônio Belinati para que atue como mediador na greve, para solucionar o impasse.

Os professores acreditam que é imprevisível o resultado da assembléia de Maringá, marcada para segunda-feira às 9 horas, para avaliar o movimento. O governo atendeu parcialmente três dos quatro itens reivindicados pela categoria, descartando qualquer negociação em torno do reajuste semestral. Estas propostas foram rejeitadas na última assembléia realizada em Curitiba porque os professores tinham esperança de novas concessões, o que acabou não ocorrendo. O governo insiste que o documento assinado na reunião do dia 20, entre secretários e representantes dos grevistas, é definitivo, "e o governo não cogita de voltar atrás em posições declaradas".

Hoje haverá assembléia municipal dos professores em Curitiba, às 14 horas, na igreja de Guadalupe. Já os 700 docentes do complexo do Colégio Estadual, que abrange seis estabelecimentos congregando 12 mil alunos, realizam de manhã uma assembléia, com votação secreta para decidir se retornam às aulas, independentemente da decisão da assembléia estadual de Maringá. O diretor Osny Dalcol está tão otimista com o resultado da assembléia a ser realizada que até já tem pronto o calendário de reposição das duas semanas de aulas perdidas. Dos 204 dias letivos previstos no Colégio Estadual faltam 40 dias para cumprir.

A esperança do diretor é recuperar ainda neste mês três dias de aulas, 24 dias em novembro e três em dezembro, com o que o período letivo se encerraria em 15 de dezembro e a avaliação seria feita em seguida. A recuperação terapêutica ficaria para os dias entre 19 e 23 de dezembro.

SEM ELEIÇÃO DIRETA

A greve dos professores frustrou a expectativa dos estudantes de 1º e 2º graus que pela primeira vez neste ano teriam eleição direta para a União Paranaense de Estudantes Secundáristas - UPES. Isto porque, de acordo com os estatutos da entidade, a eleição tem que ser realizada em outubro, o que levou a manutenção do sistema indireto. Desta forma, os deleaados que estão participando do Congresso Estadual de Estudantes em Cascavel elegerão os novos dirigentes da UPES. Concorrem três chapas: "Semeando"; "Positivo" e "Unidade", esta última apoiada pelo atual presidente, Samuel Lima. O Coeses terminará domingo, quando será conhecida a chápa vencedora.

PT 10

93

Mestres decidem em Maringá pela continuidade da greve

Reunidos ontem em assembléia estadual na cidade de Maringá, os professores paranaenses rejeitaram todas as propostas governamentais e decidiram continuar a greve do Magistério por tempo indeterminado. Os mestres decidiram também realizar nova assembléia estadual na próxima quinta-feira, em Curitiba, e após haverá concentração com possível acampamento também por tempo indeterminado em frente ao Palácio Iguaçu. Os representantes de Ponta Grossa, por outro lado, ficaram irritados com a não aceitação de sua proposta de retorno às aulas e com o prosseguimento do "Movimento Educação e Justiça" e abandonaram o Ginásio Francisco Bueno Netto prometendo encerrar a greve hoje.

Contrariando algumas previsões pessimistas, feitas até por diretores da Associação dos Professores do Paraná, a quarta assembléia estadual da classe depois do início da greve se constituiu na mais concorrida de todas elas e reuniu aproximadamente seis mil pessoas na Cidade Canção. Houve propostas para prosseguir o movimento com o retorno às aulas e a continuidade da greve, saindo vitoriosa esta última devido a influência despertada pelos líderes do movimento na região de Maringá, considerada agora como sendo a mais forte de todo o Estado. A professora Rosever Pavan Franco, representante da Associação Paulista do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, aconselhou a continuidade da paralisação das aulas.

A assembléia de Maringá contou ainda com representantes do Magistério do Rio Grande do Sul, que atualmente prepara movimento semelhante em Porto Alegre. Cento e trinta e oito municípios paranaenses estiveram representados, mas as direções das entidades coordenadoras do movimento impediram a realização de uma votação por município para decidir os rumos do movimento e da própria greve. A decisão foi tomada por aclamação e, depois da assembléia, os professores realizaram passeata pacífica pelas Avenidas Paraná e Brasil, encerrando-se na concha acústica da Praça da Rodoviária. A manifestação praticamente parou o centro da cidade, causando um enorme congestionamento de veículos.

Por aclamação, os professores se comprometeram cada um a trazer seis livros velhos, que serão deixados em frente ao Palácio Iguaçu para caracterizar a falência do ensino estadual. Maria Aparecida Arruda Venci, presidente em exercício da quarta região da APP, desmentiu que houvesse infiltração política no movimento e garantiu que o professor Tadeu Franca, que é vereador em Maringá, está sendo aceito como líder porque vem participando há tempo dos movimentos da classe. Hoje, a Associação dos Professores realiza nova assembléia regional em Curitiba, ainda sem local definido, a fim de transmitir aos mestres da região metropolitana as decisões tomadas na assembléia estadual de Maringá.

Secretário expõe a posição do governo

Os estabelecimentos estaduais de ensino que não apresentarem condições plenas de funcionamento a partir de amanhã permanecerão em recesso garantiu ontem a Secretaria da Educação, com base na resolução número 2141/80 de 22 de outubro. O secretário Edson Machado preferiu não comentar a decisão da assembleia dos professores em Maringá, restringindo-se a lembrar que a posição oficial do governo consta no referido documento. Por condições plenas de funcionamento compreende-se a presença de docentes que permitiam dar continuidade à execução do calendário escolar, sem prejuízo das atividades curriculares programadas.

O recesso escolar será prorrogado por tempo indeterminado e, consequentemente, suspende a vigência do calendário escolar na rede estadual de ensino sem condições de funcionamento. "O período de recesso poderá ser declarado como férias escolares, a juízo da Secretaria da Educação" - estabelece a resolução. Segundo esse mesmo documento, o ano letivo de 1980 somente será considerado concluído após o cumprimento efetivo do número de dias letivos e de horas de atividades escolares previstos na resolusão número 81/80 para o ensino de primeiro grau regular, na circular 35/79 para o ensino de segundo grau regular, e na circular 37/79 para o ensino supletivo, todas pela Secretaria da Educação.

A resolução 2141/80 ainda estabelece que o período de recuperação terapêutica nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus que não for concluído até 23 de dezembro fica transferido para fevereiro de 1981. A interrupção do recesso e o consequente reinício das atividades letivas de 1980 dar-se-ão somente através de ato expresso da Secretaria da Educação, mediante solicitação de cada estabelecimento de ensino, acompanhada do plano de complementação do ano letivo, aí incluída a recuperação terapêutica e a comprovação de suas condições de funcionamento, ratificada pelas inspetorias respectivas. As unidades que amanhã apresentarem condições parciais de funcionamento deverão encaminhar relatórios circunstanciado da situação à inspetoria respectiva para fins de decisão superior.

JORNAL: Gazeta do Povo
Data: 22/10/80

PT 1068 a - IAD

JORNAL: Folha de Londrina
P. P P
Data 21/10/80 Estado PR

94

A Imprensa não escapou das críticas. Pela interrogação, os professores cobram maior cobertura

A simples presença dos professores, em tão grande número, indica a seriedade com que a classe está desenvolvendo seu movimento reivindicatório

Professores limitam reivindicações a piso de três salários mínimos e decidem continuar em greve

MARINGÁ (Da sucursal) – Seis mil professores do sistema oficial de ensino do Paraná, reunidos ontem em Maringá, decidiram continuar em greve até quinta-feira próxima, quando uma nova assembléia geral será realizada em Curitiba, para decidir sobre a continuidade ou não do movimento, que completa hoje 21 dias.

O encontro de ontem foi marcado por vários desentendimentos entre líderes de bancadas e ficou caracterizada uma cisão no movimento. A bancada de Ponta Grossa, por exemplo, apresentou uma proposta pelo retorno imediato às salas de aula e não conseguiu apoio da maioria, sendo seguida apenas por São João do Caiuá. Em sinal de protesto, os professores ponta-grossenses retiraram-se da assembléia e retornaram à Ponta Grossa, garantindo que voltam a lecionar hoje.

DISCUSSÕES

A assembléia geral começou às 9 horas, com 6 mil professores, representando 138 municípios do Paraná. As inúmeras propostas apresentadas demonstravam uma predisposição da classe em continuar em greve, já que a maioria não aceitava o retorno às aulas.

Dentre as quatro reivindicações básicas da classe, o piso salarial de três mínimos para os professores de nível 1 foi o principal argumento pela continuidade do movimento. "Apesar de serem importantes, podemos abrir mão das outras três reivindicações pelo menos por enquanto, mas com relação ao piso salarial o Governo precisa nos atender, pois é a nossa principal bandeira de luta e da qual não retrocederemos" – comentou o professor Dino Zambenedetti, presidente da APLP.

Na última quinta-feira o Secretário da Educação, Edson Machado, receberá em audiência uma comissão de 70 professores representando 150 municípios, oportunidade em que declarou que o Governo não faria nenhuma outra concessão além das já conhecidas, deixando claro, portanto, que o piso para os professores de nível 1 seria de dois salários mínimos. Os educadores querem três salários e estão dispostos a negociar, conforme explicou o presidente da APLP: "O importante é que o Governo declarou-se aberto ao diálogo e está disposto a conversar. E nós não somos tão radicais a ponto de não transigir, pois podemos fazer uma contraproposta, na próxima quinta-feira e chegar a um denominador comum".

A decisão de retornar às aulas, tomada por Ponta Grossa, que recebeu apoio de São João de Caiuá e de professores isolados, é uma prova de cisão, apesar de o professor Dino Zambenedetti justificar a situação, dizendo que "houve apenas desentendimentos". Não vendo desgaste no movimento, a maioria dos professores decidiu votar pela continuidade da greve, cuja proposta, depois de aprovada, foi aplaudida de pé pela assembléia.

HABILIDADE

O presidente da APP, Izaias Ogliari, acha que o término da greve na próxima quinta-feira depende da habilidade do Governo. "Se o Governo firmar posição e não elevar o piso salarial a três salários mínimos, a paralisação continuará além de quinta-feira. Tudo depende da habilidade do Governo, no sentido de se mostrar flexível aos nossos apelos. Não fosse a irritação que o secretário Edson Machado provocou nos professores, na última quinta-feira, em Curitiba, poderíamos ter decretado hoje (ontem) o final da greve" – disse Izaias.

A decisão final caberá à assembléia da próxima quinta-feira, em Curitiba. Para este encontro, os professores aprovaram a seguinte proposta: todos os grevistas – que ficarão acampados defronte o Palácio Iguaçu – deverão levar entre seis e dez livros didáticos, em uso, para deixar depositados na porta do Palácio caso a principal reivindicação não seja atendida.

"É uma forma de protesto, pois se o Governo não se interessa pela Educação, de que nos valerão os livros?" – justificou o professor Dino Zambenedetti.

Ao término da assembléia, os seis mil professores saíram em passeata pelo centro da cidade carregando dezenas de faixas e gritando "slogans" de protesto; os manifestantes percorreram as avenidas Paraná e Brasil e se concentraram na Praça Raposo Tavares, onde a passeata – que contou com a participação de pelo menos 500 estudantes de 1o. e 2o. graus – foi encerrada.

Vereadores apoiam professores e repudiam atitudes do Governo

Os professores da rede oficial de ensino, que decidiram ontem em Maringá continuar a greve que completa hoje 21 dias, foram novamente alvo de pronunciamentos na última sessão do Legislativo municipal. Os vereadores Romeu de Oliveira e Vera Cordeiro, da oposição, voltaram a falar sobre o movimento. Para o primeiro, "apesar de toda a propaganda feita pelo Governo, na tentativa de denegrir, intimidar e enfraquecer o movimento, ele cresce e se fortalece sobre a chama cada vez mais ardente da certeza de que valerá".

Romeu de Oliveira criticou veementemente a repressão policial organizada em frente ao Palácio Iguaçu, no dia em que os professores ali se reuniram em assembléia. "É incrível o que acontece neste nosso País. Milhares de professores paranaenses, os educadores de nossos filhos, foram cercados por policiais munidos de cassetetes e auxiliados por cães, como se se tratasse de impedir a aproximação de perigosos marginais, que quisessem incendiar ou demolir o Palácio", protestou o vereador.

DESRESPEITO

Essa atitude do Governo, de reprimir a manifestação dos professores, significa para a vereadora Vera Cordeiro "um profundo desrespeito, pois, afinal, os professores são aquelas pessoas por quem temos a mais profunda confiança e respeito, isso porque são eles que educam nossos filhos". Vera Cordeiro ainda criticou as medidas anunciadas pela Secretaria de Educação, como a mudança do calendário escolar, lembrando que elas representam uma coação no sentido de fazer com que os professores voltem às aulas. "Não se sabe como eles reagirão a isso, porque, coagido, o professor pode voltar, mesmo desmoralizado, o professor retado. Quem vai receber toda essa carga, porém, são os nossos filhos. Todo esse fracasso dos professores será repassado aos alunos. Isso não pode ser considerado uma vitória pelo Governo. Ao contrário, se isso ocorrer será uma vergonhosa derrota para o Governo", enfatizou a vereadora.

Por sua vez, o vereador Carlos Kita voltou a repudiar a atitude da administração municipal pela participação da cidade nos 24o. JAPs, em Apucarana, quando perdeu o título definitivo para Maringá. O vereador João Scaff, porém, procurou mostrar que "os atletas londrinenses que competiram em Apucarana merecem elogios, pois, dos 80 pontos que disputaram conseguiram 62. Eles não podem ficar sem elogios, porque foram brilhantes e que isso sirva de incentivo à administração para, numa próxima vez, competir em todas as modalidades".

MATÉRIAS

Em terceiro turno de discussão os vereadores aprovaram dois projetos de lei: do vereador Carlos Kita, alterando o artigo 34 da Lei de Zoneamento do Município, do vereador João Scaff, denominando várias ruas da sede do município. Em primeira discussão foi aprovado projeto de lei do vereador Carlos Kita, estendendo a avenida São João. Dois requerimentos também foram aprovados em discussão única: do vereador Amador Bortoletto, requerendo envio de ofício ao superintendente regional da Sanepar, solicitando entendimentos com as empreiteiras que executam os serviços da rede de esgotos, visando não ocasionar estragos e sujeira acima do normal; do vereador José Luiz Del Ciel, requerendo remessa de ofício ao secretário de Segurança Pública e ao diretor do Detran do Paraná, transmitindo manifestações de contentamento por parte dos londrinenses, relativas a inovações introduzidas no serviços de expedição do atestado de exames psicotécnicos, colocadas em prática recentemente pela Ciretran local. Foram também aprovadas em discussão única, três indicações ao chefe do Executivo Municipal: uma do vereador Romeu de Oliveira, outra de José Luiz Del Ciel e outra de Carlos Kita.

95

PT 10690-130

JORNAL: Diário do Paraná
R-APP
Data 28/10/80 Estado PR

Greve não pára: recesso continua

A posição do Governo do Paraná quanto à posição assumida na assembléia de ontem pelos professores de continuar o movimento que já os mantêm paralisados há mais de 20 dias permanece inalterável, ou seja, permanece em vigor a resolução 2141/80, de 22 de outubro, que determina a prorrogação do recesso escolar, por tempo indeterminado, dos estabelecimentos de ensino que, a partir de amanhã, dia 29, não apresentem condições plenas de funcionamento. Nesse caso fica suspensa a vigência do calendário escolar até ulterior decisão.

Segundo o secretário da Educação, Edson Machado de Sousa, a decisão do magistério, ontem, em Maringá, de prosseguir o "Movimento Educação e Justiça", não modificará a posição do Governo, já definida na resolução 2141.

Como frisa a resolução 2141, o período de recesso poderá ser declarado de férias escolares, a juízo da Secretaria de Educação. Ele diz ainda que os estabelecimentos de primeiro e segundo graus que não conseguirem concluir a sua "recuperação terapêutica" até 23 de dezembro, terá a mesma transferida para fevereiro de 1981.

A interrupção do recesso prorrogado e o início das atividades letivas de 1980 dar-se-ão através de ato da SEED, mediante solicitação de cada estabelecimento, acompanhada do plano de complementação do ano letivo, aí incluída a recuperação terapêutica, a comprovação de suas condições de funcionamento, ratificadas pelas inspetorias respectivas. Os estabelecimentos de ensino que amanhã apresentem condições apenas parciais de funcionamento deverão, sem prejuízo do reinício de suas atividades, encaminhar à inspetoria respectiva relatório da situação, para fins de decisão superior.

PROFESSORES DECIDEM CONTINUAR EM GREVE

Os professores da rede estadual de ensino do Paraná, reunidos em assembléia geral ontem (27) em Maringá, resolveram por maioria continuar com o movimento grevista que deflagraram há mais de vinte dias, reivindicando melhorias salariais e melhorias nas suas condições de trabalho. Logo no início da assembléia, que começou às 9 horas e terminou depois das 15, sem qualquer intervalo, estava certo que os grevistas suspenderiam temporariamente o movimento, retornando às aulas na quarta-feira próxima. Entretanto, quando tal proposição foi colocada em votação, não recebeu o apoio necessário. Os professores não só resolveram continuar de braços cruzados, até que suas reivindicações sejam atendidas pelo governo do Estado, como também resolveram realizar uma concentração monstro na próxima quinta-feira, dia 30, em frente ao Palácio Iguaçu, sede do governo paranaense, em Curitiba. Não foi colocada fora de cogitação, a realização, logo após esta concentração na Capital, de uma greve de fome como medida extrema para pressionar o governador Ney Braga a autorizar o atendimento de todas as reivindicações.

Na assembléia de ontem, em Maringá, realizada no ginásio de esportes Francisco Neto, sob uma temperatura de mais de 35 graus centígrados e que contou com a participação de cerca de 7 mil grevistas de todas as cidades do Estado, teve de tudo, desde ataques agressivos contra o governo, até ataques contra a imprensa. Estes ataques aconteceram quando um cinegrafista da Televisão Cultura de Maringá, em vez de filmar arquibancadas do ginásio de esportes onde a concentração pública era maior, procurou justamente focalizar um setor onde a ausência de público era quase que total. A atitude do cinegrafista foi interpretada pelos professores como intencional e abusiva. Os ânimos se exaltaram e se não fosse a intervenção de alguns grevistas mais inteligentes, tanto o cinegrafista da Televisão Cultura como dezenas de outros repórteres e fotógrafos teriam sofrido espancamentos.

Terminada a assembléia geral, todos os grevistas participaram de uma manifestação pública pelas ruas centrais de Maringá. A passeata foi tranquila, sendo apenas observada à distância por tropas policiais e militares.

PT 10693-130

Página da Educação

99ª publicação

Associação dos Professores do Paraná - APP
Associação dos Professores Licenciados do Paraná - APLP
Associação do Pessoal do Magistério do Paraná - APMP

"Educação e Justiça" na e para a história

Os professores do Paraná entenderam e demonstraram que Educação e Justiça não se faz com palavras ou números apenas.

As palavras e os números podem servir como objetivo de manipulação e de má fé, se não vierem acompanhada dos atos concretos, reveladores do anseio, da vontade, do direito e do poder popular.

Educação e Justiça não se ganha gratuitamente como pensam os pusilânimes, os medrosos, os omissos, os comodistas, os egoistas, os que compactuam ou participam das benesses do poder oligárquico, muitos dos que ocupam cargos de confiança, os que exercem o poder da força, ou mesmo os ingênuos e "puros" que engolem sem nenhum senso critico a farsa da TV e dos demais meios de comunicação comprados ou manipulados pelo governo às custas do sangue, do suor e do dinheiro do povo.

Educação e Justiça, colegas, se faz com atos pacíficos e ordeiros de insubordinação contra o caos do Ensino e contra as mentiras institucionalizadas, travestidas e transformadas em leis seguidamente ilegitimas, espúrias, inconsequentes e, por isso, prejudiciais ao educando, do educador e ao povo em geral.

O professor do Paraná perdeu, enfim, o medo de dizer NÃO, porque cansou de dizer SIM à enganação e à mentira.

O professor do Paraná fez História, ao se posicionar contra esse falido sistema de ensino que ora impera.

O professor do Paraná fez História, ao invadir as ruas das grandes cidades, gritando ao povo a verdade e condenando a mentira.

O professor do Paraná fez História, cercando o Palácio Iguaçu e mostrando às autoridades constituídas como se reivindica pacífica e ordeiramente, mesmo com a presença ostensiva do poderoso aparato policial, mas cujos soldados compreenderam e responderam com simpatia e humanidade aos apelos dos educadores de seus filhos.

O professor do Paraná fez História, enfim, conquistando parte do que reivindicava e colocando em xeque-mate os treimosos, insensíveis e pernósticos detentores do poder, que de agora em diante serão obrigados a reexaminar suas posições e sua consciência, bem como a tratar os professores com mais justiça e iquidade, sob pena de sofrerem, em breve, o revés e o vexame de novas comoções sociais, provocadas pelo não-cumprimento das promessas e das leis que eles mesmos criaram.

Ficam, pois, aqui, para a História e para os governantes, as palavras de ordem ditas na rua:

1 - O professor unido jamais será vencido;
2 - O povo unido jamais será vencido;
3 - Arroz, feijão, saúde e educação;
4 - Um, dois, três, contamos com vocês;
5 - Com saúde e educação se constrói uma nação;
6 - Um, dois, três, quatro, cinco mil, a Educação é o progresso do Brasil;
7 - É normal, é legal: piso salarial;
8 - Justiça, justiça, justiça à normalista.
9 - Piso salarial, reajuste semestral;
10 - De noite, de dia: abaixo a mordomia...

Lembramos, porém, que estas palavras serão pronunciadas e ouvidas com mais força e destemor, se não forem cumpridas as promessas do governo referente às reivindicações dos mestres paranaenses.

Acompanhe nossas publicações, sempre às terças-feiras, no jornal O ESTADO DO PARANÁ. Suas colaborações também podem ser publicadas.

APP — Rua Voluntários da Pátria, 475 - Edifício Asa - 14º andar - Curitiba - PABX 234-8480 - DDD 041. APLP — Rua Souza Naves, 9 - 7º andar, sala 709 - Londrina - Fone 23-2662 - DDD 0432. APMP — (ex-CRPP) — Rua Voluntários da Pátria, 475 - Edifício Asa - 14º andar - Curitiba PABX 234-3144 - DDD 041.

SUBSEDES

PONTA GROSSA — Rua XV de Novembro, 301 - 3º andar, salas 37 e 38 - Fone 24-2012. CASCAVEL — Rua Presidente Bernardes, 1415 - 2º andar, sala 8 - Fone 23-2541 - DDD 0452. CAMPO MOURÃO — Prefeitura Municipal. JACAREZINHO — Rua Cel. Batista, 181. MARINGÁ — Praça Raposo Tavares - Conj. 601 - Fone 23-3327. UMUARAMA — Rua Maringá s/nº - Prefeitura Municipal. PATO BRANCO — Rua Itacolomi, 810 - Cx. Postal 76.

EXPEDIENTE

Diretores responsáveis: Izaias Ogliari, Dino Zambenedetti e Sebastião de Paulo Vieira. Edição e reportagem: Valdir Dallagnol. Redação: sede da APP. Revisão e administração: Cleto Tamanini. Impressão: Jornal "O ESTADO DO PARANÁ". Colaboradores: dr. Eliud Jose Borges, Doralice Lobo de Almeida e profº Edison Henning.

O RECONHECIMENTO DA MÁ-FÉ

Enquanto um professor, membro da Comissão de Negociação com o governo, explicava ao secretário de Educação que o aumento de até 200% sobre os vencimentos da normalista nível 1, beneficiando-a com um vencimento de até Cr$ 19.552,00; e que estava sendo divulgado pela TV, não correspondia com a verdade, recebeu do sr. secretário de Educação, a seguinte mal-educada, grosseira e mafiosa resposta: "GUERRA É GUERRA, QUEM MAIS MENTE, VENCE".

Sem resposta...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os presidentes da Associação dos Professores do Paraná - APP, Associação dos Professores Licenciados do Paraná - APLP, Associação do Pessoal do Magistério do Paraná - APMP, convocam os associados das três entidades para uma Assembléia Geral Extraordinária Conjunta, para o dia 29 do corrente, às 17:00 horas, com o fim específico de eleger os representantes da classe junto ao Conselho do Magistério, tendo como local a sede da APP, cita no Edifício ASA 14º andar - Curitiba.

Curitiba/Londrina, 27/10/80.

(aa.) Os Presidentes

Decisões da assembléia de Maringá

1 - PARALISAÇÃO CONTINUA

Mais de 6000 professores reunidos em assembléia estadual, na cidade de Maringá, ontem, decidiram, por grande maioria prosseguir o movimento "Educação e Justiça" com paralisação de aulas.

2 PRÓXIMA ASSEMBLÉIA

A próxima assembléia ficou marcada para quinta-feira próxima, dia 30/10, às 9 horas na cidade de Curitiba, com concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

3- PASSEATA

Os professores fizeram logo após a assembléia de ontem, uma passeata-monstro pelas ruas de Maringá, mostrando, mais uma vez sua união em torno das reivindicações.

CONVOCAÇÃO

O movimento "Educação e Justiça" que decidiu continuar com a paralisação das aulas, convoca os professores e a população em geral a se unirem e a comparecerem à assembléia geral de Curitiba no dia 30/10 - quinta-feira.

CÂNTICO DA CONTINUIDADE

(MÚSICA DE "PEIXE VIVO")

I - Como pode o professor
Viver com este salário.
bis
Não podemos aceitar
A opinião do Secretário.
bis
II - Já cansamos de promessas.
Veja a realidade:
O nosso problema é grave
Queremos toda a verdade.
III - De palavras não se vive,
Menos de demagogia.
Enquanto vocês discutem,
Nós vivemos na agonia.

JORNAL: Folha de São Paulo
APP
Data 29/10/80 Estado/P.

Professores do Paraná voltam amanhã às ruas

CURITIBA (Sucursal) — Os professores da rede estadual de ensino de 1.º e 2.º graus, em greve desde o último dia 8, realizarão amanhã nova assembléia geral no Estádio Couto Pereira e, em seguida, outra concentração em frente ao Palácio Iguaçu, sede do governo paranaense.

O prof. Valdir Dallagnol, da Associação dos Professores do Paraná, confirmou ontem que os docentes continuam discutindo a possibilidade de greve de fome, para forçar o governo a atender as suas reivindicações: piso de três salários mínimos, reajustes semestrais, elevação das professoras normalistas do nível 1 para o nível 2 e execução plena do Estatuto do Magistério.

Informou também que durante a concentração "os professores farão um grande depósito de livros em frente ao Palácio Iguaçu, em protesto contra a falência do ensino paranaense".

"Cada professor trará quantos livros puder. E o governador que os use, se quiser", disse Dallagnol.

Ele negou que os professores que decidiram pela continuação da greve, na assembléia realizada anteontem em Maringá, sejam intransigentes, como acusa o governo. "Apenas — disse — eles não recuarão até que suas reivindicações de melhores salários sejam atendidas. A intransigência governamental é que está prejudicando os alunos".

O prof. Valdir Dallagnol comentou o recesso escolar decretado pelo secretário Edson Machado de Sousa, da Educação, segunda e terça-feira, com validade por tempo indeterminado, a partir de hoje, nas escolas sem condições de pleno funcionamento. Segundo o diretor da Associação dos Professores, o recesso é uma ameaça aos docentes, porque significa a antecipação das férias escolares e a obrigatoriedade de reposição das aulas em fevereiro de 1981.

Dallagnol reconheceu, porém, que até agora o governo paranaense não tomou nenhuma medida repressiva contra os professores: "Há apenas ameaças de aplicação de medidas administrativas."

PT 1069 a. 130

Jornal Folha do Paraná
APP
Data 29/10/80 Estado PR

Nova assembléia dos professores amanhã

Amanhã haverá nova assembléia estadual do magistério em Curitiba, mas desta vez os professores encontraram dificuldade em obter local, tendo que pagar para voltar a ocupar o Estádio Couto Pereira, antes cedido gratuitamente. Entre as propostas a serem votadas na assembléia como forma de pressão para atendimento dos itens de suas reivindicações não atendidas pelo governo está a de acampar defronte ao Palácio Iguaçu até serem atendidos. Como forma de protesto cada professor levará no mínimo seis livros didáticos velhos, "em repúdio ao tipo de ensino que temos, alienante e com conteúdos alienantes e pelo não atendimento das reivindicações".

Os professores insistem na elevação de nível da professora normalista que já concluiu estágio probatório; piso de três salários mínimos e cumprimento pleno do Estatuto do Magistério. O governo regulamentou a concessão de avanços verticais e diagonais, estes em duas etapas já a partir de novembro. Mas segundo os professores, para cumprimento pleno ainda falta regulamentar as remoções, transposições e outros itens. A manutenção de dois salários mínimos, incluindo o valor da gratificação como piso salarial a partir de janeiro próximo; o abono de natal de 30 por cento e o reajuste de 72 por cento a partir de janeiro obtidos do governo não foram suficientes para os professores suspenderem a greve que hoje entra no 21º dia.

O secretário de Educação [illegible] em aberto a possibilidade de [illegible] ção aos grevistas ao insistir à [illegible] ções para que enviem as falt[illegible] justificativas deste período de [illegible] sação. Como o desconto só e[illegible] na folha de pagament[illegible] dezembro ainda há tempo par[illegible] decisão. O secretário também [illegible] çou exonerar os diretores [illegible] negarem a cumprir as determi[illegible] sobre a greve, inclusive os q[illegible] *enviarem as faltas* dos grevis[illegible]

Recesso poderá ser maior

Hoje cada direção de estabelecimento de ensino da rede estadual decidirá se estenderá o recesso de dois dias para período indeterminado, com base no número de professores que comparecerem para dar aulas. Apenas os colégios onde for possível continuar a execução do calendário escolar, sem prejuízo das atividades curriculares programadas, recomeçarão as aulas, após 20 dias de paralisação devido a greve. Faltam 36 dias para completar o ano letivo, que terão de ser recuperados, inclusive, em fevereiro, caso os professores acatem a decisão da assembléia estadual da categoria, de continuidade da paralisação.

Conforme a Resolução 2141/80 da secretaria da Educação, que estabeleceu a prorrogação do recesso de segunda-feira e ontem, nas escolas sem condições de funcionamento normal, os diretores deveriam reunir o corpo docente antes de decidir pelo recesso. Mas poucos diretores conseguiram levar aos colégios os professores em greve. O secretário da Educação, Edson Machado, já havia previsto a dificuldade de reunir os professores, em reunião que realizou com os inspetores regionais de ensino e chefes de núcleos. Entretanto, instruiu as direções para comunicar quais professores compareceram e o nome dos faltosos. "Não queremos nomes para punir depois, mas para saber se o diretor tomou as providências que deveria, antes de decidir pelo recesso ou retorno às aulas" - esclareceu.

COMPLEXO RETORNA

Entre os poucos colégios da Capital que realizaram reuniões com o corpo docente estão o complexo do Colégio Estadual que reúne oito estabelecimentos e o Instituto de Educação. Pela decisão da assembléia com voto secreto dos 495 professores do complexo Estadual, os 12 mil alunos terão aulas a partir de hoje. Entretanto como o retorno às aulas foi decidido por apenas quatro votos de diferença, os 243 que votaram pela continuidade da greve alegaram que não retornarão hoje.

Os oito colégios do complexo reúnem estudantes de 1º e 2º graus, sendo que existe temor por parte daqueles que concluem o 2º grau e prestarão vestibular em janeiro. No total são 743 alunos, mas que só serão prejudicados se o movimento se estender por período mais longo, como observou o presidente da Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Aluízio Cherubin. Os estabelecimentos do complexo abrangem: Escola Aline Pichet, Amâncio Moro, Dona Carola, Tiradentes, Xavier da Silva, Professor Brandão, Conselheiro Zacarias e o Colégio Estadual.

RECUPERAÇÃO EM FEVEREIRO

O período de recesso escolar poderá ser declarado como de férias, naqueles colégios onde a paralisação se prolongue de forma a não ser possível repor as aulas até o final do ano ou fevereiro. O secretário da Educação esclareceu que se isso ocorrer será suprimida as férias funcionais do professor. Do período de 60 dias que os docentes têm direito anualmente, 15 dias foram gozados em julho, e 20 dias pela duração do movimento do magistério. Mas o ano letivo de 1980 só será considerado concluído com o cumprimento efetivo do número de dias letivos e de horas de atividades escolares previstas para 1º, 2º graus e ensino supletivo.

Os colégios que voltarem a funcionar hoje poderão repor as aulas e encerrar o ano letivo até 23 de dezembro, a exemplo do que estabeleceu o Colégio Estadual em calendário de reposição. Já os que prolongarem a paralisação e não for possível a recuperação terapêutica até dia 23 de dezembro, terão que transferí-la para fevereiro do ano que vem, de acordo com a Resolução da Seed. E essas escolas só poderão reiniciar as aulas através de ato expresso da Seed, interrompendo o período de recesso.

Rondas para garantir greve

Os professores consideraram benéfica a decretação de recesso nos colégios onde não comparecem professores em número suficiente, "porque é possível continuar a greve sem preocupação com fura-greves, além do que não contará faltas" - como opinou o professor Cleto Tamanini, diretor administrativo da Associação dos Professores do Paraná-APP. Quanto à necessidade de reposição das aulas em fevereiro, os grevistas alegam que já estavam cientes disso ao iniciar o movimento de paralisação.

Os dirigentes do movimento não temem o esvaziamento da greve, não acreditando na normalização nem mesmo do complexo do Estadual "porque os que votaram pela continuidade da greve não voltarão às aulas e menos da metade dos cerca de 700 professores foram pelo retorno". Mas os professores mais antigos, que esperavam pelos avanços diagonal e vertical a fim de se aposentarem, já obtiveram o que pretendiam, e alegam cansaço de aguardar melhor desfecho para o movimento.

Numa assembléia regional realizada ontem em Curitiba os professores decidiram as estratégias que adotarão hoje para que os colegas não voltem às aulas. Serão feitas "rondas" nas escolas para realimentar o movimento, conforme explicou Tamanini. Ele considera normal alguns retornarem, "principalmente porque há muitas cidades que nunca entraram num movimento como o de Educação e Justiça que abrange 180 municípios. Mas garante que a linha de sustentação está nos grandes municípios, além da Capital. Quanto a votações em escolas para analisar a continuidade ou retorno às aulas disse que isso não tem validade para o movimento, só o que decidem as assembléias estaduais.

PT 1069a-130

Professorado entra en greve amanhã

As filas do PIS começaram na madru gada.

O primeiro dia de pagamento do PIS fez com que se formassem extensas filas nas [illegible] não ficou por menos: dobrava a quadra. A primeira pessoa a entrar na agência [illegible] Wagner que entrou na fila às 3,30 horas da madrugada para assegurar o direito de ser o primeiro a receber o PIS.

O professor Renato Fustemberg, presidente da APP de Ponta Grossa, reunido com professores de várias escolas, ontem a tarde, na sede da entidade, distribuia volantes cujo teor é anúncio da greve para amanhã, dia 8, em todas as escolas do estado.

Explicou o presidente da APP-2a. região, que a plataforma da greve continua sendo as quatro reivindicações básicas da classe, ou seja: 1 - reajustes semestrais; 2 - pisos salariais de 3 salários mínimos 3 - elevação do nível da normalista de PA-1, para PB-2 e 4-cumprimento do estatuto do magistério.

Disse ainda Renato Fustemberg à reportagem do DIÁRIO, que o professorado está tomando consciência de sua situação como profissionais capacitados, e por este motivo, estão aderindo voluntariamente a greve de amanhã. Não se trata pois, de nenhum movimento com influência ideológica, como querem fazer supor algumas pessoas, explicou o presidente da APP.

VALORIZA A CLASSE

Por outro lado, disse que no interior do estado e mesmo nas cidades consideradas grandes, a maioria do professorado está trocando o magistério por outras profissões com melhor remuneração. O prejuízo, disse o presidente da APP-2a. região, é tão somente para com a educação, que perde os seus melhores mestres, muitas vezes substituídos, apressadamente, por pessoas incapazes, o que vem ocorrendo em algumas cidades do interior do estado.

NÃO HÁ PRESSÃO

Continuando disse que nesta greve, ninguém será pressionado para participar, vai quem quer, e os que estão apoiando, demonstram amadurecimento e consciência profissional.

Por outro lado, o que se viu no Clube Guaíra foi uma verdadeira demonstração dessa consciência profissional, quando lá estiveram de 1.500 a 2.000 professores, dando provas de que sabem o que querem.

GREVE CONFIRMADA

Disse ainda o professor Renato Fustemberg, que a greve está confirmada para amanhã, quarta-feira, dia 8, conforme decisão tomada na assembléia do dia 5 de outubro.

Os professores pedem apoio dos pais de alunos, para que não enviem seus filhos às escolas, até que a situação seja resolvida, assegurando por outro lado, que o movimento não será suspenso enquanto não houver diálogo ou atendimento às reivindicações.

Domingo, no Clube Guaíra, de 1.500 a 2.000 professores estiveram reunidos para decidir a greve.

você começa ouvir ao meio dia. Uma hora e meia só prá

PT 1069 a- A30

dades, isto é, a preservação de vidas humanas.

Se o amigo ainda não viu. Não perca e leve as crianças.

Mongruel. Os fatos provam que o povo, desde que haja um motivo plenamente justificado, está disposto a

cargo expressivo ou não, pela condutibilidade dessa agremiação. O fato é deveras importante também sob

caso, a p... tável, para não s... um grande risco futuro.

A decisão pelo movimento

Se o objetivo da oração feita ao Espírito Santo foi o de auxiliar em uma decisão unânime, tal foi atingido. Mas, se a oração se propunha a solicitar que o governo entenda e ajude os professores, tal fato vai demorar um pouco. 1.700 presentes, considerando os que não assinaram o livro geral, estes, em torno de 200, 28 oradores e um clube totalmente lotado formavam o palco desta que seria a mobilização denominada "Movimento Educação e Justiça" proposto pelo assessor jurídico das APPs, Wagner D'Angeles. Emoção e protestos não faltaram, durante o encontro que teve a participação de 70 localidades do estado.

COMEÇO

A oração foi precedida da leitura da ata, onde se historiou os fatos ocorridos na cidade de Pato Branco, que resultou na organização da assembléia de domingo, quando os fatos originaram a paralisação que deverá ter início a partir de hoje, sendo o seu término previsto somente quando "o governo atender todas as solicitações, que vão desde a regulamentação dos estatutos até a elevação salarial, com aumento semestral, e elevação do nível da professora normalista. Odair Ogliari, presidente da APP do Paraná, foi o condutor da mesa dos trabalhos, sendo ele também o primeiro orador da reunião que teve início às 10:00 horas indo até às 16:00 horas, sem interrupção para o almoço. Faixas com frases de apoio e muita gente participando e discutindo mostravam que já estava tudo pronto, restando somente a questão de denominação do tipo de movimento, pois todos se mostravam dispostos a ir mesmo à greve.

ORADORES

Depois de Oglio, foi lida a relação dos municípios que se faziam representar, antes porém, ao ouvirem a proposta do primeiro orador, representando a sequência do encontro em Pato Branco, todos os presentes aplaudiram em pé e gritavam frases como "Greve, greve". Dando continuidade, os diversos oradores foram dando os seus posicionamentos sempre versando sobre a situação do professorado, a posição do governo, criticada de forma veemente pela maioria, e necessidade de uma tomada de posição, que mostrasse o que realmente está se passando com a classe. O ex-governador Jayme Canet, Ney Braga e atual secretário Edson Machado de Souza foram criticados, muitas vezes de forma violenta, refletindo um estado emocional dos mais agitados. Aplausos sucessivos interrompiam os oradores, sendo que a mesa diretora teve que investir para acalmar a platéia, cada vez mais entusiasmada e coesa.

PROPOSTAS

Depois da apresentação de dois antigos professores, sendo um com 54 anos de magistério, cujo vencimento citado foi da ordem de 4 mil cruzeiros e de outro com 35 anos, ganhando a mesma quantia, veio a primeira proposta, sendo ela a greve sem a já utilizada operação tartaruga, além de um estudo sobre forma legal da paralisação. Um apoio do Dia Nacional do Protesto, marcado para o dia 15 de novembro foi sugerido, porém por não ser de interesse da classe não foi aceito. Entre os debates que ganhavam intensidade, houve o pedido para a não retirada da feita com a fixação do dia 16 próximo. Depois veio a outra para o dia 21, 6, 8; com a decisão recaindo na última data, que é amanhã. As discussões paralelas e a exaltação de anônimos provocou interferência da mesa, ficando estabelecido um sistema de dois oradores, sendo um com o fim de defender as propostas, de forma ondenda e outro para argumentar contra. Mas o entusiasmo e a vontade de falar quase que gerou modificação nos planos, sendo este um dos pontos que provocou o prolongamento da reunião, cujo término estava previsto para às 12:30 horas. O tempo de fala foi de 3 até 5 minutos por pessoa.

GESTÃO

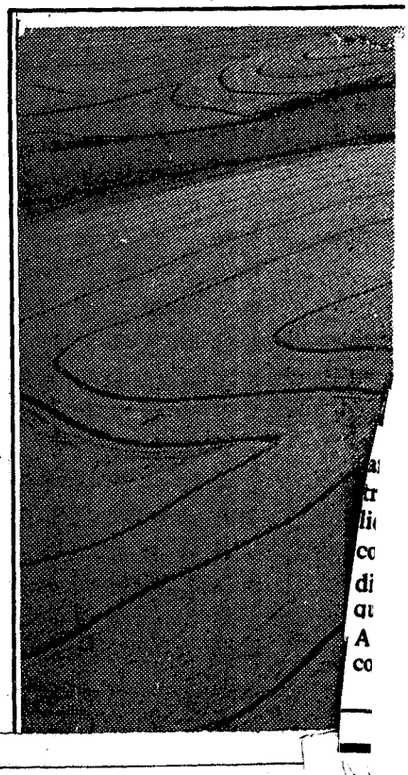
Decidida a data, veio a vez dos debates sobre a questão da legalização da paralisação. Novamente vieram as propostas, desta feita sendo duas discutidas. A primeira falava em greve sem a saída dos professores das salas de aulas, ficando caracterizada como greve no sentido exato da palavra, sem que os professores deixassem os estabelecimentos de ensino. Mas a vencedora foi a de Wagner D'Angeles, que, com a denominação de "Movimento Educação e Justiça", com paralisação geral e visto como forma de se obter o apoio da Igreja, já que Wagner é da Comissão de Justiça e Paz, foi a fórmula encontrada para que não se incorresse no fechamento das associações, visto que, sob a forma de greve, nada poderia ser feito pela classe. Esta decisão foi interpretada como um sinal de amadurecimento da classe, visto que todos a respeitaram. Dentro do que deu a entender o proponente vencedor, não há uma greve e sim um movimento" para que o professorado possa lutar por aquilo que é justo para si e para o ensino estadual".

DENÚNCIAS

A existência de "pressão do governo estadual", feita por um representante de Assis Chateaubriand, a pretensão de que o movimento teria um fundo político e a idéia de um grande golpe no ensino, com a transferência de responsabilidades do governo e

mesa diretiva dos trabalhos.

A criação de um sistema de controle central do movimento, que ficará em Curitiba, a instalação de comissões municipais e regionais, o trabalho de conscientização dos pais de alunos, como um trabalho preliminar para anteceder a paralisação, além da formação de um sistema de informações à imprensa foi a estratégia da mobilização. Ontem a comissão de Ponta Grossa esteve reunida para elaboração de um documento aos pais, sendo que todos estão otimistas quanto ao desenvolvimento deste movimento. A decisão repercute em todo o estado, sendo que as opiniões estão divididas, no que diz respeito à validade dessa iniciativa. Esta foi a 6ª assembléia realizada, sendo que também se falou em mobilização nacional da classe, que já está marcada em diversos estados do País. As reações nos meios políticos são de apreensão, sendo que nas esferas oposicionistas já há manifestações de apoio aos mestres. Em Ponta Grossa o fato é comentado na área administrativa e legislativa, sendo que todos defendem a tese de uma rápida solução.



A NOTÍCIA

Fundado em 6 de abril de 1978, Propriedade da JNC EDITORA E ASSESSORIA LTDA; CGC 77.021.988/0001-08 Caixa Postal, 752; Sede Própria: Praça Barão de Guaraúna, 179/183; CEP 84.100; PONTA GROSSA -Pr.
DIRETOR RESPONSÁVEL- João Nunes Cottar-Jornalista Profissional DRT/PR nº 427/70, Telefones: Redação: 24.0772; Comercial: 24.4772; Administração: 24.1772; Diretoria 24.7271; Telex (0422)162.
Sucursal em Curitiba: Rua Marechal Deodoro, 211-14º andar-sala 1408-Fone (041) 232-7634 Correspondentes em todas as cidades dos Campos Gerais.
REPRESENTANTE NACIONAL Pereira de Souza & Cia Ltda: Rio de Janeiro: Av Graça Aranha, 174 cois: 509 e 512 Fone (021) 222-3070; Telex (021) 22775 - São Paulo: Rua Araújo 70

AT 10690-130

BONIFÁCIO VILELA 191 TEL 24 2682

-"MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA"-
-PARANAVAÍ-

Senhores e Senhoras:-

O que, basicamente, nos levou a deflagrar este movimento foram as insustentáveis e aviltantes condições de ensino no Paraná, cujos aspectos mais relevantes são os seguintes:

a. A defasagem entre a evolução do poder aquisitivo dos salários dos professores e a evolução do custo de vida;

b. A aprendizagem deficiente dos estudantes de primeiro e segundo graus, manifestada principalmente nos baixíssimos níveis de informação e de qualidade do seu conteúdo, resultante de uma orientação profissionalizante, limitadora e imediatista, desvinculada totalmente das reais necessidades do educando e de seu contexto social;

c. Na dotação orçamentária, isto é, na distribuição dos recursos disponíveis às secretarias de estado, a SEED vem sofrendo uma redução na sua participação relativa ao total desses recursos. Em outras palavras, a cada ano a SEED recebe uma parcela menor dos recursos distribuídos entre as secretarias;

d. No âmbito da própria SEED, a distribuição dos recursos previlegia seu setor burocrático-administrativo, em detrimento das unidades escolares. Assim, observa-se uma flagrante inversão de prioridades. A dimensão burocrática-administrativa, que deveria ter função de apoio à atividade de ensino nas escolas, recebe uma parcela desproporcionalmente maior dos recursos, enquanto faltam verbas para melhoria das condições das unidades escolares e para melhorar o poder aquisitivo dos professores.

Para se reverter esta situação altamente prejudicial aos estudantes e insuportável aos professores, que dependem de seus salários para o sustento de suas famílias, e para todos aqueles que mantêm algum senso de dignidade profissional, os professores do Paraná estabeleceram os seus objetivos, que se constituem nas seguintes reivindicações:-

1. Elevação do Nível 1 para o Nível 2, para os professores do Ensino de 1º Grau, em séries iniciais;

2. Piso de três salários mínimos regionais, ou seja, a remuneração dos professores, com padrões de 1º ou 2º graus, deverá ser equivalente a, pelo menos, três salários mínimos regionais;

3. Reajustes semestrais dos salários

PT 10692-130

dos professores;

4. Melhores condições gerais de ensino, abrangendo desde as condições físicas dos estabelecimentos até uma mudança na orientação básica do ensino.

5. 13º salário para os professores.

A nossa coesão é a nossa força. Unidos até as últimas conseqüências, seguramente, alcançaremos cada um dos nossos objetivos. A forma do nosso MOVIMENTO já está sendo sentida. Os burocratas do ensino no Paraná já esboçaram uma reação em nota divulgada pela imprensa. Esta tática é velha e desgastada. Estejamos preparados! Muitas outras virão, sempre no sentido de negar a existência ou de diminuir a importância do nosso MOVIMENTO. Seguramente procurarão também negar a legitimidade das assembléias, com alegações absurdas de infiltração e manipulação da classe por grupos ideológicos, como se os professores fossem ingênuos, infantis, ou que as suas condições atuais não fossem a motivação única e suficiente para se desencadear este processo de reivindicações.

É preciso esclarecer que este movimento se constitui no último recurso que estamos utilizando, para a consecução dos nossos objetivos. Todos os demais meios de veicular nossas reivindicações já foram esgotados, sem resultados. As autoridades responsáveis permaneceram sempre insensíveis à situação de nossa classe e, portanto, incapazes de apresentar soluções realistas e viáveis para os nossos problemas. Mesmo assim, a nossa posição deve ser de grande serenidade. O movimento deve manter, em quaisquer circunstâncias, o seu caráter ordeiro e ater-se exclusivamente aos objetivos definidos em Assembléias Gerais.

Paranavaí, outubro de 1.980.

PT10698-180

Os professores do Município de Paranavaí, reunidos em assembléia permanente no Tênis Clube, em apoio ao Movimento Justiça e Educação, e em vista das declarações do Senhor Secretário da Educação do Paraná, divulgadas pelos órgãos de comunicação, sentem-se no dever de esclarecer aos senhores ' pais, alunos e à comunidade o seguinte:

1. As declarações apresentadas pela televisão apenas pretendem colocar a comunidade contra os professores e criar um impasse, ao invés de solucionar os problemas criados pelo não atendimento das reivindicações dos '' professores, apresentadas há mais de um ano.

2. O quadro do magistério não foi ampliado em 3/4, como se poderia acreditar. O Estado continua pagando meio salário ao professor primário '' que presta serviço extraordinário, isto é, faz dois períodos, para ensinar ' em duas classes com mais de 40 alunos.

O Senhor Secretário apenas se referiu aos novos vencimentos do professor nível 5, como se apenas existisse essa classificação no magistério. A grande maioria do professorado paranaense está no nível 1 recebendo '' vencimentos até abaixo do salário mínimo e até abaixo dos zeladores.

3. Disse o senhor Secretário que mais da metade do pessoal docente ' possui dois padrões. Não é verdade, haja vista o número reduzidíssimo de vagas no último concurso. Em Paranavaí, entre 600 professores, aproximadamente, não é atingido o número de dez professores que possuem dois padrões no nível 5.

4. Na exposição do Senhor Secretário, houve especialíssima atenção ' aos vencimentos do professor nível 5, como se esse fosse o nível de todo o magistério paranaense. Não é verdade. Apenas uma minoria formada de professores mais antigos do ensino secundário é que foi beneficiada com essa classificação. Nosso maior problema é o ensino nas séries iniciais, ou seja, o antigo ensino primário, onde está o maior contingente de professores ''' percebendo um salário - sobrevivência.

5. Foi apresentado ainda, pela televisão, que o professor com um certo tempo de serviço poderá perceber até mais de 40% de adicionais. Ignoramos que o Estado tenha condições e dispositivos legais por tal vantagem ao ' magistério oficial.

6. Falou-se também em avanço diagonal por habilitação e tempo de serviço, mas até o momento não existe regulamentação do Estatuto do Magistério sobre esta matéria. Não acreditamos em declarações defensivas do Secretá-

PT 10690.130

rio,pois isso já nos foi prometido em outra oportunidades,e não seria,agora,que tais benefícios viriam atender aos professores que há dois anos aguardam por eles.

7.No 13º salário,não se tocou.

8.Retornaremos às aulas,assim que formos comunicados pela associações cujos representantes legais se acham em audiências constantes com o Secretário da Educação.

9.Comprometemo-nos em repor as aulas não dadas,para que os alunos não sejam prejudicados neste final de ano letivo.

Necessitamos do apoio dos senhores pais,dos alunos e da comunidade,para que esta classe sofrida,por demais,possa prestar os serviços que objetivem qualidade de ensino e que possa formar uma geração,atualmente insatisfeita com as condições do ensino e dos professores.Estamos conscientes do Movimento Educação e Justiça. Nenhuma razão política,fora da educação,tem interferido em nossas decisões.Queremos justiça.

Paranavaí,10/10/1980.

PT 10693.130

SENHORES PAIS

Por meio desta, informamos que nós, professores do Colégio Nossa Senhora Medianeira, juntamente com professores de alguns colégios católicos, apoiamos o MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO E JUSTIÇA promovido pelos professores da rede Estadual de Ensino.

Temos perfeita consciência de que está em jogo não somente o salário do professor, bem como a qualidade da educação que a cada dia se deteriora, tendo em vista a sobrecarga de aulas a que se vê submetido um professor para alargar um pouco seus estreitos vencimentos.

A cada ano diminui a verba destinada à Educação. E o pouco que é concedido distribui-se de maneira injusta atendendo certos setores privilegiados e não às escolas realmente necessitadas.

Existem professoras primárias, atualmente, recebendo menos que uma serventeª Isto não significa que a serventeª ganhe muito. Significa que, para o governo, a educação não tem a importância que deveria ter. Significa, em suma, o descaso, desapreço com que as autoridades encaram o ensino.

O Ministro da Educação considera esta a pior crise da Educação no Brasil e tudo leva a crer que há um complô contra o ensino, contra o direito que o povo tem de instruir-se. Deste complô participam os que procuram desmoralizar a educação e também professoras que se submetem e aceitam trabalhar em condições desmoralizantes.

Manifestamos, igualmente, nosso repúdio ao não cumprimento das promessas feitas publicamente pelas autoridades, no tocante a atender as reivindicações do professorado. É interessante observar a contradição: há anos que existe o Estatuto do Magistério e não é cumprido. E as autoridades numa atitude antidemocrática, vêm a público para distorcer fatos e estatísticas.

Depois de considerarmos toda esta situação desumana, cruel, injusta e anticristã, resolvemos PARALISAR nossas atividades durante o dia 14/10, vésperas do dia do professor, em SOLIDARIEDADE ao Movimento de Educação e Justiça. Com tal gesto, fica evidenciado que não só aderimos ao movimento, como colocamo-nos ao lado daqueles professores que lutam por melhores condições, principalmente, daquelas professoras municipalistas e normalistas.

Convidadmos também os senhores pais a que se juntem a nós na luta pela melhoria de nível na educação, com o que seu filho será diretamente beneficiado, pois, permanecendo a situação vigente, ele será a maior vítima de um ensino quase totalmente falido.

Outrossim, avisamos que, durante o referido dia 14, todos os professores estarão em atividades de reflexão para melhorar o ensino neste estabelecimento. Lembramos ainda que, durante a paralisação, será atribuída a cada aluno uma atividade específica, evitando-se deste modo que o aluno sofra qualquer prejuízo em seu aproveitamento escolar.

Contando com sua compreensão e com seu apoio humano nesta hora de dificuldade não só para a comunidade paranaense, como para toda a comunidade brasileira, confirmamos nossa certeza de um Brasil melhor, desde que todos juntos empenhem-nos na luta pela construção de uma sociedade mais justa e mais livre.

Atenciosamente
Os Professores do Colégio Medianeira.

Curitiba, 13 de outubro de 1980.

(Divulgado para o Movimento de Educação e Justiça, a pedido da Região Norte)

PT 10698-130

RELETÓRIO DA AUDIÊNCIA COM O SENHOR GOVERNADOR

Os professores abaixo-assinados, reunidos com o senhor governador Ney Braga, no dia 29 de outubro de 1.980, têm a relatar o seguinte:

1. A reunião iniciou às 16,50 h, no 3º andar do Palácio Iguaçu, estando presentes, por parte do governo, além do governador, os secretários da Educação e da Segurança Pública.
2. O sr. governador abriu a reunião acentuando que o governo está entregando a cada uma das três associações um documento por ele próprio assinado, confirmando e garantindo a contra-proposta que os seus secretários apresentaram ao professorado.
3. Nos debates que se seguiram, o governador prometeu que, além das propostas escritas, retornando os professores às aulas, as conversações entre os representantes dos professores e os do governo deverão ser feitas de forma periódica e amiudadamente, inclusive, podem os professores reunir-se com Ele (governador) uma (1) vez por mês.
4. Que o governo encaminhará projeto de lei para elevar todos os atuais professores P.A.1. a P.B.2., não estando no estágio probatório.
5. Acha o governador possível atribuir ao professor P.A.1. o piso salarial de dois salários mínimos e meio.
6. Que todos os dispositivos do Estatuto do Magistério devem devem ser regulamentados com urgência e entrarem plenamente em vigor.
7. Garantiu ainda o sr. governador que as vagas no Quadro Próprio do Magistério aos professores estabilizados estão automaticamente garantidas, independentemente das vagas abertas para concurso de ingresso.

Curitiba, 29 de outubro de 1.980.

NOME	CIDADE	ASSINATURA
Isaias Ogliari	Cfco.	
Dino Zambonetti	Londrina	
AGOSTINHO G. COUTINHO	M. GA.	
Ludovico J. Oliveira	Araponga	
IVO CORDEIRO LOPES	CASCAVEL	
Mario Sergio Ferreira de Souza	Dtg. do NORTE	
Aldo Tamanini	Abe.	
ELIUD José BORGES	Curitiba	
Romeu da Silva Pinto	A. Clotenbo.	
PEDRO FRANZON	IVAIPORÃ	
MARIO L. PRETO	IVAIPORÃ	
Apolonio Teodoro	Pagaeginha	
Orazio Natureza Berger	P. Grossa	
Regina Mª Ogliari	Cfbº	

PT 10693 - 130

NOME	CIDADE	ASSINATURA
Maria Ap. Arruda Vera	Maringá	[illegible]
Lazuli Gomes	P. Grossa	[illegible]
Lolde Benilde Andreata	Ponta Grossa	[illegible]
Francisco Vieira Machado	P. Grossa	[illegible]
Henriqueta Kubiak Tozetto	P. Grossa	[illegible]
M. A. Rogeta (Merly)	Maringá	[illegible]
Aecio Bravo Jr. (Aecio)	Maringá	[illegible]
Ernst Pimenta	Maringá	[illegible]

REGIONAIS E RESPECTIVAS ESCOLAS
CAPÃO RASO

1. Alcyone M. de C. Veloso
2. Brasílio V. de Castro
3. Campo Santana I e II (Tatuquara)
4. Cândido Rondon (Portão)
5. Caximba (Estrada Caximba)
6. Cláudio Morelli (Umbará)
7. Dirce Celestino do Amaral
8. Dom Bosco (lado do Senai)
9. Emílio de Menezes
10. Francisco Azevedo Macedo (Novo M.)
11. Escola Gauchinho (Tatuquara)
12. Cândido Rondon
13. Asdrubal Bellegard
14. Homero Batista de Barros
15. Izabel Lopes Souza
15. Ivo Leão
16. João Bettega (Novo Mundo)
17. João Loyola
18. João Mazzaroto (Vila Araçá)
19. La Salle
20. Madre Mª dos Anjos
21. Nossa Srª. Aparecida
22. Osvaldo Cruz
22. Pedro Macedo
23. Dr. Pedrosa
24. São Sebastião
25. Tatuquara
26. Ivone Pimentel

BOQUEIRÃO E VILA HAUER - XAXIM

1. Euzébio da Motta
2. Isolda Schmidt
3. José Guimarães
4. Lúcia Bastos
5. Luiza Ross
6. Leonor Castelano
7. Nivaldo Braga
8. Polivalente
9. Roberto Langer
10. Segismundo Falarz
11. Vitor do Amaral
12. Gottlib Mueller
13. Jaime Canet
14. Francisco Derosso
15. Narcizo Mendes
16.

CENTRO

1. Amâncio Moro
2. Aline Pichet
3. Prof. Brandão
4. Conselheiro Zacarias
5. Xavier da Silva
6. Tiradentes
7. Carola
8. Estadual
9. Loureiro Fernandes
10. Maria Pereira Martins
11. Gelvira Pacheco
12. Santa Gema
13. Caramuru
14. Instituto de Educação
15. Colégio 19 de Dezembro
16. Prof. Cleto
17. Duílio Calderari
18. Prieto Martinis
19. Ernani Vidal
20. Sebastião Saporski
21. Santa Cruz
22. Rio Branco

PT10699-120

VILA GUAÍRA - VILA LINDÓIA - VILA FANNY

1. Dom Áttico
2. Escola José Busnardo
3. Escola Elevir Dionysio
4. João de Oliveira Franco
5. Doracy Cesarino
6. Miguel Krug
7. Itacelina Bittencourt
8. Santos Dumont
9. Newton Ferreira da Costa
10. Escola Guaira
11. Kennedy
12. Lamenha Lins

GUABIROTUBA - UBERABA - PRADO

1. Escola Elysio Viana
2. Manoel Ribas
3. João Macedo
4. Máximo Asineli
5. São Paulo Apóstolo
6. Lantéri
7. Alfredo Parodi
8. Conselheiro Carrão
9. Donatila Caron dos Anjos
10. Paulino Pacífico

VILA IZABEL - FAZENDINHA - STA. QUITÉRIA - ÁGUA VERDE

1. Flávio Ferreira da Luz
2. Gabriela Mistral
3. João Turin
4. Lysimaco Ferreira da Costa
5. Nilson Ribas
6. Dom Orione
7.
7. Paula Gomes
8. Rio Branco
9. Vila Izabel
10. Avelino Vieira

TARUMÃ - CAPANEMA - OFICINAS- CAPÃO DA IMBUIA - CRISTO REI

1. Capão da Imbuia
2. Hildebrando do Araújo
3. Júlio Mesquita
4. Maria Aguiar Teixeira
5. Natália Reginato
6. Nilo Brandão
7. N. Srª. de Fátima
8. Olívio Belich
9. Cristo Rei
10. São Judas Tadeu
11. Santa Rosa
12. Senhorinha de Moraes Sarmento

PILARZINHO - MERCÊS - VISTA ALEGRE

1. Bento Munhoz da Rocha
2. Emiliano Perneta
3. Mirazinha Braga
4. Vila Militar
5. Vista Alegre
6. Guido Straube
7. São Francisco de Assis
8. Nimpha Peplow
9. Bom Pastor

COORDENAÇÃO GERAL - APP - APLP
APMP

ESTADO DO PARANÁ

SESP — POLÍCIA CIVIL DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

107

ENDEREÇOS DE ESCOLAS.

1)	ESCOLA	LISIMACO F. DA COSTA	
2))	COLEGIO	STA. GEMA GALGANI	
3)	ESCOLA	DORACI CEZARINO	
4)	ESCOLA	GUAIRA	
5)	ESCOLA	JOÃO BUSNARDO	
6)	ESCOLA	LA SALE	
7)	ESCOLA	NOSSA SRA. PERPETUO SOCORRO	Av. PR.
8)	ESCOLA	PROF. OLAVO DAL CLARO	RUA CLARA PILHO
9)	ESCOLA	STO. ANTÔNIO	RUA AMADEU PEIXOTO 57.
10)	ESCOLA	GABRIEL DE MORAIS	R.CATULO P.CEARENCE
11)	ESCOLA	RIVALES BRAGA	R.JOÃO SOARES BARCELLOS
12)	ESCOLA	NOSSA SRA. APARECIDA	R.1º MAIO, 1160
13)	ESCOLA	STA. CÂNDIDA	AV.PARANÁ, 1185
14)	ESCOLA	ROBERTO LANGER JR.	R.PAULO SETUBAL
15)	ESCOLA	LUIZA ROSS	R.BARTOLOMEU L. DE GUERÃO
16)	ESCOLA	PE. CLAUDIO MORALES	R.LUIZ MACIEL, 8
17)	ESCOLA	SÃO PAULO APOSTOLO	R.EUSEBIO OLIVEIRA nº 101

serviço de imprensa da POLÍCIA CIVIL

PT 10690.130

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO PARANÁ
R. Nunici, 92[illegible] - 3º andar - Cx. P. 1336
80.000 - Curitiba - PR

REFLEXÕES PARA O POSICIONAMENTO DA ESCOLA CATÓLICA FRENTE A MOVIMENTOS EDUCACIONAIS.

1. JUSTIFICATIVA

O contexto atual em que vivemos é o de uma sociedade na qual se configuram muitos conflitos: arrocho salarial, má distribuição da renda, opressão declarada e sutil, marginalização, problema energético, migrações, cobiça da terra, sindicalismo e outros.

Estes conflitos atingem todos os setores, também a educação. Entre os problemas educacionais, pode-se citar: uma quantificação do ensino em detrimento da qualidade; analfabetismo e surgimento do ensino supletivo que não deixa de ser uma medida paliativa; currículo que veicula a ideologia dominante; marginalização das culturas populares e favorecimento da classe de poder aquisitivo mais elevado; desvalorização crescente do professor; interesses políticos determinando a organização do ensino, etc...

Vemos, pelo Brasil inteiro, uma insatisfação crescente no setor educacional, gerando as mais diversas manifestações em busca de pistas e soluções; manifestações estudantis, atos de protesto, encaminhamento de reivindicações, abaixo-assinados, etc,...; assim como tentativas de organização de entidades em defesa das questões educacionais, com diferentes ideologias, que tentam articular todos os movimentos de professores, a nível nacional.

Temos assistido o desenrolar de acontecimentos como: a luta pela aposentadoria do professor aos 25 anos, mobilização nos Estados de acordo com o grau de organização, início de luta salarial com encaminhamento de abaixo-assinados e divulgação de carta aberta, manifestação conjunta com estudantes e docentes universitários, ocorrida no dia 12/09 p.p. Deve-se falar ainda numa "Semana da Educação", de 9 a 15 de outubro, envolvendo diversas atividades. Também no dia 05/10 haverá, em Ponta Grossa, uma Assembléia Geral de professores onde poderão surgir novas propostas para a continuidade da mobilização. Trata-se de um movimento de organização de uma categoria profissional: os trabalhadores em educação. Estes reclamam a solidariedade dos professores das escolas particulares, geralmente acusados de omissos.

PT 10698.130

Neste contexto, nós, educadores cristãos somos solicitados a agir e nos perguntamos: - como vamos proceder?
- que posição tomar?

Por isso se pensou em preparar este texto base que possa servir de orientação para todas as escolas católicas do Paraná, ajudando a descobrir critérios e pistas de ação.

2. ALGUNAS REFLEXÕES...

O posicionamento dos educadores cristãos e, consequentemente, das escolas cristãs, parte do Evangelho de um lado, e de outro, da situação social em cujo contexto se desenvolvem as atividades educacionais. Nesta postura se discerne a situação de pecado individual e social, amplamente denunciados por Medellin, Puebla, CNBB e o papa João Paulo II.

Neste momento em que percebemos pessoas, situações e acontecimentos que buscam respostas adequadas para construir uma sociedade mais justa, fraterna e participativa, é importante nossa presença como Igreja. Entre os religiosos e professores é urgente:

- FORMAR UMA MAIOR CONSCIÊNCIA DA REALIDADE EDUCACIONAL DO PAÍS;
- INCENTIVAR A SOLIDARIEDADE DE CLASSE E CRESCER NA RESPONSABILIDADE COMUM;
- PARTICIPAR ATIVAMENTE NA DETERMINAÇÃO DOS RUMOS DA EDUCAÇÃO.

Puebla, ao falar da "ação da Igreja junto aos construtores da sociedade pluralista na América Latina", nos diz:

> "Sabemos que o povo, em sua dimensão total e em sua forma particular, mediante suas organizações próprias, constrói a sociedade pluralista. Diante deste desafio, temos consciência de que a missão da Igreja não se reduz a exortar os diversos grupos sociais e categorias profissionais à construção duma sociedade nova, para o povo e com o povo, nem se trata tão somente de estimular cada um dos grupos e categorias a darem, com honestidade e competência, sua contribuição específica, mas a serem outrossim agentes duma conscientização geral de responsabilidade comum perante um desafio que exige a participação de todos" (1220).

Como cristãos, não podemos simplesmente entrar nas regras do próprio sistema que queremos transformar, onde as soluções para os problemas são situados principalmente no campo econômico. Sabemos que os aspectos econômicos (maiores verbas para a educação, aumentos salariais, etc...) são, entre outros, condição para uma transformação qualitativa da educação, mas não podemos perdê-los de vista enquanto apenas meios. Porém, a fundamentação de nosso agir se deve basear em valores como: participação, comunhão, partilha, serviço fraterno, bem comum, senso crítico, etc... É preciso educar para o homem novo:

PT 1069 D-130

"É necessário criar no homem latino-americano uma sã consciência social, um sentido evangélico crítico face à realidade, um espírito comunitário e um compromisso social. Tudo isto tornará possível uma participação livre e responsável, em comunhão fraterna e dialogante, para a construção da nova sociedade, verdadeiramente humana, penetrada de valores evangélicos. Ela deve ser modelada em Comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo e dar resposta aos sofrimentos e aspirações de nossos povos, cheios de uma esperança que não poderá ser iludida"(Puebla, 1308).

Esta "leitura" nos coloca apelos fortes, tais como:

- OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES E PELOS JOVENS;
- OPÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E EVANGELIZADORA.

Estas opções, confrontadas com a realidade educacional de nosso Estado, nos apelam fortemente para a necessidade de:

- superar o individualismo pessoal, institucional e congregacional, abrindo os olhos para o que nos cerca, na tentativa de discernir o que Deus está pedindo de nós, agora;

- solidarizar-nos com todas as lutas que visam a transformação social, a partir de valores evangélicos;

- educar-nos para a justiça, numa atitude de comunhão e participação, com espírito eclesial;

- participar efetivamente, marcando presença e colocando nossos bens a serviço dos movimentos educacionais e outros que surgem das bases, buscando situações mais coerentes com a dignidade da pessoa;

- aprender a olhar as pessoas, situações e acontecimentos com a ótica dos pobres, superando ideologias dominantes que nos "catequisam" as 24 horas do dia;

- comprometer o processo de ensino-aprendizagem com a formação da consciência crítica, desocultando a dissimulação e inculcação das ideologias dominantes;

- descobrir e assumir a pessoa como valor central e o enorme potencial educativo das culturas populares;

- encorajar iniciativas que buscam situações mais humanas, que questionam rotinas "inofensivas";

- acreditar no nosso trabalho e confiar que é possível a participação efetiva dos professores na melhoria da qualidade do ensino.

PT 10692.130

LÍDERES DO MOVIMENTO DOS PROFESSORES

1 - SEBASTIÃO DE PAULA VIEIRA

2 - RENATO FUSTEMBERG - Ponta Grossa

3 - CLETO TOMANINI - Curitiba

4 -

5 - ISAÍAS OGLIARI - Curitiba

6 - LUDOVICO SUZUKI - Arapongas

7 -

8 - ELUÍDE JOSÉ BORGES - Advogado da A.P.L.P.

9 - RUBEM DE OLIVEIRA - Curitiba

10 - ROMEU GOMES DE MIRANDA Curitiba

11 - Antônio Alves - (Jaguariaíva)

12. IVO CORDEIRO LOPES

3. ATITUDES PRÁTICAS

Estes critérios e princípios só se tornam práxis - ação-reflexão - se descobrirmos meios efetivos de encarná-los no dia a dia da escola e na articulação desta com a sociedade. Não bastam as "boas intenções". Sem investigar e experimentar novas alternativas, não há soluções educacionais. Por certo chegaremos à conclusão de que é necessário relegar a segundo plano muitos investimentos não essenciais para investir muito mais na reflexão com os professores, canalizando e integrando recursos humanos, materiais e financeiros na causa em jogo - uma educação resolutamente evangélica-libertadora (Medellín e Puebla).

Dentro da escola

- vivenciar os currículos a partir das situações culturais, econômicas, políticas, sociais e religiosas da realidade brasileira e local, visando sempre uma sociedade mais justa e humana;

- adotar um processo permanente de avaliação, planejamento, convivência escolar e de ensino-aprendizagem como instrumento da conscientização, participação, libertação, corresponsabilidade e transformação;

- privilegiar situações e acontecimentos marcantes como oportunidade de reflexão com docentes e discentes, visando a melhoria do ensino (datas, paralisações das escolas, reivindicações, semana de educação, etc...);

- anunciar, pelo testemunho e explicitamente, o Cristo Libertador e seu Reino.

Nas articulações

- comprometer-se com as causas do povo em qualquer meio, com senso crítico, buscando saber o que está em jogo, e, a partir disso, marcar algum tipo de presença e colocando nossos bens a serviço (passeios, salas, máquinas, etc,,,);

- participar nas reflexões destas situações, dentro e fora da comunidade escolar, para evitar dois extremos: apoio incondicional e ingênuo, ou a omissão pura e simples;

- verificar, com cuidado, a quem as reivindicações privilegiam e a quem não beneficiam ou beneficiam pouco. Exemplificando:

a) mais verbas para a educação: esta reivindicação é justa e urgente, mas devemos lutar para que beneficie principalmente as classes menos favorecidas (o 1º Grau nas periferias e no interior);

b) aumento salarial em termos de percentagem: este beneficia os que ganham mais e pouco resolve para os professores que tem um salário baixo, especialmente as municipalistas do interior;

- superar o medo generalizado e atuações individuais, fazendo a experiência da força de grupo.

PT 10692-130

Estas reflexões, certamente não acabadas, são um convite muito sério para os educadores e as escolas cristãs no sentido de integrarem os seus esforços, assumindo cada vez mais as orientações da Igreja. Isto será facilitado se nos articularmos com situações que promovem justiça. Deste compromisso nascerão processos pedagógicos que ajudarão a formar agentes de transformação social. Antes de qualquer atuação, é bom comprovar os seguintes critérios, dentre outros:

- que se vise a solidariedade dos professores na promoção do bem comum;
- que haja um discernimento sério, a partir de valores evangélicos e da pessoa contextuada como valores centrais;
- que haja crescimento na vivência de "comunhão e participação";
- que surjam articulações com a causa do povo, de modo especial dos mais injustiçados;
- QUE SE TENHA EM CONTA QUE NOSSA TAREFA CENTRAL É EVANGELIZAR PELA EDUCAÇÃO.

Diretoria

192

AS MENTIRAS DO SENHOR SECRETÁRIO

PT 10690.130

Nos últimos dias, o Secretário de Educação, Edson Machado, tem investido contra os professores lançando sobre a opinião pública um conjunto de dados e informações irreais como forma de defender a política educacional do governo Ney Braga. Para mascarar o insucesso de sua administração, manipula estatísticas que contrapõem à realidade que conhecemos.

Nesse exercício de prestidigitação, pretende o Sr. Edson Machado mistificar sobre questões que não domina. Como técnico, sobra-lhe a soberba típica do tecnoburocrata. Falta-lhe método e conhecimento, como vem demonstrando em suas dissertações e no próprio curso de uma direção da Secretaria. Como filósofo ou político, quando ousa digressões como a de Pato Branco, sobre a democracia, revela o simplismo e as limitações que devem ser fruto do próprio processo educacional deficiente.

Basta cotejar os dados para evidenciar as mentiras do Sr. Edson Machado, secretário de educação do governo Ney Braga.

- Diz o secretário que do orçamento do Estado, 35% são destinados à educação. Na verdade, é muito menos. No ano de 1980 a função Educação e Cultura participa com 21,3% do Orçamento, enquanto para 1981 baixa para 19,4%.

Devemos levar em conta que boa parcela dos reduzidos recursos do Estado foram repassados a empresas vinculadas aos negócios da educação, na compra de vagas - bolsas de estudos - e mesmo à indústria da construção civil, sendo as empreiteiras as principais privilegiadas na distribuição das verbas que são utilizadas na construção de prédios escolares ou na sua manutenção.

- Diz o secretário que o governo Ney Braga vem procurando ampliar a oferta de educação. Mas o que se vê é que a diminuição de verbas orçamentárias refletem diretamente sobre a redução das atividades educacionais e de sua qualidade, sem prejuízo para o quadro de tecnoburocratas.

DIMINUIU O NÚMERO DE PROFESSORES

Ao contrário do que afirma o Sr. Edson Machado, diminuiu o número de professores no Paraná;

Em 1975, o Estado tinha 34.654 professores no 1º grau

Em 1979, o Estado tem 30.623 professores no 1º grau.

No mesmo período aumentou significativamente o pessoal adminstrativo e técnico.

Em 1975, a Secretaria de Educação tinha 10.669 funcionários adminstrativos e técnicos. Em 1979 esse número chegou a 19.185. Diminui o número de professores, aumenta o número de alunos. A Secretaria contrata mais burocratas.

PT 1069.130

DIMINUEM AS VERBAS

Diz o Secretário que o governo tende a aumentar as verbas para educação nos próximos anos. Não é verdade. As verbas tendem a diminuir-

	1.980	1.981	Aumento da Verba para Educação de 1980/81.
Verba Total	7.304.110.700	13.413.911.000	82%
1º Grau....	4.347.203.500	7.598.465.000	75%
2º Grau....	834.158.000	1.328.703.000	59%
Superior...	779.861.100	1.427.967.000	83%

Se considerarmos a inflação de aproximadamente 100% ao ano, veremos que no ano que vem as verbas serão ainda menores. O que é mais grave, dessa verba reduzida. o ensino superior (faculdades do Estado) vai receber mais que o ensino de 2º grau, numa perspectiva elitizante, numa clara distorção, dos objetivos propostos de ampliar oportunidades para o 1º grau.

Em 1980 14% da verba da Secretaria de Educação e Cultura foi gasta em outros serviços, ou seja, não foi aplicado no Ensino de Primeiro, Segundo grau ou Superior.

Em 1981 aumenta para 23% os gastos em outros serviços, não será aplicado no Ensino de Primeiro, Segundo Grau ou Superior.

O Orçamento total do Rio Grande do Sul, que tem a mesma população praticamente, para o 1º Grau, é o dobro da verba do Paraná.

Para efeito de comparação tomemos os gastos do Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná para o corrente ano(1980).

Total Secretaria Educação (1980)	Pr.	R.G.S.
	7.304.110.700	10.250.697.000
1º Grau	4.347.203.500	8.271.162.000
2º Grau	834.158.000	996.107.000
Superior	779.861.100	22.618.000

DIMINUEM OS SALÁRIOS

- Diz o Secretário Edson Machado que o professor é privilegiado. Tem condições especiais de trabalho e recebe muito bem por ele.

Sabemos que não é verdade. O professor paranaense teve seu salário achatado, reduzido, aviltado. E as perspectivas são negras. Vejamos os números:

Em novembro o salário mínimo será de Cr$ 5.892,40, ou seja, 20% a mais que o salário da normalista PAl.

A normalista recebia, em 1969, 2,53 salários mínimos. Hoje recebe 1,22. Em novembro próximo vai receber apenas 0,86 do salário mínimo.

- Diz o secretário queo professor do ensino público -

Pt 10592-180

Diz o Secretário que o professor do ensino público sempre teve seus salários reajustados. Mentira. Se o salário do professor acompanhasse ao menos a inflação, a normalista PAI estaria recebendo hoje Cr$ 10.703,00. Houve uma perda real de salário, como aconteceu com todos os trabalhadores no país.

SOBRAM VERBAS PARA O SUPÉRFLUO

- Para não atender as reivindicações, o secretário repete o mesmo argumento que os professores vêm ouvindo há décadas de todos os secretários de educação dos governos pós-1964: Não há verbas.

Essa alegação é falsa, se considerarmos que o Estado destina do seu orçamento verbas para atividades menos importantes e muitas vezes supérfluas.

Analisando a própria verba para o setor de educação, vemos que há destinações injustificáveis:

- Em 1981, a manutenção do gabinete do Secretário da Educação vai custar Cr$ 24.885.000,00 (Cr$ 2.073.000,00 por mês). Dinheiro suficiente para pagar, entre outras despesas, as de mordomia e de favorecimentos políticos.

- Para a manutenção da Diretoria Geral da Secretaria da Educação, serão gastos no ano que vem Cr$ 36.255.000,00 (3.021,250,00 por mês). Não há verbas para aumentar os salários dos professores, mas para sustentar as exigência s da tecnoburocracia elas são generosas.

- A manutenção do Conselho Estadual de Educação vai custar, em 1981, Cr$ 8.333.000,00. Uma verba astronomica para um órgão que reune um grupo de "conselheiros" mais identificados com os seus interesses particlares que com os da educação, que mais decidem sobre negócios a serem estipendiados com as verbas da Secretaria que sobre os verdadeiros problemas do setor.

- O Conselho do Magistério vai receber Cr$ 1.100.000,00 para continuar existindo em 1981. Este órgão, segundo o governo, existe para "zelar pela efetiva observância dos preceitos contidos no Estatuto do Magistério, quer sob o ponto de vista ético, quer sob o ponto de vista funcional." Outra responsdbilidade deste Conselho é "elaborar estudos e projetos para subsidiar o secretário no cumprimento da legislação do pessoal do magistério."

Tanto dinheiro para custear um órgão que não tem sentido, pois é o próprio governo que se nega a cumprir o Estatuto, enquanto nós professores reivindicamos exatamente isso.

- A manutenção das Coordenações dos Núcleos Regionais de Ensino vai custar Cr$ 74.472.000,00 em 1981. Entende-se agora porque o cargo de coordenador de Núcelo é tão disputado e entregue apenas àqueles que comungam com a política do governo.

- A Fundepar terá Cr$ 1.531.630.000,00 para atividades que nos últimos tempos não justificam sua existência (outros

PT 10690-130

órgãos cumprem seu papel), muito menos a manutenção do irmão do governador no cargo de presidente (bem remunerado) e que vai se perpetuando na função.

- O gabinete do secretário de Cultura e Esportes vai gastar Cr$ 20.725.000,00 em 1981 (Cr$ 1.725.420,00 por mês). Uma verba que já foi administrada pela Secretaria de Educação e que hoje é destinada a uma Secretaria criada com a clara perspectiva de cuidar e favorecer o empresariamento de espetáculos ou realizar promoções eleitoreiras de curto alcance do ponto de vista da defesa da cultura de nosso povo.

Não há verbas para educação. Não há verbas para pagar melhores salários para os professores. Mas sobram recursos para manter órgãos públicos que funcionam de forma que agride a consciência dos honestos diante da situação de extrema precariedade por que passa a maioria da população.

- É o caso do Tribunal de Contas, que vai receber Cr$ 466.610.000,00 para manter "conselheiros", funcionários fantasmas, pseudo técnicos; todos nomeados pelo governo para fiscalizar suas próprias contas. Comparem-se os dados de Cr$ 466.610.000,00 para o Tribunal de Contas e a verba de Cr$ 1.328.703.000,00 para todo o ensino de 2º grau.

A LUTA É JUSTA E OPORTUNA

O Secretário de Educação, Edson Machado, mentiu aos professores. Pior, usou das mesmas mentiras para tentar contrapor o movimento dos professores à opinião pública. Mentiu porque não tinha argumentos para justificar uma política educacional que repete, no plano estadual, o fracasso geral do projeto de educação do regime. Mentiu como vêm mentindo os secretários de educação e todos os que ocupam cargos de governo desde que se instalou o regime arbitrário de 1964.

Reduzindo drasticamente as verbas para educação, avançando numa política de privatização do ensino, chegamos ao cáos. A política educacional tem por objetico formar um grande contingente de mão-de-obra pouco qualificada, barata e domesticada para atender aos interesses dos grandes monopólios estrangeiros e do grande capital nacional. O resultado é a elevação a níveis absurdos do analfabetismo, a formação de uma geração de brasileiros sem condições de exercer com qualificação real sua função na sociedade e a grave situação em que se encontram milhares de profissionais do ensino.

Não são mentiras que vão paralisar o movimento dos professores. È justa nossa luta em torno das reivindicações de:

a) reajustes salariais semestrais, a partir de julho de 1980, de acordo com o índice inflacionário e mais 15% a todos os professores, inclusive os inativos.

b) piso salarial de 3 maiores salários mínimos vigentes no país.

c) elevação do nível PA1 para PB2 dos professores normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório.

d) cumprimento pleno do Estatuto do Magistério.

PT 10690 - 130

Nós, professores, que convivemos com a mentira dos - dos governantes e a usurpação de nossos direitos [illegible] que não podemos confiar em quem está no poder. Por isso, devemos inscrever nossa luta entre todas aquelas que se manifestam hoje na sociedade numa mesma perspectiva: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, nos marcos de um novo regime de amplas liberdades - políticas. Certos de que o futuro está com o povo. E de que o arbítrio, a mentira, serão superados numa nova fase de - progresso que vamos conquistar.

Curitiba, 5 de outurbo de 1980.

PT 10690.130

A MISÉRIA DA EDUCAÇÃO

A educação no Brasil veio sofrendo um processo de contínua deterioração. Nos últimos 16 anos, a oferta global de vagas nas escolas diminuiu em relação ao crescimento da população. As reformas operadas pelos governos levaram à queda evidente da qualidade do ensino. Os projetos especiais, como o MOBRAL, serviram apenas para justificar campanhas demagógicas e pouco resolveram os problemas graves que o país vem enfrentando no setor há muito tempo.

Se todos os brasileiros estivessem frequentando as escolas na idade prevista, mais da metade da população estaria estudando. Isso não ocorre. De 110 milhões de habitantes, 70 milhões está na faixa de 0 a 24 anos. E o governo responde a essa necessidade com a diminuição progressiva das verbas destinadas à educação. No início da década de 60, 12,5% do orçamento da União era dedicado ao setor. Hoje, apenas cerca de 5%. A verba retirada da educação foi transferida para atividades que não são essenciais à vida do país. É o caso do orçamento para as Forças Armadas, que no mesmo período veio crescendo progressivamente.

Estes dados demonstram a perspectiva que o governo tem e o valor que dá à educação. O descaso se confirma no caráter das reformas. A lei 5692, de 1971, reformou o ensino fundamental, mas produziu deformações que hoje se constituem em grandes problemas que os professores conhecem muito bem e os enfrentam diariamente nas salas de aula.

Não é possível conciliar a aspiração nacional de melhores padrões de existência e de ingresso no mundo desenvolvido com a displicência que se conforma com o descalabro no ensino elementar, cujo nível formativo é pré-condição de desenvolvimento. Como pode enfrentar os complexos problemas que o desenvolvimento envolve no mundo de hoje uma nação que até agora não soube vencer esse desafio elementar?

Quando os professores entram em greve e saem às ruas para protestar contra a situação de vida e trabalho que enfrentam, estão refletindo estas deformações da política educacional do regime que levou os profissionais da educação a esta posição. Um país que retira da educação as verbas em vez de aumentá-las; que reforma o ensino sem critérios que favoreçam a maioria; só poderá ver situações como esta.

MOVIMENTO BOLETIM nº

EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

Dez mil professores
cercaram o Palácio Iguaçu,
com aparato policial e tudo.

FOTO: LINA FARIA

A greve é apenas parte do Movimento Educação e Justiça.
Para nós é muito importante a conquista
de melhores condições de vida e trabalho.
Porém, mesmo que sejam atendidas todas
as nossas reivindicações o movimento
continuará, pois cabe a nós,
professores, e à comunidade
a luta pela melhoria
da educação e justiça
em nosso País.

UNIDOS, PROFESSORES CERCAM PALÁCIO

A proposta do governo, de dois salários mínimos, foi rejeitada por unanimidade de votos na assembléia geral estadual que contou com a participação de 10.000 professores de todo o Estado. Quanto ao abono de dezembro, não foram poucos os professores que disseram ser esmola e migalha que não pagaria nem o almoço de Natal. Terminada a assembléia, numa demonstração de união, os professores percorreram o centro de Curitiba em passeata, paralisando o trânsito e protestando contra o descaso com que o governo vem tratando a Educação nos últimos anos. Durante mais de cinco horas, milhares de professores permaneceram diante do Palácio Iguaçu. Nei Braga não apareceu para conversar com o professorado. Mas haviam mais de dois mil policiais militares com cães e vários carros-pipa do Corpo de Bombeiros (que não foram lá para abrandar o calor da tarde). Isto sem falar na polícia política da Capital, que compareceu em massa. Para conversar com com a comissão de negociação apareceram somente os secretários da Educação e de Recursos Humanos, que mais uma vez mostraram-se insensíveis às reivindicações do professorado. Edson Machado propôs dois salários e meio de piso, tentando coagir os professores a voltarem às aulas na quinta feira. "Decisão em Maringá" foi a resposta em coro dos professores à proposta que Machado não teve coragem de dar por escrito.

APELO AOS DIRETORES

Sabemos que muitos diretores neste movimento têm se colocado ao lado dos professores. Porém, infelizmente, muitos têm tomado atitudes frontalmente contrárias aos seus companheiros de profissão.
Senhor diretor; senhora diretora: só há dois caminhos a tomar: o caminho dos professores, dos explorados. dos oprimidos e o caminho dos poderosos, dos exploradores e dos opressores.
É preciso que fique claro, que o primeiro compromisso do diretor é com seus colegas de profissão, com a comunidade que mantém o ensino e com a Educação.

Por tudo isso
estamos lutando

DIRETOR, DIRETORA fique do lado da EDUCAÇÃO, fique do lado da JUSTIÇA.

AS REGIONAIS

Um grande avanço na organização do movimento foi a instituição de regionais, decisão aprovada na assembléia do dia oito em Curitiba.
Os objetivos das regionais são os seguintes:
a) manter um controle efetivo das escolas da região;
b) fazer reuniões de esclarecimento aos pais e alunos;
c) promover debates com a população sobre as reivindicações dos professores, os problemas do ensino, as dificuldades na educação, os salários, etc;
d) auxiliar a coordenação central, dando informes do andamento do movimento na Capital.
A instituição das regionais (divisão das escolas por região) descentralizou os trabalhos, racionalizou as visitas às escolas, racionalizou as despesas e garantiu o fechamento da maioria absoluta das escolas da capital, pois os professores sendo conhecidos dos pais. alunos e demais colegas, tiveram um acesso muito mais facilitado. A maioria das regionais reúne-se nas igrejas. Nesse sentido, agradecemos a todas as paróquias que nos tem dado apoio.

CONTINUIDADE DAS REGIONAIS
Pretendem as entidades manter as regionais e fazer reuniões em períodos determinados, Com essas reuniões, manteremos os professores mobilizados, os pais informados, o governo pressionado a manter e cumprir suas promessas e ainda mais,, denunciar qualquer tipo de punição que possa haver sobre qualquer colega.

O golpe do recesso

É mais fácil para as autoridades fazer manobras, tentando frustrar nosso movimento, que atender nossas justas reivindicações. Está claro que a intenção do secretário Edson Machado ao decretar recesso escolar na segunda e terça-feira próximas (27 e 28) é de nos pressionar e colocar contra nós a comunidade, que nos apoia.

Porém, mesmo diante das ameaças de prolongamento do recesso e das manobras feitas pelo governo através dos diretores que tentam aliciar os professores a retornar às aulas na quarta-feira, independentemente da assembléia em Maringá, não devemos tomar posições individuais. Devemos assumir as posições tomadas na última assembléia e aguardar o resultado da assembléia geral estadual em Maringá, na segunda-feira.

PARANÁ POLICIA CIVIL

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social

180

Nome.....

de nacionalidade.....*natural de*

.....*, nascido no dia*
Cidade e Estado

.....*, filho de*
(Dia, Mês e Ano)

.....

Profissão.....*residente em*.....

Rua.....*N.o*.....

vem, mui respeitosamente requerer a V. S. se digne mandar expedir-lhe certidão negativa de antecedentes político-sociais para fins de.....

.....

Nestes Têrmos,

P. DEFERIMENTO

Curitiba,

SERVIÇO DE IMPRENSA DA POLÍCIA CIVIL

PT 10692.130

O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO AO LADO DO PROFESSOR? PELA EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

O Partido Trabalhista Brasileiro - PTB sempre esteve ao lado do povo, em todos os momentos dificeis pelo qual passou. Agora, mais uma vez apoia incondicionalmente as justas reivindicações do professor injustiçado e esquecido do Paraná.

É importante acentuar que esta posição ao lado dos mestres não é oportunista nem eleitoreira pois todos sabem que foi o trabalhismo de GETULIO VARGAS que a frente da História criou todo o arcabouço de Justiça Social, sindicalismo e leis trabalhistas que hoje beneficiam todos os brasileiros reconduzindo a seus destinos o povo, que até 1930, se encontrava atirado margem do processo histórico

O P.T.B, o verdadeiro partido do trabalhador brasileiro, tem conhecimento e vive o dia a dia do drama que passa o professor brasileiro e particularmente o professor paranaense, que sobrevive somente do seu idealismo e amor a grande missão a que se propos. Esquecido pelo Estado que não oferece condições mínimas para o mestre desempenhar sua nobre função, como verdadeiro propulsor do desenvolvimento.

O P.T.B., e o povo do Paraná, não se influenciarão com as distorsivas informações dadas pelo Governo em propagandas de Televisão, diga-se de passagem, com o dinheiro do Povo, pois tem conhecimento da situação do professor, que é de verdadeira miséria, e que a "alquimia" de dados fornecidos pela propaganda visa apenas esvaziar o movimento justo e sadio dos professores do Paraná e que está merecndo todo o apoio do povo.

Em razão disso, o P.T.B., atraves de seus líderes, representantes e filiados, está mobilizado para esclarecimento do povo, pais e alunos, tomando medidas visando com que cada familia seja uma aliada daquele que em sua labuta diária e heroica tem por missão intransferível, educar e orientar nossos filhos.

TODO APOIO A GREVE DOS PROFESSORES

POR UM REAJUSTE SEMESTRAL

POR UM PISO SALARIAL

POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO

"PROFESSOR UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO"

PT 10692-130

Irom Ribas Destribuindo

CÂNTICO DA CONTINUIDADE
(MÚSICA DE "PEIXE VIVO")

1- COMO PODE O PROFESSOR
VIVER COM ESTE SALÁRIO bis
NÃO PODEMOS ACEITAR bis
A OPINIÃO DO SECRETÁRIO

2- JÁ CANSAMOS DE PROMESSAS.
VEJA A REALIDADE:
O NOSSO PROBLEMA É GRAVE
QUEREMOS TODA A VERDADE.

3- DE PALAVRAS NÃO SE VIVE,
MENOS DE DEMAGOGIA.
ENQUANTO VOCÊS DISCUTEM,
NÓS VIVEMOS NA AGONIA.

CÂNTICO DA CONTINUIDADE
(MÚSICA DE "PEIXE VIVO")

1- COMO PODE O PROFESSOR
VIVER COM ESTE SALÁRIO bis
NÃO PODEMOS ACEITAR bis
A OPINIÃO DO SECRETÁRIO

2- JÁ CANSAMOS DE PROMESSAS.
VEJA A REALIDADE:
O NOSSO PROBLEMA É GRAVE
QUEREMOS TODA A VERDADE.

3- DE PALAVRAS NÃO SE VIVE,
MENOS DE DEMAGOGIA.
ENQUANTO VOCÊS DISCUTEM,
NÓS VIVEMOS NA AGONIA.

CÂNTICO DA CONTINUIDADE
(MÚSICA DE "PEIXE VIVO")

1- COMO PODE O PROFESSOR
VIVER COM ESTE SALÁRIO bis
NÃO PODEMOS ACEITAR bis
A OPINIÃO DO SECRETÁRIO

2- JÁ CANSAMOS DE PROMESSAS.
VEJA A REALIDADE:
O NOSSO PROBLEMA É GRAVE
QUEREMOS TODA A VERDADE.

3- DE PALAVRAS NÃO SE VIVE,
MENOS DE DEMAGOGIA.
ENQUANTO VOCÊS DISCUTEM,
NÓS VIVEMOS NA AGONIA.

CÂNTICO DA CONTINUIDADE
(MÚSICA DE "PEIXE VIVO")

1- COMO PODE O PROFESSOR
VIVER COM ESTE SALÁRIO bis
NÃO PODEMOS ACEITAR bis
A OPINIÃO DO SECRETÁRIO

2- JÁ CANSAMOS DE PROMESSAS.
VEJA A REALIDADE:
O NOSSO PROBLEMA É GRAVE
QUEREMOS TODA A VERDADE.

3- DE PALAVRAS NÃO SE VIVE,
MENOS DE DEMAGOGIA.
ENQUANTO VOCÊS DISCUTEM,
NÓS VIVEMOS NA AGONIA.

CÂNTICO DA CONTINUIDADE
(MÚSICA DE "PEIXE VIVO")

1- COMO PODE O PROFESSOR
VIVER COM ESTE SALÁRIO bis
NÃO PODEMOS ACEITAR bis
A OPINIÃO DO SECRETÁRIO

2- JÁ CANSAMOS DE PROMESSAS.
VEJA A REALIDADE:
O NOSSO PROBLEMA É GRAVE
QUEREMOS TODA A VERDADE.

3- DE PALAVRAS NÃO SE VIVE,
MENOS DE DEMAGOGIA.
ENQUANTO VOCÊS DISCUTEM,
NÓS VIVEMOS NA AGONIA.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

GOVERNADOR

Eu não sou a normalista
Porém, trabalho sem parar
Fui leiga e agora sou regionalista,
Sem ter pra quem apelar.
De madrugada,
Mal o sol desponta,
Ainda meio tonta
Corro pra ensinar.
Meio esfomeada
E mal agasalhada
E mesmo apavorada
E sem poder gritar,
Quisera ter mais um pouquinho
Pra aquecer meu ninho
PRA SER BEM FELIZ

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

GOVERNADOR

Eu não sou a normalista
Porém, trabalho sem parar
Fui leiga e agora sou regionalista,
Sem ter pra quem apelar.
De madrugada,
Mal o sol desponta,
Ainda meio tonta
Corro pra ensinar.
Meio esfomeada
E mal agasalhada
E mesmo apavorada
E sem poder gritar,
Quisera ter mais um pouquinho
Pra aquecer meu ninho
PRA SER BEM FELIZ

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

GOVERNADOR

Eu não sou a normalista
Porém, trabalho sem parar
Fui leiga e agora soú regionalista,
Sem ter pra quem apelar.
De madrugada,
Mal o sol desponta,
Ainda meio tonta
Corro pra ensinar.
Meio esfomeada
E mal agasalhada
E mesmo apavorada
E sem poder gritar,
Quisera ter mais um pouquinho
Pra aquecer meu ninho
PRA SER BEM FELIZ

ESTAMOS COM OS PROFESSORES

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

INFORMES (Continuação)

11- Será ignorada qualquer distribuição de panfletos, alheios ao movimento "Educação e Justiça" e ao Ensino, pois nossa luta não é nem política, nem sectária e tão pouco ideológica-partidária. É apenas de Educação e Justiça por melhores condições e ensino e de vida.

12- No estágio serão vendidos exemplares do "Estatuto do Magistério" e "Outras Normas e Regulamentações". (Cr$ 50,00 cada).

13- Será distribuída uma "apostila" contendo músicas, palavras de ordem, informações sobre a condição de Assembléia, etc.

14- Haverá três (03) micorfones sem fio para os que quiserem fazer uso de palavra durante a Assembléia.

15- Só farão uso da palavra os que se candidatarem por escrito e que se propuserem a defender oralmente sua posição.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

INFORMES (Continuação)

11- Será ignorada qualquer distribuição de panfletos, alheios ao movimento "Educação e Justiça" e ao Ensino, pois nossa luta não é nem política, nem sectária e tão pouco ideológica-partidária. É apenas de Educação e Justiça por melhores condições e ensino e de vida.

12- No estágio serão vendidos exemplares do "Estatuto do Magistério" e "Outras Normas e Regulamentações". (Cr$ 50,00 cada).

13- Será distribuída uma "apostila" contendo músicas, palavras de ordem, informações sobre a condição de Assembléia, etc.

14- Haverá três (03) micorfones sem fio para os que quiserem fazer uso de palavra durante a Assembléia.

15- Só farão uso da palavra os que se candidatarem por escrito e que se propuserem a defender oralmente sua posição.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

INFORMES (Continuação)

11- Será ignorada qualquer distribuição de panfletos, alheios ao movimento "Educação e Justiça" e ao Ensino, pois nossa luta não é nem política, nem sectária e tão pouco ideológica-partidária. É apenas de Educação e Justiça por melhores condições e ensino e de vida.

12- No estágio serão vendidos exemplares do "Estatuto do Magistério" e "Outras Normas e Regulamentações". (Cr$ 50,00 cada).

13- Será distribuída uma "apostila" contendo músicas, palavras de ordem, informações sobre a condição de Assembléia, etc.

14- Haverá três (03) microfones sem fio para os que quiserem fazer uso de palavra durante a Assembléia.

15- Só farão uso da palavra os que se candidatarem por escrito e que se propuserem a defender oralmente sua posição.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA.

INFORMES (Continuação)

11- Será ignorada qualquer distribuição de panfletos, alheios ao movimento "Educação e Justiça" e ao Ensino, pois nossa luta não é nem política, nem sectária e tão pouco ideológica-partidária. É apenas de Educação e Justiça por melhores condições de ensino e de vida.

12- No estágio serão vendidos exemplares do "Estatuto do Magistério" e "Outras Normas e Regulamentações". (Cr$ 50,00 cada).

13- Será distribuída uma "apostila" contendo músicas, palavras de ordem, informações sobre a condição de Assembléia, etc.

14- Haverá três (03) microfones sem fio para os que quiserem fazer uso de palavra durante a Assembléia.

15- Só farão uso da palavra os que se candidatarem por escrito e que / se propuserem a defender oralmente sua posição.

o

MARCHA DO GOVERNADOR

Pam, pam, pam
Senhor governador
Se digne abrir a porta
Que preciso falar
Pam, pam, pam
Senhor governador
Peço licença
Para eu me apresentar
Sou Professor do Paraná
Eu busco grandes ideais
Lido com gente do Brasil
Da região dos pinherais
Sou instrumento primordial
Deste Brasil em construção
Sou eu quem espalha o saber
Fator que eleva uma nação
Eu moldo a massa
Eu dou a mão
Eu sou a ponte
Eu faço união
Mas para isso Senhor Governador
Me dê recursos
Me escute por favor
Aumente o meu salário
Assim não posso viver
Preciso tratar da saúde
Também preciso comer
Nas férias não viajo,
Trabalho para os credores pagar
Não vou a festa alguma
Pois roupa nem posso comprar
Não arranque do meu peito
O ideal de educar
Pois o sofrer é tão grande
Que posso desanimar
Por isso agora
Repito com clamor
Abra a porta Senhor Governador.

MARCHA DO GOVERNADOR

Pam, pam, pam
Senhoe governador
Se digne abrir a porta
Que preciso falar
Pam, pam, pam
Senhor governador
Peço licença
Para eu me apresentar
Sou Professor do Paraná
Eu busco grandes ideais
Lido com gente do Brasil
Da região dos pinherais
Sou instrumento primordial
Deste Brasil em construção
Sou eu quem espalha o saber
Fator que eleva uma nação
Eu moldo a massa
Eu dou a mão
Eu sou a ponte
Eu faço união
Mas para isso Senhor Governador
Me dê recursos
Me escute por favor
Aumente o meu salário
Assim não posso viver
Preciso tratar da saúde
Também preciso comer
Nas férias não viajo,
Trabalho para os credores pagar
Não vou a festa alguma
Pois roupa nem posso comprar
Não arranque do meu peito
O ideal de educar
Pois o sofrer é tão grande
Que posso desanimar
Por isso agora
Repito com clamor
Abra a porta Senhor Governador.

MARCHA DO GOVERNADOR

Pam, pam, pam
Senhoe governador
Se digne abrir a porta
Que preciso falar
Pam, pam, pam
Senhor governador
Peço licença
Para eu me apresentar
Sou Professor do Paraná
Eu busco grandes ideais
Lido com gente do Brasil
Da região dos pinherais
Sou instrumento primordial
Deste Brasil em construção
Sou eu quem espalha o saber
Fator que eleva uma nação
Eu moldo a massa
Eu dou a mão
Eu sou a ponte
Eu faço união
Mas para isso Senhor Governador
Me dê recursos
Me escute por favor
Aumente o meu salário
Assim não posso viver
Preciso tratar da saúde
Também preciso comer
Nas férias não viajo,
Trabalho para os credores pagar
Não vou a festa alguma
Pois roupa nem posso comprar
Não arranque do meu peito
O ideal de educar
Pois o sofrer é tão grande
Que posso desanimar
Por isso agora
Repito com clamor
Abra a porta Senhor Governador.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA - DOC. Nº 01

- COMUNICADO AOS PAIS -

Os professores DECIDIRAM, em ASSEMBLÉIA ESTADUAL realizada dia 05, em Ponta Grossa, paralisar as aulas a partir do dia 08/10, quarta-feira, em todo o Estado, através do Movimento Educação e Justiça, pelos seguintes motivos, entre outros:

1- Não cumprimento do Estatuto do Magistério e das Leis da Educação.

2- Não atendimento aos pedidos dos professores desde há muito tempo.

3- Falta de condições mínimas para um bom ensino.

4- Salários insuficientes e até abaixo do salário mínimo.

Em vista disso, pedimos o seu apoio, não enviando seus filhos para a escola, até que esta situação seja resolvida.

A Coordenação Geral. APP - APLP - APMP
06/10/80

Bonette em tempo QSL

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA - DOC. Nº 01

- COMUNICADO AOS PAIS -

Os professores DECIDIRAM, em ASSEMBLÉIA ESTADUAL realizada dia 05, em Ponta Grossa, paralisar as aulas a partir do dia 08/10, quarta-feira, em todo o Estado, através do Movimento Educação e Justiça, pelos seguintes motivos, entre outros:

1- Não cumprimento do Estatuto do Magistério e das Leis da Educação.

2- Não atendimento aos pedidos dos professores desde há muito tempo.

3- Falta de condições mínimas para um bom ensino.

4- Salários insuficientes e até abaixo do salário mínimo.

Em vista disso, pedimos o seu apoio, não enviando seus filhos para a escola, até que esta situação seja resolvida.

A Coordenação Geral. APP - APLP - APMP

06/10/80

Passeata dos Professores

ATENÇÃO SRS. PAIS E COMUNIDADE QUE NOS APOIAM:

Compareçam à passeata dos Professores que sairá da Boca Maldita às 9:00hs. até o Palácio Iguaçu, onde serão entregues abaixo-assinados dos pais ao Governo, solicitando o imediato atendimento de nossas reivindicações para o retorno de professores e alunos às salas de aula.

Dia **17** ÀS **9:00**

Passeata dos Professores

ATENÇÃO SRS. PAIS E COMUNIDADE QUE NOS APOIAM:

Compareçam à passeata dos Professores que sairá da Boca Maldita às 9:00hs. até o Palácio Iguaçu, onde serão entregues abaixo-assinados dos pais ao Governo, solicitando o imediato atendimento de nossas reivindicações para o retorno de professores e alunos às salas de aula.

Dia **17** ÀS **9:00**

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10 , às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10 , às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10, às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

51

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10, às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10, às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10 , às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10, às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

- DOC. Nº 09 -

Srs. Pais e Comunidade:

Os professores continuam paralisados porque o governo se nega a atender as suas reivindicações.

Queremos melhores salários, melhores condições de trabalho para que possamos dar uma boa educação aos seus filhos.

NÃO MANDE SEUS FILHOS À ESCOLA.

SEUS FILHOS NÃO SERÃO PREJUDICADOS.

O ÚNICO RESPONSÁVEL POR ESTA SITUAÇÃO É O GOVERNO.

Compareçam à Assembléia Geral Estadual, 5ª feira, dia 30/10, às 9:00 horas, no ESTÁDIO COUTO PEREIRA (CORITIBA), seguida de concentração em frente ao Palácio Iguaçu.

CONTAMOS COM O SEU APOIO, POIS A MELHORIA DA EDUCAÇÃO NÃO É UMA LUTA SÓ DOS PROFESSORES, MAS DOS PAIS E DA COMUNIDADE.

Curitiba, 28/10/80

Coordenação Geral - APP, APLP, APMP.

LUZEIRO - DE ENOFRAN MACEDO E BETO COLLAÇO

I

DÊEM-SE AS MÃOS OS PROFESSORES,
SUL E NORTE UNIDO E FORTE,
NO DESPERTAR DA MONTANHA
NO SAGRADO DA MISSÃO!
NO DESPERTAR DA MONTANHA,
NO CHAMADO À CONSCIÊNCIA
O FUTURO DA NAÇÃO — 4 Vezes

II

SEJA DESNUDA A VERDADE
SEM GRILHÃO E SEM MORDAÇA
QUE O BEM FALE MAIS ALTO
SEM CACHAÇA E SEM CANHÃO
QUE A JUSTIÇA ABRACE O HOMEM
E QUE O HOMEM SEJA LIVRE
ACORDANDO O CORAÇÃO
NO SEIO DA NATUREZA
ACORDANDO NA CANÇÃO — 2 Vezes

REFRÃO

O POVO HÁ DE CANTAR
UMA SÓ CANÇÃO — REPETE E
E COMEMORAR ↓ VOLTA A I
NOSSA REDENÇÃO!
LAIÁ, LAIÁ

LUZEIRO - DE ENOFRAN MACEDO E BETO COLLAÇO

I

DÊEM-SE AS MÃOS OS PROFESSORES,
SUL E NORTE UNIDO E FORTE,
NO DESPERTAR DA MONTANHA
NO SAGRADO DA MISSÃO!
NO DESPERTAR DA MONTANHA,
NO CHAMADO À CONSCIÊNCIA
O FUTURO DA NAÇÃO — 4 Vezes

II

SEJA DESNUDA A VERDADE
SEM GRILHÃO E SEM MORDAÇA
QUE O BEM FALE MAIS ALTO
SEM CACHAÇA E SEM CANHÃO
QUE A JUSTIÇA ABRACE O HOMEM
E QUE O HOMEM SEJA LIVRE
ACORDANDO O CORAÇÃO
NO SEIO DA NATUREZA
ACORDANDO NA CANÇÃO — 2 Vezes

REFRÃO

O POVO HÁ DE CANTAR
UMA SÓ CANÇÃO — REPETE E
E COMEMORAR ↓ VOLTA A I
NOSSA REDENÇÃO!
LAIÁ, LAIÁ

LUZEIRO - DE ENOFRAN MACEDO E BETO COLLAÇO

I

DÊEM-SE AS MÃOS OS PROFESSORES,
SUL E NORTE UNIDO E FORTE,
NO DESPERTAR DA MONTANHA
NO SAGRADO DA MISSÃO!
NO DESPERTAR DA MONTANHA,
NO CHAMADO À CONSCIÊNCIA
O FUTURO DA NAÇÃO — 4 Vezes

II

SEJA DESNUDA A VERDADE
SEM GRILHÃO E SEM MORDAÇA
QUE O BEM FALE MAIS ALTO
SEM CACHAÇA E SEM CANHÃO
QUE A JUSTIÇA ABRACE O HOMEM
E QUE O HOMEM SEJA LIVRE
ACORDANDO O CORAÇÃO
NO SEIO DA NATUREZA
ACORDANDO NA CANÇÃO — 2 Vezes

REFRÃO

O POVO HÁ DE CANTAR
UMA SÓ CANÇÃO — REPETE E
E COMEMORAR ↓ VOLTA A I
NOSSA REDENÇÃO!
LAIÁ, LAIÁ

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

LETRA - DONA DOCA

(28 anos de magistério)

Você meu colega de luta
Tão inconformado
Você que trabalha sorrindo
Mal remunerado
Que tem a coragem de fera
Embora humilhado
Colega que abaixa a cabeça
Diante das calúnias.

Colega não desanime
Diante da batalha.
O que você pede não é impossível.
Levante a bandeira da luta
P'ra perto do céu
Que o vento bem forte
Não leve o seu canto ao léu.

Levantamos a bandeira
Da Justiça e Educação
Que espera do governo
Uma nobre solução.

Não preciso nem dizer
Tudo isso que eu lhe digo BIS
Na esperança de saber
que seremos atendidos

MOVIMENTO EDUCAÇÃO

E JUSTIÇA

LETRA - DONA DOCA

(28 anos de magistério)

Você meu colega de luta
Tão inconformado
Você que trabalha sorrindo
Mal remunerado
Que tem a coragem de fera
Embora humilhado
Colega que abaixa a cabeça
Diante das calúnias.

Colega não desanime
Diante da batalha.
O que você pede não é impossível.
Levante a bandeira da luta
P'ra perto do céu
Que o vento bem forte
Não leve o seu canto ao léu.

Levantamos a bandeira
Da Justiça e Educação
Que espera do governo
Uma nobre solução.

Não preciso nem dizer
Tudo isso que eu lhe digo
Na esperança de saber
que seremos atendidos

BIS

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA - Doc. n.º 3

Comunicado dos professores aos PAIS e Alunos:

A Assembléia dos Professores, realizada em Londrina (15 deste mês) decidiu que

As Aulas Continuam Paralisadas

Pais, Não Mandem Seus Filhos Para A Escola

Continuem apoiando-nos!

Nós Garantimos: seus filhos não serão prejudicados!

Nós, os professores, comunicaremos através de ampla divulgação, o dia que retornaremos às aulas.

A coordenação geral: APP - APLP APMP.

Pereira

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA - Doc. n.º 3

Comunicado dos professores aos PAIS e Alunos:

A Assembléia dos Professores, realizada em Londrina (15 deste mês) decidiu que

As Aulas Continuam Paralisadas

Pais, Não Mandem Seus Filhos Para A Escola

Continuem apoiando-nos!

Nós Garantimos: seus filhos não serão prejudicados!

Nós, os professores, comunicaremos através de ampla divulgação, o dia que retornaremos às aulas.

A coordenação geral: APP - APLP APMP.

Pereira

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

PRÁ NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES (CAMINHANDO)

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Estrebilho
Vem vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer (Bis)

Pelos campos a fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Inda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Estrebilho
Vem vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer (Bis)

Há soldados armados amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam antigas lições
De morrer pela pátria e viver sem razão
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não

Estribilho

Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Estribilho

MOVIMENTO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA

SENHOR GOVERNADOR

I - PAN, PAN, SENHOR GOVERNADOR
SE DIGNE A ABRIR A PORTA, QUE PRECISO FALAR.
PAN, PAN, SENHOR GOVERNADOR,
PEÇO LICENÇA PARA ME APRESENTAR:

II - SOU PROFESSOR DO PARANÁ.
EU BUSCO GRANDES IDEAIS.
LIDO COM GENTE DO BRASIL
DA REGIÃO DOS PINHEIRAIS

III - SOU INSTRUMENTO PRIMORIDIAL
DESTE BRASIL EM CONSTRUÇÃO.
SOU EU QUEM ESPALHO O SABER
FATOR QUE ELEVA UMA NAÇÃO

IV - EU MOLDO A MASSA.
EU DOU A MÃO.
EU SOU A PONTE.
EU FAÇO A UNIÃO.

V - MAS PARA ISSO,
SENHOR GOVERNADOR,
ME DÊ RECURSOS,
ME ESCUTE, POR FAVOR

VI - AUMENTE MEU SALÁRIO.
ASSIM NÃO POSSO VIVER
PRECISO TRATAR DA SAÚDE.
TAMBÉM PRECISO COMER.

VII - NAS FÉRIAS NÃO VIAJO. TRABALHO
PARA OS CREDORES PAGAR.
NÃO VOU A FESTA ALGUMA,
POIS ROUPAS NEM POSSO COMPRAR

VIII- NÃO APAGUE DO MEU PEITO
O IDEAL DE EDUCAR,
POIS O SOFRER É TÃO GRANDE,
QUE POSSO DESANIMAR.

IX - POR ISSO, AGORA,
REPITO COM CLAMOR:
ABRA A PORTA,
SENHOR GOVERNADOR!

CONVENÇÃO MUNICIPAL DO PMDB

CONTRA A FOME e a CARESTIA; PELA CONSTITUINTE

O PMDB promove no domingo próximo a sua convenção pa a eleição do DIRETÓRIO MUNICIPAL e aprovação de seus ESTATUTOS e PROGRAMA PARTIDÁRIO.

Os militantes do PMDB, pessoas vindas de todos os setores do povo, vão nesse dia reafirmar a vontade de todo o nosso PARTIDO, o PMDB : Defender intransigentemente os direitos do nosso povo contra o arbítrio e a incompetência do Regime.

convenção do PMDB contra a FOME e a CARESTIA

A inflação ultrapassou 100%. A fome passa a rondar os lares dos trabalhadores. Some o feijão, o preço da carne está pela hora da morte, o leite rareia nas mamadeiras das crianças pobres. Enquanto os trabalhadores passam necessidade, os tubarões se banqueteiam nas festas promovidas pelo Governo com o dinehiro do povo. O Ministro Delfim Neto insulta a inteligência do povo dizendo que são os salários de fome que os trabalhadores recebem os culpados pela carestia da vida. O PMDB e todo o POVO estão convencidos de que o regime cúmplice dos tubarões, das multinacionais e dos grandes monopólios é o verdadeiro culpado pela carestia.

convenção do PMDB contra o TERRORISMO

Facínoras tentam amedrontar o povo com atentados às entidades democráticas, às bancas de jornais e sequestros de religiosos. Já assassinaram uma Senhora e até agora o governo só fez promessas.Não botou ninguém na cadeia, apesar da oposição a cada dia ter mais provas de quem são os criminosos . Ou o governo apura esses crimes contra a família brasileira, ou vai ficar claro que ele está compactuando com esses criminosos. Esses atentados não vão barrar a luta do povo pela DEMOCRACIA.

convenção do PMDB pela CONSTITUINTE

O povo está cansado de governo biônico, de corrupção e incompetência, de entreguismo, e atentados contra os seus direitos. O governo, com medo da voz do povo nas urnas, cancelou as eleições. Rasgou a Constituição que assegurava as eleições. O povo precisa de liberdade para defender os seus interesses. Quer a liberdade e AUTONOMIA SINDICAL para conseguir um salário dígno. Quer ter direito à saúde, a educação e a moradia. Quer a liberdade de se reunir, de se informar, e de debater as soluções para todos os prblemas que afligem a nação. Quer eleger diretamente todos os seus governantes. Quer a liberdade para todos os partidos. Quer a reforma agrária para ter comida farta e barata na mesa do pobre.

O MOVIMENTO

Os professores do Paraná, depois de vários meses de tentativas de diálogo com o governo por melhores condições de salário e vida não foram atendidos em suas reivindicações e paralisaram suas atividades a partir do dia oito de outubro. Demonstrando a união de grande parte dos 53 mil professores do Estado o movimento Educação e Justiça teve grande adesão, quando no primeiro dia da greve 60 por cento dos professores da Capital e milhares de outros de 60 municípios deixaram de comparecer às salas de aula para lutar por seus direitos. com apoio de pais e alunos. Hoje noventa por cento do professorado curitibano luta por esses direitos, junto com colegas de 180 municípios do Estado.

REIVINDICAÇÕES

Do rol de reivindicações do movimento foram escolhidas quatro consideradas básicas. 1) Piso salarial de três salários mínimos; 2 2) reajustes semestrais 3) elevação de nível do professor PA-1 para PB-2 (para normalistas que já tenham cumprido estágio probatório) · 4) cumprimento pleno dos Estatutos do Magistério.

No primeiro dia de greve o secretário da educação foi à televisão contrapropor 72% de aumento a partir de janeiro de 1981 (o salário do PA-1 passaria a Cr$9 916,00 mais Cr$1.500.00 por gratificação de regência de classe, o que resulta em Cr$11.416,00, ou seja, pouco mais que dois salários mínimos). Um dia antes da assembléia estadual dos professores no estádio Couto Pereira, o secretário da educação trocou seis por meia dúzia, oferecendo dois salários mínimos como piso (aproximadamente Cr$11.122,00 se o reajuste semestral de novembro for de 34,4%).

81

2
3
4
5
6

1
2
3

2
3
4
5

RGM

ROMEU GOMES DE MIRANDA

MERCEARIA APOLO
UMA EDUCAÇÃO MELHOR...

5ª FELICIDADE ESTÁ PRESENTE
·I·N·A·T·I·V·O·

ALUNOS, PAIS E PROFS POR UMA EDUCAÇÃO MELHOR
5ª FELICIDADE ESTE

ALUNOS e PROFS. POR UMA EDUCAÇÃO MELHOR...

5ª FELICIDADE ESTÁ PRESENTE!

MERCEARIA APOLO

ALUNOS e PROF